PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Anita Burth Kurka

A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolândia

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Anita Burth Kurka

A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolândia

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva.

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Dedicatória:

À Fanny, minha mãe, com admiração e saudade

Agradecimentos

À Deus que nunca me deixou completamente órfã e desamparada.

Ao Paulo, meu companheiro de vida, pelas orientações, pelo estímulo, apoio, e por estar sempre ao meu lado.

À minha querida orientadora Profª Maria Lúcia Carvalho da Silva pelo acolhimento solidário e presença segura, competente e afetuosa

À Profª Maria Adélia de Souza pela confiança, disponibilidade e por ter me ensinado de maneira competente e apaixonante a geografia.

Ao Profº Márcio Cataia pela seriedade, compromisso e pelas aulas e reflexões.

À minha querida amiga Regina companheira de pesquisa e trabalho , de momentos de risos e de choros.

À Bebel e José Maria pela ajuda na hospedagem em SP e na elaboração da matriz de periodização.

Aos amigos que me suportaram e me encorajaram nesses tempos de ansiedade e muitos altos e baixos: Zuleika, Eneida, Eliana, Aimar, Lúcia, Tião, Eliete, Yolanda, Heloísa.

À querida Bruneide pela cumplicidade de alma, ajudadora presente nas horas mais difíceis.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço social da PUC/SP, ao conjunto de professores,colegas, a querida Kátia, pelo acolhimento,ajuda, e crescimento profissional e acadêmico.

A CAPES , pela concessão da bolsa de estudos .

Ao Odair Marques, Josemil, Bete, Raul da Prefeitura Municipal de Hortolândia pelo apoio e ajuda na coleta de dados e reflexões.

Ao Prof FranciscoToledo e o Centro de Memória pelas conversas, material de pesquisa

Aos amigos do Rosolém, gente de fibra e de luta.

Resumo

A presente tese tem como objeto de pesquisa a participação social na perspectiva do território usado como componente intrínseco da ação política no processo de emancipação da cidade de Hortolândia- SP no período de 1953 à 1991.

Objetivou-se compreender a participação social como parte do sistema de ação do território usado e categoria constituinte do Serviço Social. Este encontro teórico-metodológico da Geografia e do Serviço Social teve como instrumento básico a Matriz de Periodização da formação territorial de Hortolândia. A descrição e interpretação dos dados desta matriz identificaram os eventos na relação com os objetos, tanto da sociedade civil como do Estado, nos lugares de Sumaré e Hortolândia.

Constatou-se que o processo de participação social em Sumaré e Hortolândia foi impulsionado pelas necessidades sociais e de infra-estrutura urbana. A política intensiva e extensiva de incentivo à industria provocou uma acelerada urbanização e crescimento populacional. As ações de Governo, prioritariamente, atendiam aos interesses das empresas. A participação social se constituiu e se expressou em atos de protesto e ações coletivas de movimentos sociais e associativismo comunitário e filantrópico, contribuindo para a concretização da emancipação de Hortolândia, distrito de Sumaré em 1991.

Palavras Chaves: Participação social, Território usado, emancipação política, município, movimentos sociais

Abstract

The research object of the present thesis is the social participation, from the perspective of “used territory”, as an intrinsic component of political action in the emancipation process of the city of Hortolândia – São Paulo, in the period 1953 – 1991.

The objective of the work is understanding the social participation as part of the used territory and the constitutive category of Social Work. This theoretical-methodological encounter between Geography and Social Work had the Periodization Matrix of territorial formation of Hortolândia as a basic instrument. The interpretation and description of such a matrix has identified object related events in both civil society and state, in the places of Sumaré and Hortolândia.

It has been observed that the process of social participation in Sumaré and Hortolândia was promoted by the social and urban infra structure demands. An intensive and extensive policy of incentive for the installation of industries in the region resulted in an accelerated urbanization and populational growth. Government administrative actions favored primarily the interests of the industries. Social participation was molded and expressed in the form of protest acts and collective actions of social movements and communitarian and philanthropic associations, contributing to the concretization of emancipation of Hortolândia, a district of Sumaré, in 1991.

Key words: Social participation, used territory, Hortolândia, political emancipation, political action, geography, social work, periodization matrix

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I. O TERRITÓRIO USADO ENQUANTO CATEGORIA DA GEOGRAFIA 11

I.1. O Território usado enquanto espaço geográfico 11

I.2. Evento enquanto união entre espaço e tempo..... 21

I.3. O Lugar: Espaço do acontecer solidário 25

I.4. Compreendendo a ação: A prática social nos lugares, enquanto práxis ... 28

I.5. Da concepção de sujeitos da ação social e política..... 36

CAPÍTULO II. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA CONSTITUTIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....40

II.1. Participação dos indivíduos: dos primórdios à institucionalização do Serviço Social no Brasil 41

II.2. A participação na comunidade: Da Organização social da comunidade ao desenvolvimento de comunidade 46

II.3. A participação social e o movimento de reconceituação do Serviço Social57

II.4. Participação social e o território nas políticas sociais 63

CAPÍTULO III. AS CIDADES: A EMANCIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO.....71

III.1. A cidade e o urbano: a urbanização brasileira 71

III.2. A emancipação política na criação de municípios no contexto do pacto federativo brasileiro..... 82

III.3. Aspectos gerais da história política da criação dos municípios no Brasil e a cidade de Hortolândia 86

CAPÍTULO IV. ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE EMBASAM A PESQUISA.....93

IV.1. Procedimentos metodológicos preliminares..... 96

IV.2. Construção da matriz de periodização de Hortolândia 100

CAPÍTULO V. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO USADO DE HORTOLÂNDIA: DE BAIRRO DE CAMPINAS A DISTRITO DE SUMARÉ A MUNICÍPIO EMANCIPADO 108

V.1. Breve Caracterização de Hortolândia..... 108

V.2. A participação social na formação territorial da cidade de Sumaré e distrito de Hortolândia: descrição interpretativa do território usado, nos períodos 1953-1974; 1975- 1991 114

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO TERRITORIAL: UM ENCONTRO ENTRE A GEOGRAFIA E O SERVIÇO SOCIAL 166

BIBLIOGRAFIA 174

ANEXO I - CARTOGRAFIA 186

ANEXO II - Fotos 189

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a compreender a participação social como componente intrínseco da ação política, à partir da concepção de território usado, no processo de emancipação política da cidade de Hortolândia no período de 1953 à 1991.

Ao tentar "psicanalisar" os interesses desta pesquisa percebe-se uma relação com a própria história e herança cultural judaica da pesquisadora. O povo judeu lutou — e luta até hoje — por sua emancipação, não só como retorno e manutenção do seu território, mas também como construção coletiva e participativa de um projeto societário onde a liberdade possa ser traduzida em justiça e eqüidade na "terra prometida", da qual "mana leite e mel" [1]. Daí também o sentido que se da às cidades como corpo vivo, lugar de abrigo e existência de relações interpessoais e societárias, que se concretizam nos lugares.

A participação social como componente intrínseco da ação política nos lugares de Hortolândia no processo de emancipação é o objeto desta pesquisa, que nasceu de três motivações: a primeira diz respeito à importância da participação social, como categoria constitutiva do Serviço Social; a segunda está relacionada à possibilidade do encontro com a geografia, proposta por Milton Santos na concepção do território usado. A terceira motivação para este estudo diz respeito à experiência profissional e ao envolvimento pessoal da pesquisadora com a cidade de Hortolândia a partir da década de 1990.

O Serviço Social no enfrentamento da questão social se volta para o homem nas suas relações sociais e na construção do seu projeto histórico. A participação pode ser entendida como um componente da prática social vivenciada na relação com os outros para a determinação de si mesmo e da sociedade. A partir dessas concepções percebe-se que a participação é uma

[1] Esta expressão é usada na Bíblia, no Antigo Testamento, no capítulo 3, versículo 8 do livro de Êxodo e se refere à promessa de libertação do povo judeu da escravidão no Egito: "Por isso desci a fim de livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, terra que **mana leite e mel**". (ênfase da autora)

prática intrínseca ao homem em sociedade e, ao mesmo tempo, é parte inseparável do Serviço Social. Abordar a participação como categoria constitutiva e analítica da profissão, portanto, implica apreender a prática profissional no movimento histórico da sociedade, com suas ambigüidades e contradições, sem esquecer que ela está inserida no contexto das determinações sociais mais amplas que condicionam e atribuem características particulares. Em conseqüência, a intervenção do serviço Social demanda um permanente processo de aprofundamento teórico com a preocupação da compreensão e interpretação das relações sociais no mundo contemporâneo.

Através dos estudos da geografia propostos por Milton Santos na abordagem do território usado, percebeu-se a profunda relevância desta concepção na compreensão das relações sociais, assim como uma possibilidade de contribuição para o Serviço Social diante do desafio pós-Constituição de 1988, no processo de descentralização e municipalização das políticas sociais. Ou seja, é demandado ao Serviço Social hoje uma prática interventiva coerente com o projeto ético-político da profissão, construída participativamente nos lugares das cidades, requerendo uma clara concepção teórica do espaço geográfico, em suas diferenciações conceituais.

O território usado, na concepção da geografia adotada, é mais do que o lócus geográfico onde se encontra a cidade de Hortolândia com suas fronteiras, por exemplo. É o espaço geográfico historicizado, uma instância da sociedade, como a cultura, a política e a economia. Assim, o **território usado ou praticado** é uma categoria de análise social e não apenas território como forma. Tem seu significado a partir do uso, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e sistemas de ações deliberadas ou não. Diz respeito ao espaço humano, ao espaço habitado.

Desta forma, a concepção de território usado se relaciona com os três elementos essenciais do método dialético, ou seja: a abordagem da

realidade social numa perspectiva de processo, portanto, de movimento, a relação das partes com a totalidade e a coexistência nas contradições. Com isso, a concepção de método dialético e a geografia proposta por Milton Santos também se interrelacionam com o Serviço Social contemporâneo.

Segundo MONTAÑO (2000, p. 27) o debate inovador na profissão de Serviço Social se faz a partir da concepção dialética. Isso significa necessariamente "*incorporar a perspectiva de totalidade, historicidade e contradição para conhecer e intervir nos diversos processos sociais concretos, com maior ou menor nível de complexidade".*

A dialética, portanto, se apresenta também neste estudo como eixo de convergência entre a Geografia e o Serviço Social, na sinalização para a construção de um conhecimento interventivo profissional nos lugares, levando em conta os aspectos estruturais do contexto social na relação com o mundo.

O envolvimento com a cidade de Hortolândia, propiciou a pesquisadora, a percepção dos problemas sociais da cidade, assim como de uma história rica de participação social através de práticas associativistas e movimentos sociais, que desembocaram no processo de emancipação do distrito de Hortolândia, em 1991, da cidade de Sumaré. Algumas inquietações já vêm desta época no tocante a Hortolândia ser uma cidade com uma receita expressiva, mas ainda conviver com um quadro de desigualdade socioespacial e uma infra-estrutura urbana bastante precária, que provocava um envolvimento dos grupos e ações de protestos e de reivindicações.

Ao estudar alguns aspectos da concepção da geografia de Milton Santos, percebeu-se a pertinência de suas análises teóricas para se iniciar um processo de pesquisa na compreensão da participação social como componente intrínseco do Serviço Social, assim como da cidade de Hortolândia, diante de suas contradições, possibilidades e desafios.

Na perspectiva teórica da geografia adotada, entende-se que a mundialização da economia capitalista e os reflexos da globalização no uso do território[2] geralmente fazem com que o sistema econômico escape às finalidades do lugar, destruindo seu trabalho autônomo e a descoberta de suas potencialidades, de sua vocação regional, implicando a alienação dos lugares.

A alienação é própria das relações socioterritoriais na dimensão vertical, levando os homens comuns a viverem de forma distante dos processos.

Nesta perspectiva, entende-se que a Região Metropolitana de Campinas, que inclui Hortolândia, deixou de resultar apenas de uma solidariedade orgânica entre os municípios para ser o resultado também de uma solidariedade organizacional, implicando a alienação dos lugares, sendo esta uma das causas da pobreza refletida nas desigualdades socioespaciais. Contudo, os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais e oferecer resistência a esses processos. Isto faz com que municípios como Hortolândia, a partir de suas próprias histórias, possam determinar a especificidade e a particularidade dessa resistência, que também pode se expressar através das práticas participativas como ação política dos diferentes sujeitos nos lugares.

Com isso chegou-se a pergunta central dessa pesquisa: a participação como componente intrínseco da ação política dos sujeitos nos lugares em Hortolândia, contribuiu para a efetivação do projeto político de emancipação da cidade em 1991?

A princípio o problema de pesquisa envolvia identificar e compreender a participação social na contribuição e efetivação do projeto político de

[2] Segundo Souza (1999), a globalização difere da mundialização. Esta pode ser explicada pela disseminação das mercadorias e dos mercados pelo planeta. A globalização é o controle dos mercados mundiais com a possibilidade oferecida pelo desenvolvimento tecnológico e o exercício da simultaneidade e da intantaneidade dadas pela informática.

emancipação de Hortolândia no período de 1980 à 2006. Contudo, com o aprofundamento da pesquisa documental percebeu-se que o período a ser abordado deveria se estender de **1953 a 2006.** Ou seja, o estudo deveria ter início no momento em que Hortolândia deixa de ser bairro de Campinas e passa a ser distrito de Sumaré, recém-emancipada daquela cidade.

Isto se deve ao entendimento de que para se poder realizar uma compreensão da participação social na relação com a emancipação de Hortolândia através de uma matriz de periodização da formação territorial desta cidade, o recuo no tempo precisava atender a demanda de até onde as ações do passado se "fazem presentes" para a compreensão de Hortolândia. Em outras palavras, o resgate deve contemplar as ações ou eventos do passado que ainda se processam ou repercutem no presente. Esta decisão requer uma periodização, um recorte para fins de pesquisa, que permita a verificação empírica da dimensão histórico-temporal e da noção de totalidade.

Contatou-se então que as ações de governo implementadas no período a partir de 1953 provocaram a intensificação dos processos de participação social da sociedade civil, na eclosão, principalmente, das ações de protestos e movimentos sociais a partir de 1975, que determinaram também as primeiras discussões sobre a emancipação do então distrito de Hortolândia da cidade de Sumaré. Portanto, este período é determinante para a compreensão da participação social como componente intrínseco da ação política nos lugares da cidade, no processo de emancipação política de Hortolândia em 1991, e sua consolidação até nossos dias. Por este motivo, a coleta de dados empíricos e a elaboração da matriz de periodização se estenderam ao período de 1953 à 2006.

Para atender aos objetivos desta investigação, e diante do grande volume de dados coletados, entretanto, decidiu-se pela realização de um recorte de tempo na etapa de descrição interpretativa da pesquisa empírica, no tocante à relação da participação social e a emancipação política de

Hortolândia. Com isso, a descrição interpretativa se dá no período de **1953 a 1991**.

O instrumento de pesquisa empírica utilizado, portanto, é a elaboração de uma matriz de periodização da formação territorial de Hortolândia. Esta matriz se baseou inicialmente nos trabalhos da Profa Dra Maria Adélia de Souza e equipe, no escritório de Planejamento da cidade da Prefeitura Municipal de Campinas, no ano de 2004, na elaboração da matriz de periodização de Campinas . Ao se buscar, contudo,compreender a participação social nos lugares da cidade de Hortolândia, esta pesquisa recria o instrumento numa abordagem original e inédita, no encontro da geografia com o Serviço Social.

A matriz possui dois eixos: o vertical, de ordem temporal, e o horizontal, as ações ou eventos que incidiram nos lugares do território. O eixo vertical, das sucessões do tempo, foi dividido em três períodos: o primeiro, de 1953 a 1974, refere-se à fase de emancipação de Sumaré, à partir de Campinas, e a anexação de Hortolândia como distrito de Sumaré. Neste período formam-se as condições e o contexto para que a participação social aflore como componente intrínseco da ação política, nos lugares de Sumaré e principalmente no distrito de Hortolândia na década de 1970, como já citado. No segundo período, de 1975 a 1991, a participação social se intensifica, através de ações políticas dos movimentos sociais e sindical, atos de protestos e reivindicatórios, inclusive o movimento pró-emancipação de Hortolândia. O terceiro período, de 1992 a 2006, se refere aos anos de Hortolândia como município politicamente emancipado. Este último período não foi objeto da descrição interpretativa da pesquisa.

No eixo horizontal das coexistências, foram coletadas e categorizadas as ações geradas através das leis aprovadas pela câmara de vereadores de Sumaré (1953-1991) e de Hortolândia (1992-2006). No tocante a participação social, as informações foram obtidas junto aos jornais da cidade, livro tombo da Igreja Católica, depoimentos de moradores da cidade e de lideranças dos movimentos.

As categorias utilizadas no eixo horizontal, ou eixo das ações, tendo por base, como já dito anteriormente os elementos do lugar e a matriz de periodização de Campinas foram: **Instituição**: marcos e leis. **Economia**: primário, secundário e terciário. **Entidades e equipamentos sociais**: assistência social (ação governamental), religiosa, esporte/lazer, cultura, educação, saúde, segurança, profissional/associação de classe, assistencialismo (entidades filantrópicas), associativismo, ambiental, defesa do consumidor. **Planejamento**: legislação, planos, urbanização, infra-estrutura, fluidez territorial /transporte coletivo e habitação. **Participação social**: associativismo civil e movimentos sociais.

Após a elaboração da matriz com a seleção e categorização dos dados, passou-se à descrição interpretativa , como segundo momento.

A partir da observação das continuidades e descontinuidades, repetições e vazios das ações na matriz, e do conhecimento das variáveis determinantes do período, percebe-se uma concentração maior de ações que se relacionam diretamente com os objetivos dessa pesquisa em alguns temas ou categoriais. Entre as vinte e duas categorias ou temas selecionou-se oito para esta interpretação: **fluidez do território, industrialização, urbanização, infra-estrutura e habitação, assistência social, ação filantrópica e ação comunitária**.

A **participação social** como componente intrínseco das práticas e ações políticas, na forma de associativismo civil e movimentos sociais, é descrita e interpretada na relação com as demais categorias propostas da matriz .

Esta matriz, ainda em elaboração, demanda aprofundamentos metodológicos e refinamentos descritivos –interpretativos. No entanto, pode-se reconhecer a matriz como um importante e valioso instrumento da compreensão da formação territorial das cidades. Outras pesquisas a partir

desta mesma concepção teórico-metodológica, servirão para o aperfeiçoamento deste instrumento.

A utilização da matriz de periodização se justifica pelo entendimento da participação social como componente intrínseco da prática social e da ação política, como práxis , tendo sua compreensão diferenciada dependendo do momento histórico, dos sujeitos envolvidos e dos lugares do território na relação com a totalidade.

A prática social, como evento, é um resultado direto das necessidades sociais, num dado lugar e momento e, dessa maneira, ela se impõe a todos os que participam da coletividade. São as práticas sociais e relações sociais que dão vida ao território, ou o sentenciam ao isolamento, à existência subordinada . Esta compreensão é revelada através do uso do território , que é uma totalidade em constante mutação.

O desenvolvimento deste estudo atendeu a várias etapas analisadas nos cinco capítulos inter-relacionados que compõem esta tese.

O capítulo I denomina-se: **O território usado enquanto categoria da geografia.** Discute-se o território usado como sinônimo de espaço geográfico. Procura-se neste capítulo discutir as categorias Evento e Lugar, assim como desenvolver um aprofundamento teórico da compreensão da ação como prática social nos lugares e da concepção dos sujeitos desta ação social e política. Neste ponto buscou-se outros autores que ajudaram a entender e aprofundar o pensamento de Milton Santos, tais como: Sartre (1984), Gramsci (1978) e a apropriação dessas concepções por Ana Clara Torres Ribeiro (2003), e Evelina Dagnino (2006).

O capítulo II denomina-se: **A participação enquanto categoria constitutiva do serviço social.**

Buscou-se refletir sobre a compreensão da categoria participação social na perspectiva do Serviço Social , na trajetória histórica da profissão. Revelou-se a participação enquanto categoria constitutiva do Serviço Social

dividindo-se a reflexão em quatro momentos: dos primórdios à institucionalização do Serviço Social no Brasil; da organização social da comunidade ao Desenvolvimento de Comunidade; o movimento de reconceituação do Serviço Social, e por fim a participação social e o território nas políticas sociais .

O capítulo III denomina-se: **As cidades : a emancipação dos municípios no pacto federativo brasileiro.**

Trata-se de uma discussão introdutória sobre as cidades, a urbanização brasileira, e a emancipação ou o surgimento dos municípios no contexto do pacto federativo brasileiro. A partir destas considerações analisa-se a história política e os principais temas para o entendimento da emancipação da cidade de Hortolândia. Este resgate teórico aponta para as reflexões de Milton Santos e Marcio Cataia (2001) entre outros, na perspectiva do território usado.

O capítulo IV denomina-se: **Elementos teóricos/metodológicos que embasam a pesquisa**

Contém a explicitação dos elementos teóricos/metodológicos da pesquisa, a construção da matriz de periodização da formação territorial de Hortolândia e os procedimentos para a descrição interpretativa da matriz.

O capítulo V denomina-se: **A participação social no território usado de Hortolândia: de bairro de campinas a distrito de sumaré a município emancipado.** Trata-se de uma descrição interpretativa da matriz de periodização, classificadas por temas ou categoriais, precedido por uma breve caracterização do município de Hortolândia.

As considerações finais denominadas**: A participação social na formação territorial: um encontro entre a geografia e o serviço social**

Abordou-se as contribuições teórico-metodológicas da aproximação neste estudo da geografia e do Serviço Social. Procurou-se também responder a pergunta central da pesquisa no tocante a contribuição da participação social

no processo de emancipação política de Hortolândia, através da explicitação dos achados da descrição tnterpretativa da matriz de periodização.

Percebe-se que este trabalho de pesquisa tem importância e relevância devido à escassa produção bibliográfica no Serviço Social que aborda a participação social nos estudo sobre as cidades na relação com o território usado . Assim como são poucos os trabalhos produzidos sobre Hortolândia, especificamente, nesta abordagem teórica dando destaque à participação social e sua importância no processo de construção da cidade. Este tema de pesquisa se revela, portanto, atual e contemporâneo, presente na agenda de debates não só do Serviço Social como das ciências sociais e da cidade de Hortolândia.

CAPÍTULO I. O TERRITÓRIO USADO ENQUANTO CATEGORIA DA GEOGRAFIA

Este estudo se propõe a conhecer a participação social no processo de emancipação da cidade de Hortolândia[3]. A intenção é compreender a participação como intrínseca à prática social[4], enquanto processo em meio a contradições relativas aos sujeitos e os diferentes projetos políticos em disputa na sociedade, na relação dialética com a totalidade em movimento. Ou seja, este estudo se pauta pelo método dialético com o território usado como categoria de análise concebida pela geografia.

A escolha do método dialético[5] envolve três elementos essenciais: o movimento permanente da realidade como estrutura, a totalidade e a relação com as contradições na relação com as partes.

I.1. O Território usado enquanto espaço geográfico

A geografia elaborada e proposta por Milton Santos[6], é fruto de um profundo debate epistemológico e assume como objeto de estudo o espaço geográfico, ultrapassando pressupostos conceituais meramente quantitativos, descritivos e historicistas. Assim, a visão do espaço geográfico como mero palco foi superada, passando a ser considerada como uma instância social.

Milton Santos propõe um método, um sistema de conhecimento, no sentido de uma maneira de organizar e pensar o mundo, o espaço geográfico como instância e sinônimo de território usado. Isto implica em dois princípios fundamentais na construção de uma visão filosófica do espaço: o homem

3 A cidade de Hortolândia integra a macro região sudeste de São Paulo, faz divisa com Campinas, Monte Mor e Sumaré. Foi instituída política e administrativamente como município em 1991.

4 “Prática é um processo, porque implica uma série de relações ativas entre os homens e entre eles e a natureza; relações que se estabelecem por meio do trabalho e que, ao transformar a natureza, transformam os homens. A Prática Social é o conjunto das práticas que realizam os homens em uma realidade concreta para transformá-la”. (KISNERMAN, 1975, p.9).

5 Os filósofos dialéticos das diferentes correntes tiveram a pretensão de desenvolver ao longo do tempo um método , uma lógica, uma ontologia ou uma teoria da práxis dialética, em concorrência à lógica tradicional, com os métodos científicos tradicionais e com a ontologia tradicional. . (RÖD 1974, p. 5).

6 Refere-se aqui a concepção da geografia proposta pelo geógrafo Milton Santos que construiu uma epistemologia onde as categorias espaço e tempo saíram do plano do pensamento puro para se tornarem suportes do conhecimento geográfico. Professor da Universidade Federal da Bahia até 1964. Exilado, foi professor em diversas universidades na Europa, África, América do Norte e América do Sul. Foi também professor titular e emérito de Geografia Humana na USP. Falecido em 2001.

como o centro da realidade em processo e a totalidade em movimento[7]. Nas palavras de Santos (1982, p. 130):

> *A teoria da Geografia – se queremos ter uma – é a teoria do espaço do homem, uma filosofia da Geografia, se for admitido utilizar essa palavra, será uma filosofia do espaço do homem. Isto supõe que dois termos se ponham como princípio e fim do raciocínio: a natureza e a produção. Assim, conhecemos o espaço tal qual ele é soma de coisas "naturais" e de coisas "fabricadas" e síntese dialética dessas duas séries de coisas, movida pela própria produção, isto é, pelo homem e sua história.*

O espaço não é um fator da evolução social apenas como uma condição. Ele é considerado uma instância da sociedade, assim como a instância econômica e a instância cultural-ideológica. É possível, portanto, dizer que o espaço contém e é contido pelas demais instâncias: "*A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social*" (SANTOS, 1985, p.1).

A preocupação da Geografia é com o espaço humano e social ou, como afirma Santos em várias ocasiões, o espaço banal, da vida cotidiana. Dito de outra forma, é o espaço geográfico enquanto um produto das relações sociais, resultado direto da transformação da natureza pelo Homem através do trabalho. Produto este, que é histórico e não um dado mental ou algo advindo da natureza, anterior à sociedade. Ao mesmo tempo em que é produto, também é um produtor, sendo esta a sua principal característica.

Portanto, a compreensão do espaço ou a construção de uma teoria do espaço está ligada ao emprego da categoria de Formação Econômica e Social (FES), inspirada em Marx [8]. A FES possui sua explicação na produção

7 Identifica-se a relação com a concepção de método dialético que possui três elementos essenciais o movimento permanente da realidade como estrutura, a totalidade e a relação com as contradições na relação com as partes.

8 Segundo Marx, no Prefácio para a crítica da Economia Política, "na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". (MARX, 1982, p.25)

e no trabalho do homem para transformar o espaço, sinônimo de natureza, com o qual se confronta.

Santos (1978), partindo do conceito da FES enquanto evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provêm o impulso, destaca que tal evolução não pode existir e ser compreendida sem levar em conta o espaço geográfico. Se tal ocorresse, a FES passaria à formação sócio-espacial, uma reprodução de um modo de produção, de forma particular e singular, no contexto de um território.

Os modos de produção se concretizam sobre uma base territorial historicamente determinada. Desse ponto de vista, as formas espaciais representam a linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

No quadro teórico da geografia, portanto, o objeto de estudo é o espaço geográfico, sinônimo de território usado como instância, possuindo categorias analíticas internas à disciplina, tais como: a divisão territorial do trabalho, a paisagem, a configuração territorial, o espaço “produzido” ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. As categorias de análise do espaço geográfico dizem respeito à forma, função, estrutura e processo que, formando um sistema, devem expor o conteúdo existencial, refletindo a própria ontologia do espaço a partir das estruturas exteriores, consideradas abrangentes e definidoras da sociedade e do planeta.

O território usado é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (intencionalidade para a qual é construído). Por sistemas entende-se a interdependência entre as coisas, a relação com a totalidade no tocante às suas qualidades e atributos e não pelas coisas em si mesmas. A concretude destes elementos se dá, exatamente, devido à relação e conexão

da parte com o todo, como nos coloca KOSIK (2002, p.49) citado em Santos (1985, p.14):

> *Os fatos isolados são abstrações, são momentos artificiosamente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio.*

Essa abordagem vai tornar a geografia, segundo Souza (2003), uma ciência fundamental para a compreensão do funcionamento do mundo presente. Nesse sentido, Milton Santos se permite afirmar que a geografia é uma filosofia das técnicas e o território usado uma categoria de análise social. Cada técnica representa um momento das possibilidades de realização humana e é por isso que as técnicas têm um papel tão importante na preocupação de interpretação histórica do espaço.

> *Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social*. (SANTOS, 1979, p.10).

O território usado apresenta características no tocante aos pares dialéticos: densidade e rarefação, fluidez e viscosidade, rapidez e lentidão, luminosidade e opacidade. Estas características são reveladoras das desigualdades sócio-espaciais, presentes no território, como o brasileiro, marcados também pela relação abundância e escassez, segundo Souza (2003).

As densidades são relacionadas com a ocupação do território pela população. Nesses casos, é comum o termo densidade populacional, e pode ser acrescido da questão relacionada à densidade e rarefação da riqueza, da técnica e da informação:

> *O território é mais ou menos densa técnica e informacionalmente. Os mais densos são espaços luminosos, submetidos à volúpia do tempo presente. Os rarefeitos são os espaços opacos, dos homens*

> *pobres e lentos do planeta, como disse Milton Santos.* [9] *SOUZA (2003, p. 19).*

A fluidez é uma das maiores exigências do mundo atual. Diz respeito à circulação de idéias, mensagens, produtos, ou dinheiro, interessando, segundo SANTOS (2004, p. 274, 275), aos atores hegemônicos:

> *Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes tecnopolos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Não basta, pois produzir. É indispensável por a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção.*

A fluidez e a rapidez fazem parte da "sangria" do território em direção aos pontos de convergência, em geral as grandes metrópoles. A rapidez é a marca daqueles que reúnem as condições para subsistir num mundo marcado por alta competitividade e inovações sempre presentes.

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. A questão implícita na instalação de uma alta densidade viária e infoviária em um território é qual projeto esta fluidez está a serviço, e qual o papel do Estado na regulação desses processos, para que haja garantia de benefícios às sociedades locais, e não servindo apenas à economia internacional, ou interesses de fora, por exemplo.

A sociedade evolui no tempo e no espaço (formas). A evolução no espaço se dá no tempo histórico. Tempo e espaço conhecem um movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, o tempo é sucessão, enquanto que o espaço é acumulação de tempos e objetos, que formam a paisagem.

A paisagem é como os objetos são percebidos visualmente, ou seja, como um conjunto de objetos geográficos se distribui sobre um território, sua configuração espacial. No entanto, é importante relembrar que o principio

9 A autora se refere ao livro publicado por Milton Santos: Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico informacional. Hucitec, São Paulo, 1994.

ativo que dá vida a esses objetos, são todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento, resolvidos em funções, se realizam através de formas. Estas podem não ser originalmente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade através das funções e processos (ações) não se realizaria.

A importância das formas como realização no espaço revela a relação dialética deste com o tempo, como unidades dialeticamente relacionadas. Isso indica que o espaço tem, sempre, um componente de materialidade de onde lhe vem uma parte de sua concretude e empiricidade.

Este processo dialético diz respeito à categoria forma-conteúdo, uma maneira de compreender a sociedade na sua totalidade. Por ter um conteúdo conhecido pelo dinamismo sócio-territorial e sócio-espacial, a forma está relacionada com a existência. Já o conteúdo, é gerado pela técnica, ciência e informação em sua densidade, realizando a sociedade nos lugares.

Segundo Santos (2004), é através da técnica que ocorre esta unificação do espaço e do tempo. A técnica é a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio. É um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. É a realização da sociedade humana, em processo.

> *"Esta realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação."* (SANTOS, 2004, p54)

Portanto, a maneira como o espaço geográfico, o território e a sociedade estão estruturados historicamente, seu funcionamento e a articulação entre eles estão relacionados ao conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos surgidos ao longo do tempo.

A técnica, o capital e o trabalho possuem uma dimensão objetiva na economia, mas também uma dimensão política e ideológica enquanto fenômenos históricos que evoluem diferentemente nos diversos lugares. Cada lugar possui uma estrutura técnica de capital e de trabalho própria e específica: “A presença de combinações particulares de capital e de trabalho são uma forma de distribuição da sociedade global no espaço, que atribui a cada unidade técnica um valor particular em cada lugar.” (Santos, 1985, p. 13). Portanto, a organização do espaço tem uma escala temporal, com o aparecimento dos diferentes modos nos lugares. Por exemplo, nos países subdesenvolvidos, diferentemente dos desenvolvidos, as modernizações ou inovações advindas com as diferentes formas de produção só foram difundidas de forma mais ampla recentemente.

O aparecimento dessas modernizações, segundo Santos (1985), gera mudanças de ordem espacial. A construção de uma periodização histórica[10] ajuda a entender as mudanças no tempo. Segundo o autor, esta periodização é composta por cinco períodos: do comércio em grande escala (fim do século XV até, aproximadamente 1620); o período manufatureiro (1620-1750); o período da Revolução Industrial (1750-1870); o período industrial (1870-1945) e o período tecnológico ou técnico-científico informacional atualmente em curso, tendo se iniciado com a Segunda Guerra Mundial.

Este último período[11], técnico-científico informacional, é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, principal motor da produção através do enorme papel desempenhado pela tecnologia, desenvolvida por pesquisas constantes e pela rapidez na transmissão de informações. Surgem neste período as grandes corporações, freqüentemente

10 Esta divisão do tempo segundo Santos, atendeu aos seus próprios interesses de pesquisa :... “essa minha escolha de períodos, ou sistemas de modernizações é fruto de um critério arbitrário” (1992, p.23). A periodização, portanto, é um instrumental como verificação empírica da dimensão histórico-temporal, no caso da percepção do aparecimento da técnica.

11 Um sexto período, o período Popular da História posterior ao técnico científico informacional foi enunciado por Milton Santos, porém não aprofundado. Segundo explicações de Souza “compreende-se por Popular a maioria da população excluída das benesses do tempo presente, para quem o progresso, ou a modernidade ainda não chegou. Os homens pobres e lentos do planeta que, sem se deixar levar pela volúpia do tempo presente, estão, lentamente , construindo o seu futuro. Estes são a maioria , cuja existência se fundamenta na cotidiana batalha pela sobrevivência que se consolida a cada dia com a argamassa da solidariedade e a busca desenfreada pela liberdade” (2003, p. 12,13).

mais poderosas que os Estados, e o conjunto de condições características oferece às grandes empresas um poder até então inimaginável.

A tecnologia, em lugar da própria indústria, se converte em fator autônomo do período. Por meio das comunicações o período afeta a humanidade inteira e todas as áreas da terra. As novas técnicas, principalmente aquelas para processar e explorar inovações, trazem como nunca antes a possibilidade de dissociação geográfica de atividades. Esses espaços, que escapam temporariamente às forças dominantes, são raros nesta fase da história:

> *O papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local.* (SANTOS, 1985, p.13).

O período atual tem favorecido aos países do Terceiro Mundo o acesso a certo número de modernizações através da rapidez e da universalidade na propagação de informações (progressos nos transportes e comunicações). Isso tem determinado alterações na organização do espaço: no período industrial se caracterizava pela concentração das modernizações em alguns pontos, enquanto que no período atual a difusão de informações e de modelos de consumo representa os fatores de dispersão. Como conseqüência, ocorrem grandes movimentos migratórios, como expressa Santos (1985, p. 30):

> *As migrações aparecem, em primeiro lugar, como uma reação de defesa dos grupos cujo espaço original é ou foi invadido por técnicas que eles só parcialmente assimilaram, ou não assimilaram de todo. As migrações também podem ser vistas como portadoras dessas novas técnicas. Sua importância depende do tipo de tecnologia importada ou imposta e, portanto, das condições históricas de sua realização.*

No constante ao território brasileiro, Santos e Silveira (2002) propõem uma periodização a partir da sucessão dos meios geográficos que definirão por intermédios das técnicas diversas, no tempo e nos lugares, a história do uso do território nacional.

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza pelas ações dos grupos indígenas no confronto com a colonização européia. Neste período pré-técnico, os meios naturais eram os que imperavam, determinando escassez de instrumentos artificiais para o seu domínio.

O segundo período é a dos diversos meios técnicos, que de maneira seletiva se implanta nas verdadeiras ilhas deste "arquipélago da mecanização incompleta",conjunto de manchas ou pontos do território onde se realiza uma produção mecanizada. Primeiramente, ocorrem as técnicas pré-máquinas,e as técnicas da máquina para a produção. Em seguida, a incorporação das máquinas ao território através das ferrovias, portos e telégrafos caracteriza os primórdios da industrialização e da urbanização. No pós guerra sobrevém a integração nacional graças à construção de estradas de rodagem, à continuação da ferrovia e a uma nova industrialização. É o período de integração do território ao mercado, com uma significativa hegemonia paulista.

O terceiro período é marcado pela construção e difusão do meio técnico-científico e informacional:

> *Cabe, ,todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É sobretudo nesse momento que ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis chave.(* SANTOS; SILVEIRA, 2002 p. 28)

O período técnico-científico-informacional, portanto, é a grande marca da nossa época. A grande mudança é gerada pelo progresso científico que, na consolidação de novas tecnologias, proporciona um real conhecimento do mundo em seu conjunto e em seus detalhes, gerado pelos satélites. Outro aspecto é a informação, permitindo que os acontecimentos sejam conhecidos em toda parte. Estas conquistas foram absorvidas pelo capitalismo,

originando uma relação de exploração das empresas de maneira bem mais ampla, ou seja, com o mundo todo. Trata-se hoje da possibilidade da “mais-valia” a nível global e da construção das redes, coexistindo com o espaço banal no território usado.

O nível global se traduz em espaços da globalização que possuem de maneira indissociável uma tecnosfera e uma psicosfera, funcionando de um modo unitário. A tecnosfera, dependente da ciência e da tecnologia, é o mundo dos objetos e a psicosfera é a esfera da ação. Ambas são locais e redutíveis uma à outra. Contudo, fazem referência a dimensões mais amplas e mais complexas. “São os dois pilares com os quais o meio- científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território”. (SANTOS, 2004, p. 256)

Este conteúdo, ou os elementos do espaço que incidem nos lugares, são os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas., que estão em permanente interação, determinando a totalidade social . O espaço como um todo é a sociedade como um todo. Cada elemento não se constitui independentemente, mas é um resultado do processo social.

Assim, segundo Santos (1985), os homens são todos os indivíduos fornecedores ou candidatos ao trabalho, como membros da sociedade Podem ser a população ou uma fração desta. Tanto as firmas como as instituições são elementos criados para atender as demandas dos indivíduos. Isto é,, as demandas são em parte respondidas pelas firmas que produzem bens, serviços e idéias e pelas instituições que produzem normas, ordens e legitimações. Por fim:

> *(...) o meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano e as infra-estruturas são o trabalho humano materializado na forma de casas plantações, caminhos, etc.*(SANTOS, 1985, p. 6).

A análise do espaço através dos seus elementos constitutivos supõe um estudo das interações entre as funções ou das ações implícitas em cada elemento. Isto significa o resultado de todo processo social, já que diz respeito à totalidade.

É importante explicitar que os elementos do espaço e do lugar possuem uma extensão e são dotados de uma estrutura interna, que se relaciona entre si mas também , em outras escalas, com o mundo do qual fazem parte e do qual são afetados no jogo de forças que os atingem. Este processo social, como totalidade dinâmica, é estudado a partir de eventos ou aconteceres.

I.2. Evento enquanto união entre espaço e tempo

A palavra evento, filosoficamente, tem várias acepções e múltiplos sentidos. Cada autor vai designá-la diferentemente de acordo com o sistema de idéias[12] construído.

A totalização dos processos sócio-históricos, segundo Sartre (1960) se traduz como evento nos lugares, pela inserção da flecha do tempo no espaço. Quando o tempo se conecta com o espaço deixando como testemunha um evento que se traduz em modernizações. Onde o evento se instala há mudanças.

Um evento é a causa de outro evento. “Seu destino é realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo, deixando-o renascer com novas características.” (SANTOS, 2004, p. 160).

O evento, material ou não, se dá nos lugares, se impregna com a cultura local e volta para o todo. Ele faz permanentemente este movimento

12 Como afirma Santos (2004, p.143): ”onde Lefebvre escreve momento, Bachelard fala em instante e Witehead de ocasião. Já para Russell, um evento resulta de uma série de instantes. Assim a sinonímia não é exata, mas a construção da teoria geográfica pode utilizar tais vocábulos quase indiferentemente. É preciso, porém, que a teoria geográfica seja internamente coerente e, desse modo, atribua um valor próprio a esses termos. O que será desenvolvido na concepção de evento como acontecer ou ações nos lugares.”

unindo o mundo ao lugar; a história que se faz e a história que já foi feita; o futuro e o passado que aparece como presente.

Os eventos ou ações de um lugar particular acabam influenciando outros e também não são indiferentes à realidade do espaço, pois a sua localização é condicionada pela estrutura do lugar. Aparecem como essa grande chave para unir também as noções de tempo e espaço, que até recentemente não apareciam como um todo único (SANTOS, 1999).

Os eventos são o tempo presente empiricizado, como conjunto de possibilidades. O tempo não existe arbitrariamente e sim a partir dos eventos que não se repetem nem voltam.

Todo evento são "possibilidades que apenas alguns atores são capazes de exercer e que são exercidas apenas em certos lugares" (idem, p.16). Portanto, possuem um sujeito ou sujeitos[13] que sofrem ou os produzem, com intencionalidades e, portanto, projetos políticos diferenciados em disputa nos lugares. Temos como exemplos o Estado, as empresas, os movimentos e os grupos associativistas da sociedade civil. Os eventos também são idéias e não apenas fatos, como as inovações que criam aportes em um dado ponto no tempo e no espaço, um novo modo de fazer, de entender e organizar a realidade. Nesse sentido, toda teoria do evento é, também, uma teoria da ação e vice-versa.

Isto leva a uma diferenciação dos eventos quanto às suas características e classificações. Uma primeira distinção separaria os eventos naturais - a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto - dos eventos sociais ou históricos - a chegada de um trem, um comício, um acidente de automóvel, a revolução francesa.

13 Na concepção deste trabalho adota-se o conceito de sujeito e não de ator, apesar de ter sido adotado na citação de Santos, pois se acredita como expressa Wanderley (1992) que os atores são aqueles que desempenham um papel dentro de um texto, no palco ou na tela. Ou ainda segundo Oliveira (1990, p.43) citado em Wanderley (1992) "(...) sujeito é quem faz a ação ou a comanda, enquanto 'atores' representam um script previamente ensaiado".

Os eventos sociais, que são de interesse deste trabalho, resultam da ação humana, da interação entre os homens, do uso diversificado da informação e do trabalho, supondo conflito e movimento da sociedade. Portanto, a ação é sinônimo de evento e pode ser dividida em finitos e infinitos: os primeiros são conseqüência da distribuição de possibilidade ou recursos limitados, que têm fim, tais como a população de um país, os recursos financeiros, etc. Os infinitos são relacionados a possibilidades e recursos que não se esgotam, como por exemplo a democracia, a informação geral e a liberdade.

Os eventos são simultaneamente a matriz do tempo e do espaço (SANTOS 2004). Ou seja, uma matriz cujos eixos se convergem. Estes são o da sucessão de eventos no tempo, e o outro, da coexistência. No mesmo espaço de tempo se sucedem várias ações/objetos que simultaneamente coexistem. Com isso, os eventos pressupõem uma duração no tempo e uma extensão ou amplitude da sua área de ocorrência.

O evento, segundo Santos (1999), é trabalhável apenas com base na noção de periodização, que encarna a realidade de tempo empírico, e não de tempo cronológico linear. O trabalho científico, assim como o trabalho político e nosso cotidiano, precisam ser trabalhados com pedaços de tempo e não momentos fugazes. Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. A periodização, portanto, é um instrumental que possibilita a verificação empírica da dimensão histórico-temporal e da noção de totalidade, pois permite observar a uma só vez a indissolubilidade de tempo e espaço e de objetos e ações.

As periodizações são realizadas para cada escala de estudo (do mundo, do país (da formação Social e econômica – FSE) , e do lugar) . Os

sistemas se comunicam de forma dialética na relação das partes com o todo e vice-versa.

> *A análise supõe, mais uma vez que encontremos uma periodização para a história do subsistema que estamos estudando, a qual (a história) deve ter suas raízes na história nacional, considerada em suas relações com a história mundial.* (SANTOS,1979, p. 33)

Os eventos possuem uma duração que pode ser compreendida através de períodos não lineares e pode ser natural ou organizacional. Isto é, além da sua natureza original e qualidades individuais que determinam a duração natural, pode-se alterar este processo através de uma lei, de uma decisão governamental ou regra de uma empresa, ou banco central ou privado, entre outros, que são formas organizacionais que implicam na duração dos eventos e até mesmo na sua determinação.

Estas organizações acabam cada vez mais promovendo conjunto de eventos (estes não se dão isoladamente) que se apresentam de forma sistêmica, determinando a duração, a amplitude, a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência.

Portanto, a compreensão do uso do território é dada através da operacionalização do conceito de eventos que não se repetem; são singulares ; e têm uma duração e extensão, com repetição de ações para sua manutenção.

A extensão é entendida com mais facilidade nos eventos naturais, como, por exemplo, a superfície atingida, num dado momento, por uma inundação. Contudo é possível compreender a extensão das áreas de domínio da ação dos eventos de natureza social, mesmo que a identificação seja mais difícil.

As áreas de ocorrência dos eventos podem ser associadas ao conceito de situação, da filosofia. Isto é, segundo Santos (2004, p. 151) existe uma combinação entre fins e meios, objetivos finais e intermediários, que muda ao

longo do tempo. Com isso muda também a superfície de incidência e a área de ocorrência da situação e sua extensão. Dessa maneira, “a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional e local”.

As escalas estão relacionadas a duas acepções: a primeira diz respeito à origem, à força do seu emissor e às variáveis envolvidas na produção dos eventos. Já a segunda se relaciona ao impacto da sua realização. Os eventos, portanto, segundo a escala de sua origem, são pensados como “fluxos”, havendo aqueles de abrangência mundial cuja sua eficácia se faz sentir nos níveis local, regional e nacional, determinando novos eventos nesses níveis, que podem se sobrepor a esse suceder, no tempo e no espaço.

> *É raro que o governador de um estado ou o prefeito de um município tenham condições para criar outra coisa além de, respectivamente, eventos regionais ou locais. Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou de um lugar, as escalas superiores de ação estão freqüentemente enviando vetores. Esses vetores em diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização* (SANTOS, 2004, p. 153)

Percebe-se então, na compreensão das escalas da ação, incidência dos eventos nos lugares, na relação com o mundo num processo que pode ser qualificado na perspectiva dos diferentes de aconteceres solidários, como será visto a seguir

I.3. O Lugar: Espaço do acontecer solidário

Os lugares ou regiões são definidos pela existência de um acontecer ou evento solidário. Na concepção de Santos (2004), a noção de solidariedade não tem conotação moral, mas é aquela encontrada em Durkheim (1999). Ou seja, é a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum. Tem o sentido de ações concomitantes que se materializam nos lugares e determinam diferentes espaços no território usado.

A compreensão do espaço total como estruturas e sistemas leva ao conceito de lugar como uma fração do espaço e do sistema social total. O lugar é objeto de algumas das relações atuais, onde o vetor externo ganha um valor específico como conseqüência do seu impacto. Este valor é dado na relação com as leis mais gerais que estão acima do funcionamento das estruturas e das relações internas.

O mundo é um conjunto de possibilidades acolhidas ou não pelos lugares. Estas possibilidades são exercidas por alguns sujeitos e apenas em certos lugares ou regiões que são definidos pela existência de um acontecer solidário. Esse acontecer solidário que dá sentido aos lugares pode se apresentar de três formas no território atual: complementar, homólogo e hierárquico.

O acontecer complementar são as ações provenientes do intercâmbio entre cidade e campo ou entre duas cidades. A partir das necessidades modernas de produção e do intercâmbio, os acontecimentos estão geograficamente próximos. O acontecer homólogo se dá basicamente em regiões agrícolas ou numa mesma cidade onde haja o domínio de uma mesma produção industrial. A partir de uma modernização que chega através de uma informação especializada há uma similitude de ações presididas pela mesma, gerando contigüidades funcionais e uma área com contornos definidos. Nestas duas formas de acontecimentos a técnica tem relevância e as forças são centrípetas, isto é, vindas de fora para dentro.

O acontecer hierárquico se diferencia dos outros dois principalmente no que tange à importância da racionalização das atividades, na primazia das normas e na relevância não da técnica, mas da política. As ordens ou informações são provenientes de um lugar concentrado e se realizam em outro como trabalho. As forças são centrífugas, de dentro para fora, determinando relações verticalizadas, onde o cotidiano é imposto de fora, através de informações privilegiadas, que têm o sentido de segredo e poder. Enquanto isso, no acontecer homólogo e complementar, as relações são horizontais, as regras de compartilhamento do cotidiano são localmente

formuladas ou reformuladas. Estes são os novos recortes territoriais advindos com a era da globalização.

O território, portanto, é a arena da oposição entre o mercado e a sociedade civil. O espaço pode ser dividido entre banal e de redes. O conceito de espaço banal é o espaço de todos os homens, onde se realiza a vida coletiva que estabelece uma relação de horizontalidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Em oposição a este, encontra-se o espaço das redes relacionado às grandes empresas globais, na relação do território com o mercado. Estas redes estabelecem relações verticalizadas com o lugar, representando o espaço de alguns.

A mundialização da economia capitalista e os reflexos da globalização[14] no uso do território, segundo Milton Santos, geralmente fazem com que o sistema econômico escape às finalidades do lugar, destruindo seu trabalho autônomo e a descoberta de suas potencialidades, de sua vocação regional, implicando a alienação dos lugares.

A alienação é própria das relações sócio-territoriais na dimensão vertical, levando os homens comuns a viverem de forma distante dos processos. Segundo Milton Santos (2004, p. 258, 259):

> *A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte(...) Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isto se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta a serviço da sociedade civil tomada como um todo.Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam, a serviço do grande capital. Mas os lugares também podem unir-se horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais.*

No lugar acontece também um cotidiano compartilhado entre as diversas pessoas, firmas e instituições. Cooperação e conflito estão na base

14 Segundo Souza (1999), a globalização difere da mundialização. Esta pode ser explicada pela disseminação das mercadorias e dos mercados pelo planeta. A globalização é o controle dos mercados mundiais com a possibilidade oferecida pelo desenvolvimento tecnológico e o exercício da simultaneidade e da instantaneidade dadas pela informática.

da vida em comum. O fato de cada qual exercer uma ação própria faz com que a vida social se individualize; como a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organizações e oportunidades:

> *O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e criatividade* (SANTOS, 2004, p. 258).

Os lugares contíguos e os lugares em redes são essencialmente os mesmos lugares, porém com funcionalizações diferentes. A divisão social do trabalho determina a distribuição das atividades nos lugares, no espaço de objetivação, na concretude da totalidade. O mundo em sua totalidade se revela nos lugares. Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, não passam de abstrações.

Como já foi dito o mundo é o conjunto de possibilidades. Esta idéia é complementada pela dos lugares como conjunto de oportunidades. A ação efetiva-se através da adequação de seu fim (a finalidade ou intenção a que responde no projeto) ao mundo do possível e suas oportunidades. A vontade, a intenção, o desejo, o projeto e o planejamento “geografizam-se” através das práticas sociais, tendo como meio o mundo e o lugar.

Até aqui preponderantemente refletiu-se sobre as concepções de Milton Santos relativas ao território usado como referencial teórico deste trabalho. No tocante às ações, percebe-se a necessidade de um diálogo também com a filosofia e a sociologia, através de autores como Sartre, Gramsci e a apropriação dessas concepções por Ana Clara Ribeiro Torres e Evelina Dagnino, entre outros, como será apresentado a seguir como uma ampliação ou aprofundamento ao pensamento de Milton Santos.

I.4. Compreendendo a ação: A prática social nos lugares, enquanto práxis

Para Santos (1982) a prática social é sinônimo de prática coletiva, sendo resultado direto das necessidades sociais, num lugar dado e num momento dado, diferentemente da prática individual[15] .Dessa maneira, ela se impõe a todos os que participam da coletividade, é exterior aos indivíduos e se sobrepõe a todos e a cada qual como necessária.

São as práticas[16] e relações sociais que dão vida ao território, ou o sentenciam ao isolamento, à existência subordinada. Esta compreensão aponta para noção de práxis, ou seja, ação transformadora, quando sujeitos intencionam um projeto coletivo.

> *A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social.* (SANTOS, 1979, p.18)

A prática social enquanto práxis relaciona-se com a necessidade e com o projeto, e para Santos (2004) será geografizada, materializada nos lugares do território.

> *As ações resultam de necessidades naturais ou criadas. Essas necessidades são materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas; elas é que conduzem os homens a agir e os levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos, as formas geográficas.* (SANTOS, 2004, p. 82,83).

15 "Aquilo que se chama a prática individual não pode ser confundido com a prática coletiva, ou melhor, com a prática social. O que se chama de prática individual são os comportamentos dos indivíduos na vida corrente, conjunto de atitudes e de gestos com os quais cada homem se insere na vida de sua própria coletividade como produto e como cidadão. Desse tipo de prática diz-se freqüentemente que ela comporta uma parcela importante de escolha pessoal, de indeterminação e do que se chama sorte. (SANTOS, (1982, p. 128)

16 Balbin (2003) amplia a discussões de prática social em seu trabalho, que não será abordado nesse estudo, para a concepção de prática espacial."O conceito de práticas espaciais, embora pouco empregado na geografia, é de extrema importância para a análise do espaço urbano e do cotidiano, devido à distinção possível em relação aos hábitos. No entanto, poucos foram os autores que se aprofundaram em sua definição .O conceito é aqui utilizado da seguinte maneira: as práticas espaciais guardam sua lógica na produção intencional e minuciosa do espaço, somente possível no atual período técnico, científico e informacional. As práticas espaciais surgem com as intenções contidas nos planos, projetos, e planificações, que tem como finalidade reger o processo de produção e reprodução do espaço através do controle, vigilância e organização das ações individuais e coletivas, fazendo uso, principalmente, da implantação de objetos técnicos e normas de uso e apropriação"(p. 92).

A noção de prática social no território usado, então, está ligada ao sistema de ações, a psicoesfera, que é indissociável do sistema técnico, a tecnoesfera .

As práticas sociais no sentido de uma conduta ou ação humana são apreendidas, no pensamento de Milton Santos, e também em Sartre (1982) através da compreensão, na relação entre os objetos e as ações no território.

A compreensão desta "empresa" como conhecimento é o movimento dialético que explica o ato pela sua significação terminal, a partir das condições iniciais. [17] Envolve o campo prático, a relação da ação e do objeto correspondente, e ainda precisará, segundo Sartre (1982p.179), de que os sujeitos envolvidos sintam a carência e a necessidade de agir.

> *Assim a compreensão nada mais é do que minha vida real, isto é, o movimento totalizado que ajunta a meu próximo, a mim mesmo e ao ambiente na unidade sintética de uma objetivação em curso.*

Estes aspectos da filosofia existencialista de Sartre, incorporados por Milton Santos, revelam que as ações estão inseridas na ontologia do espaço como práxis. Ela é portadora do tempo na medida em que manifesta as condições historicamente herdadas e o projeto de transformação destas condições. Esta é noção de prático-inerte desenvolvida por Sartre, na relação dos sujeitos com a práxis. Definida como a prática depositada nas coisas e tornada condição para novas práticas assim como cristalizações da experiência passada, dos indivíduos e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Nas palavras do autor abaixo definindo esta categoria, percebe-se a importância do movimento, da ação na relação dialética tempo/espaço incorporada por Santos:

---

17 Ë originalmente progressivo. Compreendo o gesto de um amigo que se dirige para a janela , a partir da situação material em que ambos estamos: é, por exemplo, porque faz muito calor. Ele vai nos "dar ar". Esta ação não está inscrita na temperatura, ela não é "desencadeada" pelo calor como por um estímulo"que provoca reações em cadeia: trata-se de uma conduta sintética , que unifica sob meus olhos o campo prático onde nos encontramos ambos , unificando-se a si mesma; os movimentos são novos ,adaptam-se à situação, aos obstáculos particulares: é que as montagens são esquemas motores abstratos e insuficientemente determinados, eles se determinam na unidade da empresa. (Sartre, 1982, p.178).

> *O fim se enriquece no decorrer da empresa, desenvolve e supera suas contradições com a própria empresa; terminada a objetivação, a riqueza concreta do objeto produzido supera infinitamente a do fim (tomado como hierarquia unitária dos sentidos) em qualquer momento do passado em que o consideremos. Mas é porque o objeto não é mais o fim : ele é o produto em pessoa"de um trabalho e existe no mundo, o que implica uma infinidade de relações novas*. (SARTRE, 1984, p. 181)

Assim Ribeiro (2003)[18], que incorporou a concepção da geografia proposta por Milton Santos em suas reflexões, afirma que não é possível compreender o espaço sem a ação dos sujeitos. O espaço não é algo imobilizado, estagnado, sobre o qual a sociedade se desenha ou se faz; há uma conexão (ontológica) entre a problemática do espaço, a atividade e a ação e a forma dinâmica do ser como totalidade social. Ou seja, para fora do espaço ou território não há realização, sendo este produzido por uma conjunção de processos materiais e de significação.

A ação, portanto, é um processo dotado de propósito e está relacionada a um projeto. O tempo da ação é o tempo do projeto. A teoria social crítica, na perspectiva deste trabalho, assinala que a sociedade em si não possui objetivos nem finalidades, mas uma existência apenas factual. Ressalta que os membros dessa mesma sociedade sempre agem teleologicamente. A ação individual ou coletiva, tendo por base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar [19].

---

18 . Do ponto de vista da sociologia a autora se preocupa em resgatar em Gramsci, entre outros, a importância do território na análise da ação política. Com isso contribui, aprofundando e complementando a teoria da geografia proposta por Milton Santos. GRAMSCI (1978b) aprofunda a natureza da ação política,que envolve tanto o conhecimento histórico como geográfico. Notas da transcrição do curso "Teorias da Ação"., ministrado pela Prof a Ana Clara Torres Ribeiro , em 2002, na UNICAMP.

19 Outros autores concordam com esta perspectiva como é o caso de Weber, Schutz, que não serão aprofundados nesse trabalho. Para WEBER (1997) a ação social é uma conduta humana sempre que os agentes dão à ação um sentido. Ë uma ação orientada a partir da conduta de outros. A perspectiva da compreensão de Weber leva à pergunta sobre os sentidos ou intenções das ações, que são impulsionadas pelos interesses materiais e ideais. Considera então que os tipos da ação se encontram numa escala de racionalidade e irracionalidade, ou seja, ação do tipo racional, afetivo e tradicional. Segundo SCHULTZ (1967) a ação é a execução de um ato projetado sobre uma situação que é correspondente ao seu sentido .A ação é um comportamento orientado para atingir fins ou objetivos.

A partir das considerações de Gramsci[20] ao analisar a obra "O Príncipe", de Machiavel," Ribeiro (2003) resgata a importância do conhecimento do território praticado e vivido como fato e condição para a construção do projeto e o exercício da ação. Dessa maneira, existe na problemática gramsciana a compreensão simultânea dos círculos de cooperação e das escalas, envolvendo ação e espaço através do conhecimento do território e das condições, objetivas e subjetivas , da ação.

Para Gramsci (1978b) a ação é político-militar, tática e estratégica mesmo na ausência de guerra. A partir desta natureza ele reconhece três momentos espaços-temporais na análise da correlação de forças sociais e políticas.

O primeiro momento onde as forças sociais são dimensionadas através da análise das estruturas objetivas independentes da vontade dos homens as medidas são feitas com a utilização das ciências exatas ou físicas. Dizem respeito ao grau de desenvolvimento das forças materiais, ou seja, ao número de cidades, suas populações, etc. O segundo momento é relacionado à relação das forças políticas, da consciência da solidariedade de interesses entre os grupos. Avalia-se o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Por fim, o terceiro momento é quando se adquire a consciência de que os próprios interesses, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo de grupos meramente econômicos, podendo e devendo tornar-se os interesses de outros grupos subordinados também. É importante mencionar, no entanto, que os três momentos se confundem e se combinam.

Este processo possui uma teleologia[21], considera a transformação social como possibilidade. Pois a ação política é intencionada e possui uma

20 GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 b.Em Machiavel (1985) a natureza do poder e a reflexão sobre o ato político são abordadas, através da figura do príncipe. Apresenta como se dá a ação política como mecanismo que é de força mas também de astúcia, habilidade, capacidade de convencer e representação

21 A teleologia é uma doutrina que estuda os fins últimos da sociedade, humanidade e natureza. Suas origens remontam a Aristóteles com a sua noção de que as coisas servem a um propósito in MORA, José Ferrater. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martin Fontes,2001.

estratégia na conquista do poder para o atendimento das necessidades, no ultrapassar dos interesses corporativos.

A dinâmica apresentada por Gramsci não omite o papel da vontade na ação política na construção de projetos políticos. A vontade coletiva cria as condições estruturais para transformação. As condições não apenas criam a vontade, mas a vontade também cria as condições. Não há no entendimento da ação política, nesse sentido, determinantes estruturais absolutos. A ação também cria os determinantes, assim como a vontade dos sujeitos condições. [22] (RIBEIRO, 2002)

Nesse sentido, Dagnino (2006), na mesma perspectiva teórica gramsciniana ,reflete que a política é um terreno também estruturado por escolhas expressas nas ações dos sujeitos, orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses. Escolhas que não se reduzem apenas a estratégias de atuação, mas produzem significados que integram matrizes culturais e, portanto, políticas, mais amplas. Estas podem estabelecer relações conflituosas tanto em relação a outras escolhas como com respeito a condições estruturais, recursos e oportunidades, que circundam e qualificam sua implementação.

Esta visão remete à relação imbricada da cultura com a política e a economia, em uma concepção de sociedade como uma totalidade orgânica. Esta se coloca em contraposição ao reducionismo economicista na

22 Filosoficamente a idéia do indivíduo portador de "vontades" sujeito da transformação social é desenvolvida também por Espinosa(1632-1677): os homens existem para serem afetados e para afetar, para perseverar, conservar e expandir na sua existência (conatus) como potência de ação que através de bons e maus encontros, podem aumentar e diminuí-la. A questão que se coloca no pensamento do autor é de natureza ontológica, traduzindo-se em indagações de caráter ético-político, onde a fragmentação e a reatividade do conhecimento é contestada. Não há cisão entre emoção e razão, ou objetividade/subjetividade, corpo/alma, individual/coletivo, entre outros. Como expressa Sawaia, (2001e 1998) se baseando em Espinosa: a ação social não vem de fora, é uma necessidade do sujeito. "É paixão que leva os homens a se comporem com outros homens." (p. 124). Nesse sentido discute também que: "Enquanto hipótese filosófica sujeito é indivisível, tornando impossível traçar uma linha divisória entre interesse pessoal e interesse alheio(coletivo), uma vez que a paixão pela expansão do ser permite encarar os dois de forma fundida, como uma coisa só. O sujeito concretiza-se, no cotidiano, enquanto sujeito sócio-historicamente determinado e palpável, como experiência intersubjetiva de um homem datado, imerso em um trabalho, em uma sociedade do tipo econômico e político específico, aparecendo nas figuras de nós coletivo ou eu individual , cuja qualidade depende das afecções propiciadas por aquilo que ao mesmo tempo é constituído por eles." (p. 125,126).

abordagem da transformação social, e estabelece uma equivalência entre forças materiais e elementos culturais.

Por essa perspectiva, a ação política na transformação social não é um ato insurrecional na tomada do poder do Estado para a transformação das relações de produção, como no marxismo clássico, mas um processo longo e gradual de construção de uma nova hegemonia. Um processo de reforma intelectual e moral da sociedade, a partir da construção de uma nova cultura. Pois, como expressa De Certau (1984), a cultura é um processo coletivo e incessante de produção de significado, que molda a experiência social e configura as relações sociais e políticas, expressas em diferentes projetos e concepções de mundo.

O conceito de hegemonia é relevante para o entendimento da disputa entre diferentes projetos e concepções de mundo expressas na dinâmica de compreensão do sujeitos por si mesmos. Nas palavras de Gramsci (1978, p. 21):

A compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real.

A concepção de hegemonia segundo Dagnino[23], tem sido compreendida de forma banalizada com a naturalização do conceito quando há o exercício de poder, quando há um ato de coerção. A autora, a partir de Gramsci, compreende a hegemonia como um projeto de transformação social a ser realizado é um modo específico de exercício e construção de poder, cuja especificidade é dada pelo consentimento ativo.

O consentimento ativo como recurso fundamental de poder, significa o oposto de uma concepção de mundo imposta, implica em consciência crítica, escolha, portanto autonomia, participação ativa na construção da história do mundo. Como bem expressa Gramsci (1978a, p.12):

23 Notas de aula do curso Cultura e Política ministrado pela Profa Evelina Dagnino em 2005 na UNICAMP.

> *(...) é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior passiva e servilmente a marca da própria personalidade.*

Para Gramsci a hegemonia "formula uma nova maneira de pensar a relação entre cultura e política, na qual a primeira se torna radicalmente constitutiva da segunda." (DAGNINO, 2000, p. 67). Contudo, busca-se também um projeto de reforma econômica, para a sociedade capitalista. O autor não ignora os antagonismos e conflitos de classe, porém visa uma articulação de interesses e uma transformação através da ação política pelo meio da cultura.

A cultura, nesta concepção, é elaborada e difundida nas organizações da sociedade civil, situando-se nos aparatos ideológicos da superestrutura, onde se organizam as lutas ideológicas. A sociedade civil é, nesse sentido, composta por organismos privados, por instituições e meios que defendem e transmitem valores, costumes e modos de vida (escola, meios de comunicação social, família, igreja, partidos, sindicatos, associações culturais e profissionais, etc.). [24]

A sociedade civil se diferencia do Estado (sociedade política) onde estão os organismos de domínio e coerção. O estatal tem a ver com o domínio direto que se expressa no governo jurídico que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não dão seu consentimento nem ativa nem passivamente. Serve para adequar a sociedade civil, superestrutura, à estrutura econômica, ou seja, à infra-estrutura.

É na sociedade civil onde se formam a vontade coletiva e o convencimento da adesão à ação política das classes subalternas. Isso implica em pluralismo, interesses antagônicos para controlar a produção e orientação cultural.

---

24 Conceito sintetizado por ALONSO, Jorge . La Sociedade Civil en Optica Gramsciana, in Sociedade Civil n1, Vol,1.

Esta distinção entre sociedade civil e o Estado é muito mais analítica do que orgânica. Na verdade, numa visão mais inclusiva Gramsci vai dizer que o Estado tem suas raízes na sociedade civil, sendo, portanto a sociedade política mais a sociedade civil. Ou seja, no Estado convive a hegemonia ancorada numa relação dialética com a coerção.

Diante desta concepção de sociedade civil, com a permanente disputa de diferentes projetos políticos pela hegemonia, a ação política como práxis, é concebida como construção histórica, que se manifesta numa direção capaz de articular uma unidade cultural. Nesse sentido é de suma importância a função dos sujeitos da ação neste processo, o que também interessa pensar teoricamente, para este estudo.

I.5. Da concepção de sujeitos da ação social e política.

A centralidade da discussão do sujeito da ação social nas ciências humanas remete à própria historicidade da construção teórica do conceito. Contudo, é mais ou menos generalizado que a idéia de sujeito está diretamente associada a projetos coletivos de mudança social e de autonomia, como elaboração da própria identidade. Nesse sentido expressa Wanderley (1992, p. 142): "Sujeito é aquele que faz a ação ou a dirige, ou num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade".[25]

Na perspectiva gramisciniana, o sujeito da hegemonia é o denominado bloco histórico ou bloco social intelectual e moral, que representa o vínculo

25 A vida humana ganha sentido na relação de coexistência com o outro onde o engajamento é uma ação intrínseca ao destino coletivo. Nesse sentido é relevante a reflexão de Landsberg (1967): "A qualidade específica da ação que leva ao engajamento o torna, simultaneamente uma ato total e um ato livre: ato total, porque não se trata de uma atividade da inteligência agindo isoladamente ou de atividade exclusiva da vontade, pois o engajamento é obra do homem integral, no qual a inteligência e a vontade se confundem. Ato livre, não por participar de uma liberdade formal de arbítrio, mas por traduzir uma decisão da pessoa que toma consciência de sua responsabilidade específica e realiza sua formação positiva como pessoa. "(p. 172).

entre a infra-estrutura e a super-estrutura social. Este sujeito, composto pelos intelectuais orgânicos e a massa, expressa a vontade coletiva. O engajamento deste tipo diferenciado de intelectual supõe uma relação orgânica com a massa[26]. Intelectuais orgânicos, portanto, são aqueles que juntamente com a massa (organicamente) elaboram e tornam coerentes os princípios e os problemas colocados com a atividade prática (daquilo que faz o organismo sobreviver), formando o bloco social intelectual e moral. Os intelectuais comuns, tradicionais, são considerados "pelegos", quando se dizem representar os interesses das massas perante o Estado, pois não possuem uma relação orgânica com as mesmas . Esta postura e ação, segundo Gramisci, bloqueiam a autonomia histórica das massas. Para o autor, o projeto hegemônico de transformação última da sociedade, o socialismo, é construído democraticamente (processo de consentimento ativo) e supõe a relação participativa, a coexistência de sujeitos com projetos em permanente disputa.

Isto é, os sujeitos da ação são indivíduos e grupos dotado de autonomia e liberdade, com capacidade de fazer escolhas, num processo de autoconstrução permanente na esfera individual e coletiva. Nesse ponto é importante entender no contexto brasileiro como se deu o reconhecimento e a concepção desses sujeitos, principalmente os coletivos nos anos 1970.

Historicamente, segundo Chauí (1988), a partir da análise da crise das esquerdas, da Igreja e dos sindicalismos nos anos 70, a ação política sofre um deslocamento e seu entendimento no tocante à concepção dos sujeitos, ultrapassa a esfera institucional dos partidos e do Estado. Assim, Sader (1988) inaugura com seu trabalho a idéia dos chamados "novos sujeitos coletivos" a partir dos movimentos sociais populares. Esta expressão indica "uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades constituindo-se nessas lutas." Estes sujeitos coletivos não são

26 Segundo Ortega y Gasset, in "A Rebelião das massas", a massa é um grupo que não atua por si mesmo, mas precisa ser dirigida, influída, representada, organizada, embora suas possibilidades e poderes sejam grandes. As massas se submetemm às instâncias superiores constituídas por minorias , pois precisa, necessita daqueles.

mais um sujeito histórico único, revolucionário; não mais “um sujeito de cuja posição se pudesse captar o sentido de toda a sociedade e de toda história.” (SADER, 1988, p. 55). São considerados manifestações de uma pluralidade de sujeitos, que têm sua identidade forjada nas suas interações e em processos de reconhecimento recíproco, ou seja:

> *Manifestações incapazes de incidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal - antes interpretada como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressão de resistência , de autonomia e criatividade. O Estado deixa de ser visto como lugar privilegiado das mudanças sociais. A Política vai se dar no âmago do tecido social, para além da esfera institucional apenas. Ela está na casa, na praça, em todas as esferas da vida humana.*(SADER, 1988, p.33)

Nesse sentido o lugar passa a ser reconhecido como espaço privilegiado da incidência de eventos, da ação política sem, contudo isolá-lo da sua relação dialética com o mundo, como já expressado na concepção de Milton Santos (2004).

Segundo o autor, é importante destacar que muitas vezes os sujeitos da ação não conseguem refletir sobre a relações dos eventos do lugar com o mundo, fazendo de suas ações políticas, uma relação imediatista de conquista , sem o distanciamento crítico, e a reflexão das relações causais que determinam as necessidades. É necessário, portanto, definir-se sempre a escala das ações dos sujeitos e do seu comando, pois muitas vezes as ações exercidas em um lugar são produto de necessidades alheias, de funções geradas à distancia e apenas a resposta é localizada naquele lugar. Santos (2004) chama este processo de esquizofrenia no processo criador de eventos, causando alienação regional e local. Esta alienação determina desigualdades sócio-espaciais entre lugares opacos e luminosos das cidades. [27]

27 “Na cidade luminosa , moderna, hoje a naturalidade do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano área construídas ao sabor da mordernidade e que se justapõe , superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas opacas. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão.”(SANTOS, 2004, p. 326)

Este contraste entre os lugares desiguais, associado com a necessidade do cotidiano, fazem com que os sujeitos políticos reavaliem a tecnoesfera e a psicoesfera encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Esta é a lei da sobrevivência humana que se renova continuamente.

> *Trata-se para eles da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer- carência de todos os tipos de consumo material e imaterial, também carência de consumo político, carência de participação e cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo mundo e percebidas no lugar.*(SANTOS, 2004,p. 326)

Nessa perspectiva teórica, este estudo aproxima-se da participação social, inerente à vida humana e a ação política associada a objetos no território usado, e categoria de análise e intervenção, constitutiva do Serviço Social.

No próximo capítulo, procurar-se-á abordar a categoria participação social na perspectiva do Serviço Social e os diferentes significados ao longo dos tempo na trajetória histórica da profissão.

CAPÍTULO II. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA CONSTITUTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social se volta para o homem nas suas relações sociais e na construção do seu projeto histórico. A participação, de forma geral, é entendida como um componente da prática social vivenciada pelo homem em relação com os outros para a determinação de si mesmo e da sociedade. A partir desse enfoque, percebe-se que a participação é uma prática intrínseca ao homem em sociedade e, ao mesmo tempo, é parte inseparável do Serviço Social.

Nesse sentido, encontra-se na historicidade das propostas interventivas do Serviço Social a presença da categoria. A abordagem da realidade, bem como a acepção conferida à participação, serão apontadas pela concepção de homem-mundo[28] evidenciada na teoria e na prática.

Abordar a participação como categoria constitutiva e analítica da profissão implica, neste trabalho, em apreender a prática profissional no movimento histórico da sociedade, com suas ambigüidades e contradições, sem esquecer que ela está inserida no contexto das relações sociais mais amplas que condicionam e atribuem características particulares.

A participação, portanto, como será apresentada, é uma categoria sempre presente na história da profissão. Nos primórdios, a ênfase da participação era no indivíduo, como cliente do caso social. A seguir, se encaminha para o período em que se concebe a participação social nos grupos e na Organização Social da Comunidade. No pós-guerra, anos 1950, a participação social se ampliou no desenvolvimento da comunidade. Nas décadas de 1960 e 1970, na reconceituação da profissão, a participação social foi vista como um componente político voltado para mudança da sociedade. Finalmente, no período pós-constituição de 1888, sua ação

evidenciou-se na implementação das políticas sociais descentralizadas e territorializadas[29].

Este revelar do movimento da profissão se faz necessário, pois a chamada "fluidificação dos conceitos"[30], onde as noções, conceitos e categoriais são historicamente determinadas, é parte do método dialético.. Diante disso, será mostrado em seguida o percurso de entendimento da participação nos diferentes momentos da prática interventiva do Serviço Social.

II.1. Participação dos indivíduos: dos primórdios à institucionalização do Serviço Social no Brasil

A origem do Serviço Social ocorreu a partir do desenvolvimento da prática da ajuda assistencial, com motivações religiosas, como um fenômeno histórico que respondia às demandas do capitalismo que se estruturava no séc. XIX. Este processo metódico que nasceu na Europa, se reproduziu nos Estados Unidos, com ênfase na sistematização desta prática, na construção do conhecimento.

As organizações de caridade foram fundadas[31] para organizar as atividades de seleção e atendimento aos miseráveis através de inquéritos, cujos critérios eram unicamente os aspectos econômicos do indivíduo, baseados na diretriz de "que antes do homem obter auxílio, é preciso provar que não pode viver sem ele" (RICHMOND, *in* KARSCH, 1982).

As sociedades de caridade elaboraram procedimentos básicos para orientar a ação assistencial, que, apesar de revelar uma concepção de ação

29 A Política Nacional de Assistência Social, por exemplo, em seu texto valoriza o território como pressuposto para a intervenção: "A concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, além da descentralização e a intersetorialidade. Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política (Política Nacional de Assistência Social, 2004, p.28).

30 Para dialética materialista de Marx, a realidade é uma totalidade aberta, quer dizer, não pode ser reduzida a infinita riqueza a um conhecimento fechado. Com isso "os conceitos com os quais o nosso conhecimento trabalha precisam aprender a ser "fluidos". (KONDER, 1981, p. 52)

31 Um passo importante na concepção e organização das práticas assistenciais, foi a fundação no ano de 1869 da Charity Organization Society (Sociedade de Organização da Caridade) de Londres. Nela convergiam as obras dos diferentes pioneiros. Sociedades similares as de Londres foram criadas nos países protestantes principalmente nos Estados Unidos.

voltada para o indivíduo, tinha nos parentes, vizinhos e amigos do assistido agentes de sua própria readaptação. Por outras palavras, a ajuda envolvia o ambiente do assistido e suas relações.

Deste modo, segundo Ander-Egg (1975), começa a apresentar-se o Serviço Social como profissão. Todos os pioneiros na Europa, assim como Mary Richmond e Jane Addams[32] nos Estados Unidos, entre outros, se esforçaram , ainda que por meios diferentes e movidos por idéias distintas, em ajudar o indivíduo mediante a compreensão de sua personalidade em seu meio. Eles se propunham a, não somente saber como aliviar a pobreza material, senão também como liberar suficientemente os homens do peso de suas circunstâncias, de modo que poderiam aceitar uma maior responsabilidade para orientar suas existências individuais e contribuir no bem-estar da comunidade em que vivem.

O Serviço Social profissional nasceu com um enfoque sociológico, tendo como influência a sociologia de Comte, entre outros. Entretanto, a excepcional importância que a psicanálise adquiriu nos Estados Unidos, imediatamente depois da obra de Mary Richmond, conduziu o Serviço Social a um enfoque psicologista.[33]

Progressivamente, o processo de institucionalização e burocratização do Serviço Social foi encarnado nas agências sociais. Estas foram criadas:

> *como uma decisão da sociedade de proteger a seus membros ante qualquer transtorno social, de prevenir sua desadaptação e de fomentar o desenvolvimento de níveis superiores de funcionamento*

32 A primeira escola de serviço social surge em Nova York em 1898 e na Europa em 1899. O séc. XX marca o nascimento do Serviço Social profissional ou institucionalizado. Em 1917 é publicado nos Estados Unidos o livro "Social Diagnosis" de Mary Richmond, que foi a primeira grande sistematização teórica do que se chamou Serviço social de Casos. Jane Addams, contemporânea de Richmond, no final do sec.XIX, aponta para as questões das mudanças socais e a promoção da social democracia e da mitigação da Injustiça social. Duas visões, que se traduzem em tensões ideológicas dentro da profissão. In Franklin, Donna L. (University of Chiacgo). "Mary Richmond and Jane Addams: From Moral Certainty to Rational Inquiry in Social Work Pratice". Social Service Review. Ecember, 1986.

33 A partir da década de 20 ao mesmo tempo em que o serviço social entra na fase psicologista, os caminhos da sociologia e do trabalho social, são cada vez mais separados. Quando se aproximam é para marcar a relação da sociologia como ciência, sem preocupações terapêuticas, e o trabalho social, visto como arte tem preocupações diretas na ação de ajuda para eliminar os desajustes individuais. A Sociologia norte americana teve em sua fundação até o término da Primeira Guerra Mundial, uma clara orientação reformista; logo vai se preocupar com a neutralidade valorativa da ciência pura e se distanciar, despreocupar, dos problemas concretos.

> *humano.A oficina ou agência social defende e advoga aquilo que considera desejável para o conjunto de membros. Nesse sentido é instrumento para manter e praticar normas e valores sociais. (KARCH, 1975)* [34]

A montagem burocrática decorrente da institucionalização do Serviço Social e demais instituições do séc. XX, segundo ainda Karch (1975) carrega em si um sistema alienante, implícito no universo mitológico que representa o poder do conhecimento técnico do profissional assim, como alienação da realidade da pobreza como algo naturalizado na ordenação sócio-política da sociedade burguesa. Nesse sentido, a participação dos indivíduos se concentrou no processo de ajudar-se a si mesmo, numa posição hierárquica, inferior e dependente ao saber técnico.

Nos anos 1930, nasceu o Serviço Social institucionalizado no Brasil com a criação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, em 1936,[35] em São Paulo, decorrente do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Os antecedentes ao nascimento da Escola de Serviço Social em São Paulo se relacionou, primeiramente, com a discussão da chamada Questão Social, encetada pela Rerum Novarum[36], que inovou e ampliou a prática caritativa e filantrópica da Igreja

A Questão Social na doutrina social da Igreja, segundo Yazbek (2000, p.22), foi abordada como "problema moral e religioso e numa intervenção que priorizava a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento das suas necessidades materiais, morais e sociais".

Formada pela intelectualidade laica estritamente ligada à hierarquia eclesiástica, a ação católica propunha, com uma visão de compromisso e engajamento, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. Assinalava-se a preocupação com os impactos sociais do

---

34 Trecho de Helem Perlman, Assistente social americana. "El trabajo social individualizado". Ed Rialp S.A, Madri, 1956, p.60, citado por Karch (1975).

35 A Escola inicialmente era uma fundação do Centro de Estudos e Ação Social, e manteve-se vinculada a ele até 1972, quando foi incorporada à Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

36 Esta é uma das duas encíclicas que influenciam o pensamento da Igreja e dará a orientação da ação católica, e posteriormente ao Serviço Social. A Rerum Novarum foi divulgada por Leão XIII em 1891 e a Quadragésimo Anno, de Pio XI de 1931, dois anos depois do crack capitalista de 1929. As encíclicas irão preconizar a luta contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista.

lucro e com o desenvolvimento do comunismo a luta por reformas sociais, ainda que dentro dos marcos do capitalismo, e o combate à decadência dos costumes.[37]

A atuação da ação católica se dava no método relacionado com as suas finalidades, traduzidos no "ver, julgar e agir" incorporados, também, na prática profissional do Serviço Social. Ou seja, o ver a realidade e julgar, através da relação com a doutrina social da Igreja, gerava o agir nos diferentes campos. As disputas e os conflitos internos eram pelas formas de agir, nas diferentes metodologias, e não por divergência nas finalidades ou princípios unificados pela doutrina da Igreja.

A mentalidade cristã que perpassava o Serviço Social e que marcou a formação de seus profissionais na sua origem, tem sustentação filosófica no neotomismo, baseado nas concepções de Tomás de Aquino. Nesta perspectiva uma das pioneiras[38] do Serviço Social brasileiro, Helena Iracy Junqueira, abordava as formulações básicas da concepção cristã do homem e da sociedade, o que acabará por embasar a prática da profissão que se consolida.[39]

A participação, nesta perspectiva, é entendida como intrínseca à sobrevivência do homem, na dependência do outro. A prática profissional se voltaria a ajudar o indivíduo a inserir-se na comunidade, à vida associada, onde somente na relação com os outros poderia se dar o seu desenvolvimento pleno. Cabe à sociedade o favorecimento do bem-comum e

37 "Como elemento da estratégia destinada a recuperar a sua hegemonia ideológica, tanto a hierarquia católica quanto os leigos valorizaram em maior grau a ação social e a participação ativa e organizada dos crentes na vida social, criando-se para colimar estes objetivos, os suportes de tipo legal e institucional. Nestes, cabe destacar o ensino confessional, os centros de estudo, a Ação Católica, as universidades, os sindicatos católicos, as novas formas de ação paroquiais etc. "(CASTRO , 2003 p. 51) .

38 Helena Iracy Junqueira, assim como Nadir Gouvea Kfouri, foram assistentes sociais pioneiras, diplomadas na primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo, inaugurada em 1936.

39 Alguns destes princípios são citados por Helena Iracy Junqueira no trabalho de MARQUES, (1994, p.120, 121): "O homem é um ser inteligente e livre, criado por Deus, cuja realização se inicia neste mundo. O homem é um ser eminentemente social, que somente realiza o seu destino na convivência humana; dependemos uns dos outros e somos responsáveis uns pelos outros"; A indigência e a perfectibilidade do homem o fazem um ser necessariamente social. Não é possível ao ser humano sobreviver sozinho. De outro lado, sua ânsia de desenvolvimento pleno e de aperfeiçoamento exige uma vida social comunitária, participada". A natural sociabilidade do homem o leva a organizar-se em sociedades, desde as mais primitivas até as mais complexas." A sociedade ou as sociedades têm como finalidade promover o bem comum, que se torna o objetivo específico de cada uma."O bem comum da sociedade civil é entendido como o conjunto das condições sociais que permitem e favorecem o desenvolvimento integral do ser humano, em uma vida associada, comunitária".

das condições sociais que permitam o desenvolvimento integral do ser humano.

Na década de 1940, com a II Guerra Mundial e o eixo de influência franco-belga,[40] a abordagem técnico-operativa do Serviço Social americano é adensada ao Serviço Social brasileiro, através dos movimentos católicos franceses. . Os princípios básicos do Serviço Social introduzidos por Mary Richmond, dos Estados Unidos, a autodeterminação e a individualização, impactaram e desafiaram a prática profissional.

Com o exercício da autodeterminação, o cliente deveria determinar sua própria vida e não o assistente social. Este princípio se referia também à auto-ajuda e autoconfiança. Já a individualização, segundo Nadyr Kfouri, citado em Neves, consistia em tratar a pessoa como uma realidade própria, segundo o seu modo de ser, sentir e pensar as suas possibilidades e necessidades. “Esse processo se desenvolve num plano de entendimentos estabelecidos entre cliente e assistente social, requerendo, do primeiro, uma participação total” (NEVES, 1990, p.135). A participação do cliente no caso social, então, foi enfatizada em decorrência dos princípios do Serviço Social, no processo de ajuda. A abordagem grupal nasceu juntamente com o caso social, como um método de atendimento dos indivíduos (casos) conjuntamente.

A percepção de que os problemas dos indivíduos poderiam ser abordados em grupo, e que a identificação entre as pessoas poderia ser a partir do lugar de moradia, levou a intervenção para os bairros. O Serviço Social ampliou sua intervenção para a comunidade, entendida como espaço geográfico e lugar de identificação e vínculos entre as pessoas. Nesse momento, a participação passou a ser caracterizada como social, reflexo de uma ação coletiva das pessoas e grupos da comunidade.

---

40 O ideário Franco-Belga estava presente na preocupação com a ação social, com a situação da classe trabalhadora. A Ação Social como processo de formação , prevenção e cura dos problemas sociais (YASBEK, 1980). Já a influência americana se deu nos aspectos técnicos-operativos . Maria Kiehl e Albertina Ramos estudaram as estruturas e organização de escolas na Bélgica e na França, assim como Londres e Genebra, para implantação da primeira escola de Serviço social do Brasil, em São Paulo.

II.2. A participação na comunidade: Da Organização social da comunidade ao desenvolvimento de comunidade

Com o programa de bolsas de estudo em 1945, patrocinado pelos Estados Unidos e fruto da política de boa-vizinhança do pós-guerra, representantes das principais escolas do Serviço Social brasileiras, se formam nas universidades americanas. Foi o caso de Helena Iracy Junqueira da Escola de Serviço Social de São Paulo, que tomou contato com os estudos da abordagem comunitária do serviço social ("Organização Social de Comunidade"). A partir daí, este novo método de intervenção da profissão, veio a ser introduzido no currículo dos cursos de Serviço Social no Brasil. Este processo de organização da comunidade acontecia dentro de limites restritos de uma localidade ou de um município. Os Centros Sociais ou Centro Sociais de Comunidade, onde as atividades eram implementadas, eram incentivados e considerados relevantes.

Segundo Yazbek (1980, p.52), foi nesta nova fase do ensino do Serviço Social que se inaugurou um período conteúdo técnico-operativo, contrapondo com um período pleno de conteúdos filosóficos do período anterior, sem, contudo abandoná-los. Isto foi feito com a introdução das disciplinas de Organização Social da Comunidade e, concomitantemente, a abordagem do método de Serviço Social com grupos.

Helena Junqueira (1950) conceituou assim a nova abordagem comunitária da profissão no processo de Organização Social da Comunidade

> *Mobilizando recursos, sobretudo através do processo de participação efetiva e consciente da própria comunidade, o Serviço Social concorre para formar o verdadeiro espírito comunitário, tão fundamental à própria vida social, antídoto dos grandes responsáveis pela tremenda crise que ora atravessamos, o individualismo que dissocia e o totalitarismo que nivela e despersonaliza. Há a necessidade de uma crítica teórica rigorosa que possibilite, conseqüentemente uma prática engajada do Serviço Social, que não se realizasse de forma isolada, mas num contexto coletivo, supondo uma visão ampla da profissão*

> *interligada ao Estado e à própria sociedade brasileira.* (in MARQUES 1999, p.47, 48)

Depois da Organização Social de Comunidade no pós-guerra, que na verdade já existia nos Estados Unidos desde a década de 1920,[41] surgiu no Brasil a abordagem interventiva do Serviço Social, que se voltou para o Desenvolvimento de Comunidade. Onde "ao lado e em colaboração com economistas, políticos, educadores, sanitaristas e muitos outros realizará a grande tarefa na promoção do progresso social dentro deste mundo insatisfeito"(MARQUES 1999, p.47, 48)).

Assim como o tomismo representou uma influência significativa para o início da profissão, o Desenvolvimentismo irá neste momento, com a experiência de intervenção na comunidade, marcar a prática profissional do Serviço Social a partir dos anos 1950.

A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, teve o importante papel de fomentação e apoio técnico nos programas de ação de reconstrução dos países europeus destruídos com a guerra, e nos países subdesenvolvidos, através dos Programas de Desenvolvimento da Comunidade (DC).

Além da compensação pelos estragos com a guerra, procurava-se também atender a insatisfação com a pobreza e as desigualdades sociais que geravam preocupação ao mundo capitalista. Isto, visto que por acreditar-se que as populações pobres teriam maior receptividade ao comunismo, era necessário "preservar o mundo livre" de ideologias não democráticas."[42]

---

41 Já na década de 20 do século passado, Edward Lindemann nos Estados Unidos, vai conceituar Organização de Comunidade como "aquela etapa da organização social, que se constitui num esforço consciente da comunidade para controlar seus problemas e obter melhores serviços das organizações e instituições existentes." (In: ANDER-EGG, 1976,p.107).

42"Esse foi o tempo da "guerra fria". O mundo se encontrava bipolarizado entre capitalismo (sob a égide americana) e comunismo (sob a égide da URSS). Neste período, também, muitas colônias inglesas lutam por sua emancipação". In: BAIERL,Luzia Fátima. Algumas reflexões sobre o desenvolvimento de comunidade e a organização de comunidade no Brasil: relações com o Serviço Social. Texto elaborado para fins didáticos na disciplina Fundamentos Teórico Metodológicos do Serviço Social III, Faculdade de Serviço Social, PUC-SP – VERSÃO MARÇO DE 2005.

A atuação do Serviço Social nos diversos países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, foi considerada, principalmente pela ONU, segundo Silva (1974), como um instrumento importante no processo do Desenvolvimento de Comunidade, atrelando-se a um movimento de âmbito internacional.

A ideologia desenvolvimentista enfatizava que era preciso crescer, modernizar, desenvolver-se economicamente e tirar regiões atrasadas de sua situação, fazendo-as alcançar o estágio do desenvolvimento. A característica estrutural desta concepção era o dualismo. Os países subdesenvolvidos conviveriam com um setor tradicional ou arcaico e um setor moderno, evoluído. A difusão do progresso técnico não atingiria igualmente toda a sociedade. Um dos setores tenderia a comportar-se como capitalista e o outro a permanecer dentro da estrutura existente, agrário-exportador. No caso brasileiro a sociedade se modernizou através da industrialização importada, que se introduziu gradativamente.

Nesta perspectiva, a expansão do setor moderno na fase de industrialização do país foi impedida devido ao estilo de povoamento, certas condições de estrutura social, regiões com vastas zonas rurais e pouco crescimento demográfico. O setor moderno concentrava o capital, a maior parte do mercado e atraia o pouco gerado no setor atrasado. As cidades urbanizadas onde, se encontrava o setor moderno, possuíam infra-estrutura em todos os sentidos, em contraste com a zona rural. Os investimentos direcionados aos setores atrasados, onde havia fluxo de idéias tradicionais, foram provenientes do centro e em função do próprio setor moderno. Essa intervenção é normalmente feita pelo governo para equilíbrio do sistema.

A estrutura dualista[43]mencionada acima, que acontecia dentro de cada país, se repetia a nível internacional (AGUIAR, 1975). Em decorrência, acreditava-se na necessidade de um esforço da população das regiões atrasadas, aliado aos governos, para melhorar a situação econômica, social e cultural das comunidades.

43 A teoria dualista é desenvolvida por vários teóricos, entre eles: LAMBERT, Jacques. “Obstáculos ao desenvolvimento decorrentes da Formação de uma sociedade dualista”

O DC é visto pela ONU como parte das medidas de grande alcance tomadas pelos governos para elevar os níveis de vida, particularmente nas áreas rurais. Dois elementos foram essenciais para esta ação: a participação da população para elevação do seu nível de vida e assistência técnica profissional, e de outros serviços para desenvolver esta iniciativa.

Em 1950 a partir da criação da Unidade de Desenvolvimento de Comunidade da Divisão de Assuntos Sociais, a ONU intensificou a assistência técnica aos países membros. Um conceito de DC foi elaborado para ser utilizado internacionalmente, resultante da reflexão e incorporação de experiências de vários países subdesenvolvidos denominadas: “reconstrução rural”, “melhorias das aldeias”, “educação de massa”, educação fundamental e outros. Esta concepção nas palavras de Silva (1974,p. 51):

> *D.C são processos pelos quais os esforços do povo, propriamente dito, se unem aos das autoridades governamentais, a fim de melhorar as condições econômicas, culturais e sociais das comunidades, integrando essas comunidades na vida da nação, e possibilitando-lhes ampla participação no progresso nacional. Este complexo processo é portanto, constituído de dois elementos essenciais: a própria participação das pessoas nos esforços para melhorar seu padrão de vida, com tanta ênfase quanto possível na sua própria iniciativa; a provisão de serviços técnicos e outros, de maneira a encorajar, tanto a auto-ajuda, como a ajuda mútua tornando-as mais efetivas.*

A experiência de DC em vários países nesse período permitiu à ONU destacar entre os pontos fundamentais:

> *a maior e melhor participação da população nos assuntos locais; a revitalização das formas existentes de governo local, serve de transição para uma administração local eficaz em comunidades onde esta não existe, assim como incentiva a maior participação das mulheres e dos jovens nos projetos* (SILVA, 1974, p. 51)

Já em 1958, o conceito de DC elaborado em 1950 foi reformulado em decorrência do aprendizado nas experiências e, principalmente, pela intensificação dos fenômenos de planejamento, industrialização e urbanização nos países em desenvolvimento. O DC, então, passou a ser

entendido como processo de cooperação indispensável entre o governo e a população, propiciando a participação desta no planejamento e execução de esquemas de desenvolvimento viáveis e integrados no nível das comunidades local, regional e nacional.

Diante das mudanças, expõe Silva (1974, p.53):

> *Uma análise superficial revela uma evolução no papel e nas relações entre os termos do binômio: população e governo. No primeiro conceito, trata-se mais de um apoio, soma ou associação de esforços, no segundo, de uma complementariedade indispensável. Um outro aspecto da evolução em ambos os conceitos é a participação da população. Não apenas no nível das comunidades locais, mas também nos níveis regional e nacional. É o esforço de comunicação e compatibilização nos níveis micro e macro de atuação*

Um terceiro aspecto distintivo nos dois conceitos se refere à participação na esfera de planejamento de programas e projetos integrados, e não apenas de execução de atividade, muitas vezes isoladas e sem efeito multiplicador, estratégico e rentável, em termos de desenvolvimento. Com base nestes conceitos, se ampliaram os programas e projetos, nos países do terceiro mundo, da Ásia, África, América Latina, incluindo o Brasil.

Em 1945, a literatura norte americana de trabalho comunitário era utilizada na formação dos técnicos brasileiros. Ao mesmo tempo, intelectuais autóctones, inclusive assistentes sociais, eram estimulados a produzir sobre a disciplina Desenvolvimento de Comunidade e sobre a participação social, já que esta era a categoria básica e fundamental do processo.

Ammann (1997, p.47) aborda três obras[44] como representativas da década de 1950 que influenciaram a formação profissional dos assistentes

44 Na década de 50 que surgem as três primeiras obras analisadas por Ammann (1997) : 1)BRASIL. Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola. Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna, 1952; 2) RIOS,José Artur. Educação dos grupos, Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957; 3) VIEIRA, Balbina O. Introdução à Organização Social de Comunidade. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, 1958. A concepção de participação segundo Ammann (1997, p.47), na análise dessas obras "se traduz pela contribuição que as lideranças e o povo, diretamente , ou através de suas organizações concedem aos técnicos no estudo dos problemas, na elaboração , execução e interpretação de programas de "melhoria de vida local." Esta atitude dos técnicos, contribui "para que as classes subordinadas permaneçam à margem do processo decisório da sociedade global e que, mediante o acesso a decisões adjetivas locais tenham a ilusão de estarem de fato participando". A

sociais brasileiros. A participação social, então, se “traduz pela contribuição que as lideranças e o povo, diretamente, ou através de suas organizações, concedem aos técnicos no estudo dos problemas, na elaboração, na execução e na interpretação de programas de melhoria de vida local.

A primeira obra é decorrente de uma experiência em Itaperuna (RJ) desenvolvida por uma missão do Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura, como conseqüência do acordo com o Governo Americano para a educação rural e do Seminário Interamericano de Educação de adultos patrocinado pelo Governo Brasileiro/Unesco/União Pan-Americana. Foi uma experiência modelo, onde a educação de adultos foi priorizada, como requisito indispensável a uma maior organização e reorganização social para que o sentido de ajustamento social fosse desenvolvidos entre as populações adultas marginalizadas.

Na obra de Rios, citada por Ammann (1997, p.39), considera-se que não é possível haver democracia sem um mínimo de regionalismo, de localismo e de municipalismo. A educação social dos grupos da comunidade, como técnica a serviço do homem, é vista como estratégia de ação. A necessidade da participação popular no planejamento e do encaminhamento dos grupos de base à conquista da sua autonomia própria, através do exercício cotidiano da ação responsável, são preconizadas. [45] A ação dos grupos fica restrita a uma localidade ou município, sem a instrumentalização da participação no planejamento nacional.

A terceira obra, de Vieira (1958), foi publicada pelo SESC e incorpora as sugestões metodológicas da Missão Rural de Itaperuna, porém, sem uma visão mais ampla da sociedade. A preocupação da autora é despertar nas obras sociais o interesse pelo crescimento social da comunidade. Essas obras são consideradas estruturas onde um grupo de indivíduos procura

---

participação neste período, ainda segundo a autora, carrega uma conotação acrítica, apolítica e aclassista e toda a sua dinâmica se move dentro da pequena localidade.

45 Em 1957, no seminário dirigido por Helena Iracy Junqueira sobre “Educação de Adultos” como processo de Desenvolvimento de Comunidade “promovido pela UCISS e UNESCO a função educativa do trabalho de DC será colocada como central.

voluntariamente solucionar e prevenir problemas sociais, promovendo o bem-estar da comunidade através da educação social.

A influência teórica é tanto da teoria positivista comteana, no caso das duas primeiras obras, como da teoria funcionalista (Parsons) na obra de Vieira[46]. É importante ressaltar a ênfase no trabalho junto às famílias, grupo de valor e prestígio na vida da comunidade.

O Serviço Social brasileiro, a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, em1955, assumiu de maneira mais ampliada a postura desenvolvimentista[47] em curso. Os movimentos de educação técnico-profissional foram enfatizados.

A partir do II Congresso de Nacional de Educação de adultos em 1958, iniciou-se uma nova fase no Brasil, com a geração de movimentos que tentavam responder a questionamentos da educação e participação política dos contingentes populares. As idéias da pedagogia de Paulo Freire, as correntes marxistas e as humanistas cristãs européias influenciaram os movimentos no período 1960 a 1964 [48].

O Serviço Social Rural (SSR), criado em 1955, recebeu apoio governamental e de vários programas internacionais. Sua atuação implicou em levar a modernização e o desenvolvimento capitalista para o campo. Isso ocorreu de forma intensa, provocando também reflexões e avaliações dos técnicos, sobre os limites das mudanças sociais intencionadas, quando não havia também uma abordagem crítica das estruturas sócio-econômicas.

---

46 As duas primeiras obras se fundam na concepção positivista, que tem sua stratégia de ação no tripé: indivíduo, família, e a comunidade. O conceito de comunidade baseado em Tönies. Através dos termos Gemeinschaft (comunidade) e Gesellschaft (sociedade), no final do séc. XIX, o autor cria uma estrutura tipológica, e define comunidade não como uma variável ou um espaço, mas uma causa, uma idéia que permeia as reflexões sociológicas até hoje.
O conceito de comunidade estaria ligada à afetividade e as emoções, a amizade, ao local e a tradição enquanto que sociedade ao processo de troca racional, que leva a construção do mercado e relações de interesse. (Ferdinand Tönnies, Community and Society, trad. Charles P. Loomis. Nova York: Harper, 1963) citado em BAUMAN, Zygmunt, Comunidade: a busca por segurança no mundo atual, 2003. E em NISBET,Robert. La formacion Del pensamiento sociológico.Vol I 1969..

47 A partir dos anos 30 a industria brasileira começa a se impor , mas seu crescimento mais acentuado se dará na década de 50. Nesse período,o desenvolvimento econômico e a industrialização se equivalem. A questão do desenvolvimento social é colocada em plano secundário.

48 O pensamento de Paulo Freire tinha a influência de Piaget, Mariatain, Mounier, da corrente humanista. Estes acrescidos por T. Chardin e J. Lebret também irão influenciar o Serviço Social.

Para Josephina Albano[49], o DC é definido como “um processo de mudança cultural dirigida”. ais do que um programa local de desenvolvimento, éum movimento que implica na transformação das estruturas local, estadual e nacional. Nas palavras da autora:

> *, Os Programas de Desenvolvimento de Comunidade restituem , por assim dizer, um equilíbrio ao progresso que atinge as várias áreas ,realizando melhor distribuição e aproveitamento de forças e riqueza.* (*in* AMMANN,1977, p.71)

A participação social é enfocada na perspectiva da mudança cultural das lideranças e dos grupos locais, que levaria a população a sair da inércia para uma atitude ativa, cooperando para a concretização de uma aspiração que é comum à maioria. A conscientização da população para o desenvolvimento se daria através da ativa participação em atividades para o seu bem-estar. As mudanças participadas e não impostas devem ser decorrentes do desejo e da consciência de que as pessoas podem mudar.

Apesar das colocações no tocante a mudanças de estruturas, Josephina Albano se prende à idéia da mudança cultural das populações. Justifica-se a mudança pelo princípio do consenso existente na comunidade; defende-se a participação (mudança participada) pelo fato de que ela é funcional ao sistema, ao garantir maior estabilidade à mudança dirigida. A população, através de um trabalho educativo, principal característica do DC, precisa querer mudar pela adesão espontânea e consciente. Esta tem mais valor e uma estabilidade muito maior do que a mudanças impostas.

Com o Governo de Jânio Quadros, muitas mudanças começaram a ocorrer. Em sua proposta, o homem seria o epicentro do modelo de governo e não mais o crescimento econômico. O entusiasmo engendrado pela

49 Assistente social do setor de DC do SSR, expositora no painel sobre o DC no Seminário Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil em 1960. 49 BRASIL/SSR. Anais do Seminário nacional sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural. Rio De Janeiro, 1961, p. 88. (In: AMMANN 1977, p. 70)

abertura político-ideológica e pelo crescimento econômico, registrado nos últimos anos do governo Kubitschek, foi acompanhado por movimentos reivindicatórios dos trabalhadores por melhores salários.

Em 1961, em discurso proferido no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, o presidente da república conferiu oficialmente ao Serviço Social a tarefa de incorporar o povo nas decisões comunitárias e garantir que o processo de desenvolvimento ensejasse "a participação do homem na solução dos seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem-estar" [50].

A renúncia de Quadros não interrompeu o processo desencadeado e o tom dos discursos. As reformas de base se intensificam com a direção de João Goulart. O espaço para a transformação das estruturas da sociedade brasileira foi ampliado com a proposta das reformas agrária, urbana, tributária, administrativa, política, bancária e universitária.
Proliferam os movimentos políticos como os Movimentos de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros. Estas organizações reuniam intelectuais ligados também à ação católica, através da esquerda cristã, que influenciaram o Serviço Social no DC. Foi neste clima de efervescência que se deu a conquista do estatuto do trabalhador rural pelo movimento sindical rural e das ligas camponesas, crescendo o movimento operário urbano e multiplicando-se as greves.

No âmbito do Serviço Social, destacaram-se dois eventos[51]que marcaram a profissão no tocante ao posicionamento diante da conjuntura e do desenvolvimento nacional. O desafio para os assistentes sociais era uma atuação comprometida com os problemas nacionais, regionais e locais com os recursos existentes. A formação profissional, diante das práticas dos

50 Mensagem do Presidente discutida no II Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorrido em 1961 no Rio e janeiro. (In: AMANN 1967, p.65)

51 O primeiro evento, como já citado, foi o II Congresso Nacional de Serviço Social (1961), cujos relatórios serão também apresentados na XI Conferência Internacional de Serviço Social, com tema central sobre o Desenvolvimento de Comunidade Urbanas e Rurais. O segundo se refere ao I Seminário de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) promovido pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) no Rio de Janeiro em 1963, reunindo docentes de várias Escolas do Brasil.

demais técnicos no engajamento pelo desenvolvimento nacional, precisava escolher entre afirmação ou marginalização profissional. .

Através das colocações da professora Helena Iraci Junqueira[52], a disciplina Desenvolvimento e Organização de Comunidade é definida como um método de intervenção de um agente ou equipe técnica que se engaja em um processo de mudança. Este processo natural de mudança é provocado e/ou acelerado visando obter melhorias de vida e amadurecimento da comunidade, mediante ativa participação e trabalho cooperativo de seus membros, através de etapas não estanques que envolvem principalmente a conscientização da comunidade. Ou seja:

> *, um processo de tornar as populações de todo o país conscientes da realidade nacional com todas as suas deficiências, principalmente das suas estruturas inaceitáveis e da necessidade de uma ação pronta no sentido da reforma de base, chamadas por alguns de revolução. (JUNQUEIRA,1963)*

A participação social, no início dos anos 1960, foi concebida como parte do processo de mudanças estruturais pelos técnicos e professores que também participavam dos movimentos políticos descritos, e incorporados no discurso e nas práticas de DC.

Resumidamente, no período (1960-1964) podem-se perceber três concepções e posturas dos técnicos no tocante à categoria participação social, comunidade, desenvolvimento, entre outras, na operacionalização do DC: a primeira girava em torno do estímulo à participação de indivíduos e grupos no estudo de problemas residuais e periféricos e na elaboração e execução de programas para melhoria da vida local. Neste sentido, a comunidade era entendida como "unidade homogênea, solidária e cooperativa e encara o conflito como problema tangencial a ser solucionado, com vistas à preservação do sistema" Ammann (1997, p.98).

52 JUNQUEIRA , Helena Iracy. In: ABESS. Seminário de Desenvolvimento e Organização de Comunidade, 1963, mimeo.

A segunda, extrapolava a visão localista do DC e a participação social era vista numa dimensão macro societária, em busca de mudanças estruturais. Contudo, segundo Ammann (1997), as relações de dominação não eram percebidas, fazendo com que não houvesse vínculo com a classe subalterna.

Já a terceira postura identificava-se com a segunda no tocante aos objetivos da participação social para a transformação, e não a manutenção, do próprio sistema nacional. A diferença estava no vínculo orgânico com as classes subalternas e nas mudanças que pudessem gerar libertação para as mesmas. Percebia-se a comunidade, então, como uma realidade constituída de forças antagônicas, regidas por relações sociais de dominação. A partir da luta de classes nas relações de produção, a participação social passou a ter um componente eminentemente político. As escolas de Serviço Social começaram a inserir a formação política como parte do currículo do curso.

O conceito de comunidade no Serviço Social, segundo Arcoverde (1985, p. 161), tem sido assimilado de outras disciplinas com justaposição de vários conteúdos na adequação à realidade de intervenção, sem uma elaboração própria, a partir da prática profissional.

A concepção de comunidade, portanto, segundo a autora, possui duas tendências epistemológicas. A primeira de orientação funcionalista-empirista, onde predomina a noção de ajustamento e integração das pessoas e grupos ao funcionamento do todo. Esta privilegia o espaço físico comum, uma mesma área geográfica, como lugar de interação, situação ideal passível de ser alcançada através da cooperação, consenso e solidariedade entre as pessoas carentes. A outra tendência baseia-se na concepção histórico-estrutural, onde a sociedade é vista como totalidade contraditória e em disputa, e a comunidade é um processo histórico onde no coletivo os indivíduos e grupos assumem uma identidade própria de classe social.

Após o Golpe de 1964 até 1967, o Serviço Social, permaneceu ainda com o discurso nacional-desenvolvimentista., e assumiu a política social do governo, na execução de programas e projetos definidos.

A participação social nesse momento foi conceituada como "método de integração em sociedades cada vez mais diferenciadas e a forma pela qual os membros de uma sociedade legitimam o poder" (AMMANN, 1997, p. 124).

A idéia de integração, segundo ainda Alcoverde, baseia-se na concepção de Parsons[53],que entende o equilíbrio dos sistemas sociais mantidos por dois processos: a repartição e a integração, onde os atributos internos do sistema permanecem na relação com ambiente, , apesar da variabilidade da situação externa. De acordo com Souza (2000), no âmbito da política social, o traço mais comum da participação são as operações estruturadas em função da aceitação pelos membros da comunidade de programas estabelecidos. Participar é estimular-se para assumir a execução de ações previamente determinadas, assim como para assumir um conjunto de valores da modernidade incorporando-os ao cotidiano das ações coletivas.

II.3. A participação social e o movimento de reconceituação do Serviço Social

O Serviço Social na América Latina iniciou-se na década de 1960, com um processo de crítica interna que se chamou, a partir de 1965, de movimento de reconceituação, onde o eixo de debate centrava-se na contestação do Serviço Social importado, nas práticas assistenciais e ajustadoras. Este processo de questionamento interno da profissão, principalmente pelo grupo de profissionais do DC, iniciou-se influenciado pelas questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, em torno da problemática do desenvolvimento, e de suas repercussões na América Latina.

---

[53] PARSONS, Talcott, SHILLS, Edward A., *Hacia uma teoria de La accion*, 5ª Ed., Buenos Aires, Kapelusz.

Com o golpe de Estado no Brasil (1964) e a neutralização dos protagonismos sócio -políticos comprometidos com a democracia, a profissão mergulhou numa perspectiva modernizadora, definida pelo CBCISS[54] como um esforço de adequação às exigências postas pelos processos emergentes no pós-64. A abordagem central dessa perspectiva tematizou o Serviço Social como integrador no processo de desenvolvimento, com aportes extraídos do funcionalismo norte-americano, sem o objetivo de questionar a ordem sócio-política, e sim inserir a profissão numa moldura teórico-metodológica.

Três eventos que merecem destaque nesse processo de construção teórica da profissão são os seminários organizados pelo CBCISS em diferentes localidades, reunindo assistentes sociais representativos de todo o Brasil, com seus respectivos documentos: Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978) [55].

A participação social foi abordada, ainda que não com rigor, na sua relação com a integração e com o processo de desenvolvimento e de planejamento da comunidade. A noção de globalidade, portanto, como traço de peculiaridade da profissão, merece ser destacada. Isto, por conta da tentativa de ultrapassagem do tradicionalismo, através da abordagem do homem em sua globalidade, integrado ao sistema social (Araxá, 1967).

Foi somente a partir de experiências ligadas à academia[56], é que, segundo Neto (2002), um "vetor de ruptura com o conservadorismo" e com as bases tradicionais que caracterizaram a emergência da profissão no país

---

54 O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS) foi, segundo Bravo (2004), citando Netto (1996), o principal veículo responsável pela elaboração teórica do Serviço Social no período entre 1965 a 1975, difundido a perspectiva modernizadora.

55 O primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social reuniu 38 assistentes sociais em 1967, na cidade de Araxá em Minas Gerais. O objetivo foi teorizar sobre o Serviço Social face à realidade brasileira. Em seqüência foram organizados sete encontros regionais para discussão do Documento de Araxá. Como decorrência deu-se o II Seminário em Teresópolis no Rio de Janeiro em 1970 com o objetivo de discutir a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira. Por fim em 1978, no Centro de Estudos de Sumaré no Rio de Janeiro 25 assistentes sociais, 10 anos após o encontro de Araxá, retomaram o documento produzido, com a intenção de possibilitar novos questionamentos por ele iniciado.

56 Segundo Neto (2002, p. 251), o projeto de ruptura com o tradicionalismo na profissão evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário. "No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre os assistentes sociais que podiam se dedicar a pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucionais-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas." Como exemplos são as experiências da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais e a produção acadêmica do mestrado do Serviço Social da PUC/RJ.

começou a tomar corpo no seio da profissão. . Essa ruptura proporcionou uma reelaboração teórica fundamentada na tradição marxista, assim como uma crítica ao desenvolvimento de comunidade. A reconceituação do Serviço Social nasceu de uma perspectiva onde os objetivos da profissão não comportavam mais a idéia da "integração social", porque o raciocínio que foi utilizado na compreensão da sociedade deixou de ser o pensamento modernizante, funcionalista e positivista, com que tinha compactuado por tanto tempo, passando à percepção dialética da sociedade, nem sempre através do método, mas muito mais pela percepção da contradição intrínseca à sua própria existência institucionalizada.

Esse movimento crítico da profissão provocou alguns impasses para o assistente social na execução de programas e projetos pré-estabelecidos pelas instituições. O assistente social, no que diz respeito à idéia de participação social, deparou-se com um impasse institucional e com a barreira burocrática que ele mesmo, como sujeito, admitiu, incorporou e confirmou profissionalmente. Como, então, realizar a transformação social?

Foi neste momento que, de acordo com Karsch (1982, p. 67), surgiu uma nova pedra de toque no mundo do Serviço Social, a qual pode ser chamada de "a participação do oprimido frente às instituições*".* A partir desta passagem para a concepção de classes sociais, a intervenção profissional envolveria a conscientização da população, da classe trabalhadora, oprimida , a fim de que se efetivasse a sua participação no sistema capitalista.

A partir de 1974, como fruto da pós-graduação[57], começaram a aparecer no panorama bibliográfico do Serviço Social estudos sobre a participação social, como é o caso de Lima (1980) [58]. Para a autora, a participação social não pode ser vista apenas como uma variável explicativa básica que leva à constatação de minorias participantes ativas, e como uma massa da população passiva e inoperante. Isto, uma vez que a participação,

57 A pós-graduação em Serviço Social inicia-se em 1970 com o doutorado especial na PUC/SP. Esta foi um marco importante na produção de pesquisa e elaboração teórica da profissão de Serviço Social. As primeiras sete teses foram apresentadas em 1974/1975

58 Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação da PUC/SP: LIMA, Sandra A. B. Participação social no cotidiano. Cortez,São Paulo, 1980.

sempre acontece no cotidiano das pessoas constituído por ações sociais, por relações com o sistema, por pensamentos, idéias e valores. Ao mesmo tempo em que o sistema limita as formas de participação das pessoas no mundo, através do trabalho e da reprodução de relações sociais variadas, elas são capazes de marcar o sistema, de alguma forma.

Tendo em vista esse raciocínio, a autora chega a uma concepção de participação social que nega a bipolaridade ativa e passiva. O que ela propõe é um entendimento da participação social como "participação social difusa", ou seja, se são institucionalizados ou não, ou se são apenas ações de protesto no sentido de revelarem valores, intencionalidade e projetos na relação com o outro e com a sociedade:

> *Os indicadores, no sentido de como e onde observá-la, são os atos cotidianos, que se verificam nas relações com o outro e com o sistema, independente do grau de formalidade da situação social em que ocorrem e dos canais de comunicação que utilizam.* (LIMA,1980,p.38).

Esta análise da participação social que interessaria para o Serviço Social está relacionada ao "detectar as maneiras como as pessoas, em sua vivência cotidiana, buscam as soluções para adaptarem-se à sociedade e, muitas vezes, para simplesmente sobreviverem" (LIMA, 1980, p.39).

Para Ammann[59](1978) estas análises são meramente descritivas da categoria participação social e propõem uma formulação teórica baseada na concepção dialética marxista, como processo que depende das relações sociais de produção da sociedade e das orientações político-ideológicas do Estado. Em outras palavras, um processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada (AMMANN, 1978, p.61).

59 O Trabalho intitulado Participação Social de Safira Bezerra Ammann, foi aprovado como dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília em 1976.

Como conseqüência do movimento de reconceituação, mais precisamente nos anos 1980 e 1990, segundo Neto (1999), o Serviço Social explicitou o seu projeto ético político[60], que forneceu a direção da intervenção profissional. Isso, tendo por base uma discussão ontológica, com a ligação entre ação humana e teleologia, portanto, entre projeto profissional e projetos societários.

Merece destaque o encontro deste projeto com a construção de uma democracia participativa no Brasil, como coloca Iamamoto[61], onde a participação social foi outra vez, abordada como intrinsecamente vinculada à prática do assistente social.

> *O que o Serviço Social enquanto prática profissional busca, é construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades. O assistente social é tido como o profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório a sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência da coisa pública* (IAMAMOTO, 2001, p.78).

No processo de redemocratização do Brasil, ou seja, na abertura para o relacionamento entre asociedade civil e o Estado, os assistentes sociais foram levados a uma vinculação com os movimentos sociais, como resposta ao projeto ético político da profissão. Os assistentes sociais passaram de "Intelectuais" do DC a "Intelectuais" dos movimentos populares. Nas colocações de WANDERLEY (1998, p. 45) *"a ação junto aos movimentos sociais se apresenta como alternativa viável e coerente com os objetivos de*

---

60 Este projeto tem seu núcleo ético no reconhecimento da liberdade como valor central, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Está vinculado a um projeto societário que propõe uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classes, etnia e gênero. É politicamente comprometido com a consolidação da cidadania, universalização dos direitos sociais, garantia da participação política e socialização das riquezas socialmente produzidas (democracia), conforme estabelecido no Código de Ética profissional.

61 Marilda Villela Iamamoto é uma assistente social, que juntamente Raul de Carvalho, publicou em 1982 o livro: "Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma interpretação teórico-metodológica", produto dos trabalhos dos autores vinculados ao projeto de investigação do CELATS sobre a História do Trabalho Social na América Latina. Este livro é um marco na literatura da profissão pelos aspectos históricos e teóricos examinados, apresentando uma contribuição importante para o conhecimento das relações de classes no Brasil, e apontando o serviço social como uma profissão que possui como objeto de intervenção os desdobramentos e configurações da Questão Social originalmente oriundos da relação capital-trabalho, que na definição de Iamamoto é o"conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura"(2001, p.27).

parcela da profissão que buscava uma vinculação com as classes subalternas". A participação social passou a ser entendida então, como exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e implementadas.

Resumindo, percebe-se que a participação social recebeu diferentes qualificações, em relação aos momentos conjunturais e processos históricos no Brasil. Os autores das ciências sociais conferiram também diferentes abordagens à participação, como considera Gohn (1999), que foram assimilados pelo Serviço Social como referencial para embasar a intervenção, principalmente, a partir da década de 1980.

Nos anos 1980, as lutas pela redemocratização se generalizaram e adquiriram maior profundidade. A perspectiva de participação social nesse período era a da reforma do Estado, que garantia a participação popular na gestão e controle da coisa pública. A presença nas lutas por melhores condições de vida e pela redemocratização, somadas ao movimento sindical, determinaram o rompimento do isolamento político. O aparecimento dos movimentos sociais, a abertura política, a criação de novos partidos políticos, o fortalecimento da sociedade civil e as lutas travadas com os diferentes órgãos públicos determinaram novas dimensões e condições para a participação social.

As conquistas eleitorais dos partidos de oposição nas eleições de 1982 facilitaram a abertura de canais de diálogo e de negociação com os governantes. Isso determinou uma mudança na cultura política, no tocante à relação Estado/sociedade civil, vistos até então como pólos antagônicos e monolíticos. Esse período foi marcado pelo movimento pedindo a "participação popular na Constituinte", com a mobilização em todo país das emendas populares à nova Constituição. As propostas populares foram sistematizadas e incorporadas à Constituição Cidadã de 1988, como ficou conhecida. Com isso, a participação se deslocou de uma abordagem reivindicatória para uma fase propositiva. A partir de então, os cidadãos foram chamados a participar nas várias instâncias de elaboração, definição,

gestão e execução das políticas públicas. A participação ganhou, então, a dimensão dos direitos de cidadania.

II.4. Participação social e o território nas políticas sociais

A partir da Constituição de 1988, a ênfase da política social passou a estar na adoção de uma gestão pautada na intersetorialidade, na descentralização e na municipalização de sua execução. Outro aspecto essencial dessa política foi o controle social que, de acordo com BRAVO (2004), significava o envolvimento da sociedade civil na elaboração, implantação e fiscalização das políticas, de maneira que se compreendesse o conjunto das necessidades apresentadas pelos diferentes segmentos da sociedade.

Nesse sentido, foram exemplares os dispositivos para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), do sistema de ensino proposto pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), do sistema único descentralizado e participativo da Lei Orgânica da Assistência Social, e mais, recentemente (2004), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nas cidades, a participação social foi incentivada através de associações representativas e segmentos da comunidade, demandando uma cultura política na implementação dos Instrumentos de Gestão Democrática: criação de fóruns, conferências, conselhos setoriais paritários com representantes da sociedade civil, movimentos sociais e do poder executivo, audiências e debates públicos, orçamento participativo, etc.

O Serviço Social, como já visto, passou por uma releitura crítica da sua trajetória histórica como profissão e por um movimento de renovação interna. Contudo, este processo, segundo Mattos (2003), não possuía um nexo com outros debates que buscavam a construção de práticas democráticas como, por exemplo, o movimento pela Reforma Sanitária, que deu origem ao SUS.

Enquanto a visão dialética do método de Marx trazia a perspectiva de totalidade como elemento fundamental de reflexão, percebeu-se que a prática interventiva do Serviço Social, na elaboração de políticas com a perspectiva de direitos universais, porém, priorizando os mais pobres ou "vulneráveis", se limitou a denunciar as contradições desta prática como reatualização do assistencialismo. Com isso, houve um permanente descompasso entre a proposta ideológica do projeto ético-político da profissão e a intervenção propriamente dita. Na verdade, houve um confronto de projetos políticos: de um lado, o projeto ético político do Serviço Social e as conquistas do processo de redemocratização do ; do outro lado, a consolidação do projeto neoliberal.

É importante lembrar que na década de 1990, no Brasil, a Constituição de 1988 foi vista como um corolário das lutas dos movimentos sociais. Todavia, foi neste período também que ocorreu a implantação exitosa do projeto neoliberal no país, com a rearticulação do capital a nível planetário. Este projeto determinou a reestruturação do mundo do trabalho, com a sua precarização, a redução das conquistas sociais e trabalhistas e a defesa de um Estado mínimo como ações necessárias ao esforço de entrada do país na realidade da globalização. Se, por um lado, a Constituição abriu o campo dos direitos, por outro, as relações internas conduziram a sociedade para um caminho de privatização e esvaziamento do Estado de suas responsabilidades mínimas.[62] Esta tensão se refletiu no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, nas cidades, que passaram a ser o local preponderante de execução das políticas sociais.

Os programas e projetos das políticas governamentais elaborados a nível central propuseram, então, objetivos que incluíam categorias como participação social, comunidade, lugar e local, território, entre outras. Assim, para efetivação dessas políticas, tornou-se necessário aprofundar a

62 É importante nesse sentido lembrar de duas importantes inflexões na implantação do projeto Neo-Liberal: O Governo Collor de Melo com o Plano Real e o Governo Fernando Henrique Cardoso com a contra-reforma do Estado.

formulação teórica das mesmas numa relação inter disciplinar, tendo em vista considerar as demandas para a intervenção do Serviço Social.

A realidade da cidade de São Paulo estimulou o NEPSAS[63], segundo Sposati (1997), a elaborar pesquisas e estudos que enfatizavam a importância do conhecimento do lugar, contando com a participação dos sujeitos locais nas montagens das políticas territoriais. A partir destas pesquisas, foi criada uma ferramenta territorial, o mapa da exclusão e inclusão social[64], que permitia visualizar melhor o alcance das políticas. Esse mapa, de acordo com Sposati, se propunha a realizar um diagnóstico para o enfrentamento da exclusão social em uma metrópole, a partir da heterogeneidade dos territórios da cidade. Nas palavras da autora:

> *É preciso espacializar demandas, conhecer as distinções territoriais e construir desejos de São Paulo, desejos de cidade, em cada parcela do seu território. Isso significa repensar as formas de agregação social num tempo de apartação que é cultural, econômico, social e espacial.* (SPOSATI 1997, p.15)

Ainda de acordo com SPOSATI (1996), o mapa da exclusão e inclusão social é uma metodologia que, através de linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento, produz dois índices territoriais que hierarquizam as regiões da cidade quanto ao grau de exclusão/inclusão social: o Iex — Índice de Exclusão/Inclusão Social, e o Idi — Índice de Discrepância. Esses índices vinculam a condição de vida das pessoas ao território onde vivem, produzindo de certa forma uma medida de vizinhança ao associar os dados individuais ao convívio dentro de um mesmo território.

---

63 O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Seguridade e Assistência Social da PUC-SP (NEPSAS) iniciou seus trabalhos a partir da pesquisa desenvolvida entre 1984 e 1985 sobre a gestão da assistência social no Brasil. Tem desenvolvido contínuos trabalhos de investigação sobre a seguridade social, e de forma específica sobre a política nacional de assistência social. É coordenado pela Profa Dra Aldaiza Sposati e conta com a participação de pesquisadores de outras áreas, além de outros assistentes sociais, como a Dra Dirce Koga. Nos últimos anos foi criado também, sob a coordenação da Profa. Aldaiza o Centro de Estudos das Desigualdades Sócio-Territoriais, CEDESTE.

64 "Diferentemente de conceitos como o de oprimidos que se referiam ao processo de opressão econômica e política (inclusive das ditaduras militares) ou então do conceito de marginalizados, das teorias de marginalização dos anos 1960 e 1970, que supunha , como contrapartida, a integração no projeto modernizador e desenvolvimentista. A exclusão social tem por patamar a inclusão social. Istoé: igualdade, equidade e cidadania. Conquistas da sociedade humana,ainda que limitadas na segunda metade do século xx. A exigência de padrões mínimos precisa fazer parte do padrão de dignidade que a sociedade quer ver reconhecido entre seus pares. Sem dúvida , o Estado e o Governo, enquanto sua forma de administração, devem consolidar e regular tais garantias. Sua efetivação é decorrência da exigência da sociedade.Isto significa que no Brasil a exclusão representa uma perda virtual de uma condição nunca antes atingida e não uma perda real capaz de sensibilizar a sociedade" (SPOSATI,1999, p.74) .

A proposta de utilização do mapa da exclusão/inclusão social, portanto, é negociar e pactuar coletivamente um padrão de inclusão social que se contrapõe ao padrão de urbanização excludente e segregativo que regeu e continua norteando os processos de formação das cidades.

Para Koga (2001), a partir da concepção de território acredita-se em novas estratégias de intervenção social em que a lógica parte de um conhecimento comum sobre o lugar, contando com a participação dos sujeitos locais na montagem de políticas territoriais. Essa concepção vai de encontro à prática profissional do Serviço Social, quando da execução de programas e projetos governamentais pré-estabelecidos ou elaborados em nível central ou de público-alvo (categorial)[65]. O trato com o público-alvo nos projetos tende a homogeneizar as pessoas, retirando-as das condições concretas em que vivem e reproduzem seu cotidiano.

A inclusão da vertente territorial no desenho da política pública foi implementada por Sposati (2002-2004) na direção da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Paulo. Esta experiência influenciou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a valorização do território na elaboração da Política Nacional de Assistência Social, como pressuposto para a intervenção, o que se evidencia no texto abaixo, extraído da Política Nacional de Assistência Social (PLNAS) (2004, p.28).

> *A concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, além da descentralização e a intersetorialidade aqui expressos. Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política.*

Os estudos do NEPSAS coordenados por Sposati e o livro de Koga (2003) apresentaram propostas inovadores para o Serviço Social nos anos 1990, que foram importantes para a elaboração da PLNAS e do SUAS,

65 Os programas e projetos em sua maioria, são direcionados para atender um publico alvo específico como, por exemplo, crianças, jovens e adolescentes e idosos, entre outros.

trazendo a concepção de território da geografia como um dos pressupostos. [66]

O conceito de território, segundo as autoras, é proveniente, principalmente, da concepção de território usado proposta por Milton Santos, além de representantes da escola francesa de geografia e antropologia urbana. [67]

Neste trabalho, pretende-se compreender o território usado, segundo Milton Santos, como sinônimo de espaço geográfico, uma instância[68] de análise social, como a cultura, a política e a economia.

A realidade do mundo hoje é complexa e demanda uma compreensão dos processos da chamada mundialização da economia e dos reflexos da globalização nos lugares da cidade, numa relação dialética lugar/mundo. Necessita-se, portanto, de uma aproximação da noção de espaço geográfico na perspectiva de totalidade em movimento onde a história, a cultura, a política, entre outros, se encontram. Esse é o ponto onde, justamente, a participação social é a face contraditória desta questão, pois as cidades ao mesmo tempo em que são fruto de processos estruturais, se constroem permanentemente pelas pessoas, firmas e instituições no uso do território.

Enquanto que a ideologia da globalização tenta homogeneizar as cidades, estas também são singulares, como expressa Balbin (2003, p. 122):

> *As paisagens, formas, traçado de ruas, arborização, fachadas de uma cidade, suas mídias, calçadas, iluminação etc.. refletem sua história, sua organização , suas variadas práticas de uso e apropriação. Uma cidade pode ser também relegada a um espaço de passagem, como o lugar do estorvo, do trânsito, da poluição. Cada cidade é um pouco de tudo isso e mais, cada cidade é única,*

66 O trabalho de Koga (2003) aprofunda a análise das ferramentas — as "medidas de cidade" no desvelamento não só das carências, mas também das potencialidades do território. Ë marcante a partir destes estudos o desenvolvimento da noção de "sistema de vigilância da proteção social" adotado no PLNAS, composto não só do mapa inclusão e exclusão social mas dos índices de vulnerabilidade social; mapas de vulnerabilidade social, etc.

67 Entre os autores mencionados: Guy Di Méo, Marc Augé, Jacques Rancière, José Cantor Magnani.

68 Instância, segundo Kant, é tudo aquilo que se impõe a tudo e a todos. Anotações das aulas da Profa Maria Adélia de Souza do curso ministrado na Faculdade de Geografia da USP em 2004/2.

> *cada cidade é singular, ainda que compactue por vezes da mesma estratégia de produção global. É a partir dessa singularidade e identidade, traduzida por manifestações culturais como paisagem, que cada cidade se produz e cada uma delas "produz"seus cidadãos.*

Cabe aos assistentes sociais, na sua intervenção profissional nos lugares das cidades, levar em conta todos os aspectos desta singularidade e simultaneamente, de forma dialética, refletir sobre a sua relação com os contextos mais amplos, ao lidar, principalmente, com as desigualdades sócio-espaciais e a pobreza.

Este estudo, realizado sobre o percurso histórico do entendimento da participação no Serviço Social, como um dos seus componentes intrínsecos, revelou uma tensão entre a concepção de integração e a transformação social.

A concepção de integração social supõe que uma parcela da população se encontra "marginalizada" do acesso a bens e serviços, assim como das decisões político- administrativas dos programas sociais. Nesse sentido, o Serviço Social estaria voltado para a participação como integração ao desenvolvimento, ou para o ajustamento às condições sociais. Já na abordagem da transformação social, parte-se da análise crítica das condições sociais e do enfoque histórico-estrutural. As estruturas econômicas, políticas e ideológicas podem ou não favorecer a participação social dos grupos e indivíduos da sociedade, num contexto de conflito e disputa pelo poder. O que se busca é a transformação das condições sociais para a construção de uma sociedade menos desigual. Na concepção deste trabalho, entretanto, estas duas visões, na prática interventiva, se misturam em relações contraditórias e processuais. Por vezes, elas se complementam nas ações propostas, e por outras se contradizem, convivendo dialeticamente.

A reflexão sobre esta relação dialética contraditória também foi realizada por Nogueira (2004), ao identificar algumas formas de participação

social que convivem no processo de construção da democracia e da afirmação dos direitos da cidadania no Brasil.

A primeira forma de participação social seria a assistencialista, de natureza filantrópica, ligada à estratégia de sobrevivência. Desta fazem parte práticas de auxílio mútuo que podem ser de fundo benemérito ou religioso para diminuir o infortúnio ou para otimizar os recursos comunitários ou grupais, para neutralizar conflitos ou resolver problemas. Essa seria a forma participativa predominante dos grupos, com menor organicidade, no sentido gramsciniano e de consciência política coletiva. Esta forma predominou nas fases que precederam a afirmação dos direitos de cidadania.

A outra forma é a participação corporativa, muito comum no movimento sindical, que se dedica à defesa de interesses específicos de grupos sociais ou categorias profissionais. Ela acaba se fechando em si mesma como ação e com um objetivo particular. As duas formas de participação, historicamente, seriam modalidades universais que se interpenetram, pois estão relacionadas com problemas existenciais imediatos, práticos e concretos, quase sempre de fundo econômico.

A terceira forma é a participação social política, na qual o cidadão se afirma na busca não apenas dos interesses individuais e civis, mas também nos políticos. Isso inclui tanto a participação corporativa como a participação eleitoral no sentido da relação com outros, com a coletividade, através do voto no regime democrático e na construção de projetos societários alternativos.

Nesta perspectiva todas as ações coletivas, sejam de na forma de associativismo civil ou movimentos sociais[69], são maneiras de participação

69 O Associativismo civil são formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificação e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias, etc. Trata-se , portanto, de organizações formais , com certa continuidade temporal e referência espacial . Os Movimentos Sociais são um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis , que visam a realização de um projeto de mudança : social (a partir do cotidiano, sistêmica ou civilizatória, (SCHERER WARREN, 1999, p. 15).

social que se diferenciam segundo os diferentes projetos e as formas de agir definidas pela experiência histórica e política dos sujeitos, incluindo-se a abertura dos governantes ao diálogo e à negociação, pois a construção democrática se dá na relação com o Estado. Isto significa que a participação social está relacionada à organização da vida social em seu conjunto, ou seja, ao Estado. Este, por sua vez, é concebido não apenas como organismo destinado a criar as melhores condições de vida para a máxima expansão de um dado grupo, mas como força motriz, na relação de gestão e planejamento, com os elementos do território usado (sociedade como um todo) nos lugares das cidades.

Neste trabalho, para além das diferentes formas de expressão, procura-se entender a participação social como práxis, componente intrínseco da ação política nos lugares do território da cidade, que acontece a partir das necessidades sociais dos homens na consolidação de projetos coletivos em busca de uma cultura democrática participativa.

No próximo capítulo, portanto, será apresentada uma discussão introdutória sobre as cidades e a emancipação ou o surgimento dos municípios no contexto do pacto federativo no processo de construção da democracia brasileira.

CAPÍTULO III. AS CIDADES: A EMANCIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO.

O objeto deste estudo é a participação social, como componente intrínseco da ação política nos lugares, no processo de consolidação da emancipação política do município de Hortolândia. Nesse sentido é necessário uma discussão introdutória sobre as cidades, a urbanização no Brasil, e a emancipação ou o surgimento dos municípios no contexto do pacto federativo brasileiro.

A questão acima remete este trabalho a uma discussão introdutória sobre a urbanização brasileira e a emancipação, ou o surgimento, dos municípios no contexto do pacto federativo brasileiro, tendo em vista a perspectiva do território usado. A emancipação política dos municípios, como evento, traz à tona intencionalidades políticas e se materializa nos lugares da cidade.

III.1.A cidade e o urbano: a urbanização brasileira

As cidades podem ser vistas como laboratórios, conceito enigma a ser decifrado pela natureza da questão urbana, até mesmo identificada como tema pelos literatos. Em vez de palco da história, elas surgem como questão no séc. XIX. E Na época, elas eram sinônimo de promiscuidade, artificialidade, miséria, espaço de sujeira e crescimento demográfico, mas também lugar do trabalho e riqueza. Provocavam, ao mesmo tempo, pavor, deslumbramento e impacto no convívio entre pobres e ricos, que apesar de "territorializados", morando em lugares circunscritos, circulavam na cidade. A visão da época era a de que o pobre contaminava o rico, sendo necessário, portanto, tirar a elite da cidade e levá-la para o campo, espaço envolto numa visão romântica que o associava à beleza e autenticidade.

Na modernidade, a partir das idéias democráticas, se configura o "direito à cidade", que na visão de Lefebvre (1991, p. 115) engloba os:

> *direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos às condições (o proletário, o camponês), direitos à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação, assim como o direito ao lazer com o convívio com a natureza na cidade.*

A concepção de cidade, nesta perspectiva de segunda natureza, levaria não a uma relação de fragmentação com o campo, e sim a uma mistura dos elementos artificiais próprios como, por exemplo, o metal e o concreto, aos da "natureza", como a água, rochas, árvores, etc.

A cidade como espaço deve também ser tratada enquanto uma complexa construção social, onde o direito à cidade se submete ao direito a vida urbana, sendo o urbano entendido como um modo de vida. Esta é uma idéia que vai além de uma realidade acabada, dos limites delimitados legalmente dentro de um município[70].

A cidade é o concreto, onde vivem os cidadãos, o material, o conjunto das infra-estruturas e dos equipamentos. Enfim, o local onde está toda a materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando. Já o urbano, cujo entendimento vai à busca de uma compreensão de totalidade, se diferencia da concepção de cidade. Para Souza (1999, p. 34):

> *o urbano é a expressão espacial do modo de produção: é mundial, abstrato. Ou seja, a sociedade entendida na perspectiva do homem que através da técnica e pelo trabalho modificam o seu meio e a si mesmo.*

No caso brasileiro, a urbanização inicialmente aconteceu nas regiões litorâneas, tornando-se praticamente generalizada a partir da década de 1960[71], antes e mesmo depois da mecanização do território.

---

70 A construção da urbanidade segundo Lefebvre (1991) tem a idéia de progresso civilizatório que levaria à concretização de um projeto, no tocante à vida em sociedade. Ou seja, o urbano, é "um lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático sensível."(p.117).

71 Os dados dos censos demográficos revelam que a população brasileira vivendo nas cidades entre 1960 e 1980 cresceu cerca de 50 milhões de novos habitantes, sendo este número quase igual ao total da população do país, nos anos 1950. Entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico o que era a população total urbana em 1960. Entre 1980 e 1990, enquanto a população cresceu 26%, a população urbana aumentou na proporção de 40%.

Mais do que a separação tradicional entre um Brasil urbano e rural, existe hoje um Brasil urbano que inclui áreas agrícolas e um Brasil agrícola que contém áreas urbanas. O que varia são as atividades de relações complexas no primeiro e no segundo mais diretamente produtivas.

Ao longo do século XX, sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma grande associação com a pobreza, cujo lócus passa a ser cada vez mais a cidade, sobretudo a grande cidade. Para Santos (2005b, p. 11):

> *O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de um pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.*

Esta realidade social torna as cidades palco de conflitos crescentes e necessidades emergentes, assim como lugar geográfico e político da possibilidade e das soluções. Por isso, é necessário a compreensão e interpretação mais ampla da problemática urbana, na sua configuração histórico-espacial. Na perspectiva de Santos (2005), há a necessidade da construção de uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma e como conteúdo da mesma, para que essa compreensão se efetive.

> *O nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a serem analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos*(SANTOS, 2005, p. 11)

O entendimento destes processos segundo Santos (2005b) ocorre através dos nexos que esses fatores mantêm em cada fase histórica,

---

O acréscimo de 26,8 milhões de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 75,59% em 1991, para 81,23% em 2000. Esse incremento foi basicamente em conseqüência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas; da migração com destino urbano; e da incorporação de áreas que em censos anteriores eram classificadas como rurais. A maior parcela de incremento populacional urbano correspondeu, sistematicamente, ao longo dos últimos anos, à Região Sudeste que, entre 1991 e 2000, absorveu 38,17% desse incremento. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960-2000.

permitindo assim a construção de uma periodização cujo resultado é a criação de municípios.

Nessa perspectiva de análise, percebe-se que o Brasil foi visto por muitos séculos como um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, em grande parte determinadas pelo mundo exterior. Havia uma relação maior desses espaços com a Coroa Portuguesa, por exemplo, na época do Brasil colônia, como será visto mais adiante, do que com as cidades entre si, mesmo que estas, internamente no país, representassem pólos dinâmicos em termos sociais e econômicos.

A partir da segunda metade do séc. XIX, entretanto, esse quadro é quebrado com a produção de café. É neste momento que o estado de São Paulo se tornou um pólo dinâmico de vastas áreas que abrangiam os estados mais ao sul e incluíam parcialmente o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Este período de mudanças pode ser explicado com o aparecimento de sistemas de engenharia (materialidade) quanto do sistema social. Com a implantação das estradas de ferro, a melhoria dos portos e a criação de meios de comunicação, oportunizou-se uma maior fluidez nessa parte do território brasileiro. Por outro lado, é nesta região também que se implantaram formas capitalistas de produção, trabalho, consumo e intercâmbio, sob o influxo do comércio internacional, que tornou esta fluidez territorial efetiva para o desenvolvimento da região (SANTOS, 2005b).

A partir de 1945/1950 São Paulo se firma como grande metrópole fabril do país. Para entendimento deste desenvolvimento é importante ter em mente o contexto internacional e nacional da época. A política cambial que favorecia a indústria em detrimento das demais atividades econômicas; a promoção da modernização do aparelho estatal, indispensável à modernização da economia nacional; e as facilidades abertas para entrada do capital estrangeiro, determinaram uma melhor inserção do país na economia internacional. (SANTOS e SILVEIRA , 2002).

As cidades do interior de São Paulo como Sumaré, em 1953[72], foram também fruto da política de integração do Brasil pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização. A rápida expansão da indústria passava a exigir mais mercados, não apenas para exportação, mas também dentro do país. Este processo levou as cidades ao crescimento populacional, elevação dos níveis de vida e à demanda de serviços e equipamentos sociais e urbanos em número cada vez maior.

Os transportes terrestres, a partir da Segunda Guerra Mundial, beneficiaram São Paulo como metrópole industrial do país. A instalação do "império do caminhão" (SANTOS e SILVEIRA, 2002) deveu-se a dificuldades financeiras para o equipamento de navios e ao fato de várias ferrovias terem sido consideradas anti-econômicas. O traçado destas estradas obedecia às necessidades da industrialização. Este é o período técnico e científico onde "a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais"(SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 47).

O processo de industrialização e urbanização, iniciado por Juscelino Kubitschek na década de 1950, foi intensificado principalmente a partir do final da década de 1960 e teve seqüência em 1964, com o governo militar e com a ideologia de integração e desenvolvimento nacional. A ideologia desenvolvimentista preconizou o crescimento econômico, a modernização das cidades e, conseqüentemente, o progresso social. Este ideário desenvolvimentista, a partir do incentivo à industrialização, teve sua repercussão na formação de Sumaré e Hortolândia, entre outras cidades da região de Campinas.

É importante destacar algumas características do processo de constituição do capitalismo no Brasil, principalmente no desenvolvimento da industrialização e sua relação com o Estado. Segundo Draibe (2004), as

[72] Hortolândia era Distrito de Sumaré , recém emancipada de Campinas em 1953.

etapas de constituição percorridas seriam: a economia exportadora capitalista com a industrialização restringida e a industrialização pesada.

A dinâmica da industrialização no período de 1933 a 1955 se traduziu numa expansão industrial derivada de um movimento endógeno de acumulação, sendo este o período exportador. Neste período, a exportação à industrialização foi restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação foram insuficientes.

Na segunda fase, da indústria pesada, entre 1956 e 1961, um bloco de investimento, promoveu uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo, ao mesmo tempo em que a capacidade produtiva ampliou-se muito além dos horizontes determinados pela demanda preexistente.

É importante destacar neste ponto que a industrialização brasileira em todas as suas etapas foi oportunizada pelo Estado que sempre se posicionou a favor, através de investimento maciço em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade. Foi também através do Estado que se estabeleceu a associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, através da concessão de incentivos e favores, no período que marca a internacionalização da economia (DRAIBE, 2004).

O processo de industrialização, mais do que a criação de atividades industriais nos lugares, representou neste momento um processo social complexo: na criação de um mercado nacional, nos esforços de equipar o território para integrá-lo, na expansão do consumo que impulsiona também outros setores da economia, como o de serviços, e na ativação do processo de urbanização que ultrapassa o nível regional e ocorre em escala nacional.

O período marcado pela mecanização do território aconteceu inicialmente no Brasil após o término da segunda guerra mundial. A partir de uma política de integração nacional, ocorreu a ênfase no investimento em infra-estrutura na construção de estradas de rodagem, entre outros, além de

uma política de substituição de importações que se estendeu ate os fins dos anos 1960.

O golpe de estado em 1964 criou condições, através dos militares, de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização da economia, que atendeu não só a interesses de um mercado interno em expansão, como à demanda externa. Este foi o período em que o país se tornou um grande exportador de produtos agrícolas e industrializados em menor escala. Como conseqüência, percebeu-se que a urbanização e o crescimento demográfico das cidades médias e grandes, incluídas as capitais dos estados, ocorriam de maneira acentuada .

Rapidamente, entretanto, o Brasil se deslocou para o período técnico-científico - informacional (anos 1970), marcado pela presença da ciência, da técnica e da informação, nos processos de remodelação do território, essenciais às produções hegemônicas[73]. A informação em todas as suas formas foi o motor principal do processo social nesse período. O território foi equipado para facilitar a circulação e funcionar como recurso para uma minoria e abrigo para uma maioria. Esta minoria foi representada por sujeitos internos e externos preocupados apenas com suas próprias finalidades em detrimento da coletividade, reforçando os processos geradores de pobreza e desigualdades sócio-espaciais.

Segundo Santos (1998), no começo da história o território era tanto abrigo como recurso para todos. Era dele que as pessoas tiravam a sua sobrevivência e também abrigo. A história da humanidade, contudo, mostra no decorrer to tempo a dissociação dessas duas condições.

O capitalismo, hoje, se consolida através da globalização, num processo recente, vinculado especialmente ao avanço da informática e da telemática que permite a unicidade do planeta pelo sistema técnico. Isso significa que, a partir da década de 1980, e intensificando-se na década de

73 Hegemônico tem o sentido da produção de indústrias multinacionais, que na era da globalização estão em busca de lugares em qualquer lugar no planeta que facilitem ou aumentem a mais valia, que passa a ser global fruto da dominação sem fronteiras do capital internacional.

1990, o capitalismo pode ser explicado pela interação de três importantes dados. O primeiro é a unicidade técnica em todos os lugares, através da padronização dos sistemas técnicos que se difundem por todo o mundo. O segundo são os eventos percebidos simultaneamente e instantaneamente, possibilitando sua interdependência, mesmo que em lugares longínquos. Além disso, um maior fluxo de produção, das pessoas, do dinheiro e da informação no planeta. Por fim, a mais valia é tornada universal por via da produção e competição das empresas na escala global e pela maior divisão internacional do trabalho unificada pelo sistema financeiro.

No período atual, o meio técnico-científico-informacional é determinante para uma relação vertical com os lugares, por parte de algumas empresas ou corporações transnacionais, que dominam hegemonicamente o planeta, retirando dos lugares seus interesses. Mais do que isso, ele determina verdadeiras manchas ou concentrações urbanas de populações migrantes, empresas e instituições nacionais numa relação horizontalizada nos lugares, cujo território significa solidariamente abrigo, e não somente recurso.

Além da integração do território construída no início da industrialização, forma-se agora uma base de verdadeira fluidez do território. Na atualidade, a fluidez é uma das maiores exigências. Ela diz respeito à circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro. Mais do que produzir, é indispensável colocar a produção em movimento. Na verdade, é a circulação que conforma a produção e não, como antes, esta que presidia a circulação. [74]

Pensando no caso específico do Brasil, aqui o meio técnico científico informacional se dá de forma seletiva e desigual. Percebem-se regiões

74 Algumas importantes rodovias são construídas e pavimentadas já na década de 1940 e195 0 como é o caso da Via Anhanguera, em 1948, que atravessa boa parte de Sumaré, próxima a Hortolândia, parte de Campinas, e cumpre a função de ligar a capital do Estado de SP ao interior. Por ela flui grande parte da riqueza proveniente das indústrias do Estado. Em 1960, também se constroem estradas de rodagem de primeira ordem com um bom percentual de autopistas e a criação de redes vicinal em muitas regiões desenvolvidas. Em 1973 é inaugurada outra importante rodovia, a Bandeirantes que ligará Campinas a São Paulo. Os correios são modernizados e cria-se um moderno sistema de telecomunicações através de ondas, satélites. Difunde-se o telefone, o telex e novas formas de transmissão de mensagens tornando-se maiores as possibilidades de movimentação de valores, dinheiro, capitais, ordens, mensagens, etc. Enfim, no período técnico-científico-informacional, além dos aportes maciços em infra-estrutura também se dão investimentos importantes na composição orgânica do território graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica

concentradas com maior presença de variáveis mais modernas, ou uma modernização generalizada, enquanto que no resto do país há uma modernização seletiva ou incompleta. Há uma tendência à especialização de tarefas no território, com complementaridades regionais, dados os tipos de produções. O capitalismo, nesta fase se expande através das inovações tecnológicas e organizacionais, determinando também novas formas ocupacionais. Há uma geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe e cria também uma necessidade de circulação intensa. Essa é uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto o número de produtos e a diversidade da sua produção. A partir dessa circulação, cria-se ainda mais uma divisão do trabalho territorial, havendo a alimentação da produção, das ações e dos objetos correspondentes.

Os objetos criados pelas atividades hegemônicas são dotados de uma intencionalidade específica com uma forte ação competitiva no mercado. Isto determina que sejam produzidos não mais apenas bens de consumo local, ou com valor de uso, mas também bens de troca ,isto é, mercadorias, como reflexo da expansão do capitalismo e da fluidez.

> *Num tempo mais recuado, na área mais dinâmica do país concentrava-se o essencial da produção e do consumo e a circulação dos bens e pessoas dava-se principalmente em seus limites e em sua periferia imediata. O resto do território era pouco fluído. Na fase atual o movimento de descentralização torna-se irresistível, com fenômenos de 'fábrica dispersa' e de 'fazenda dispersa' que atinge muitas zonas e pontos longínquos do território, desse modo envolvido pelo nexo da modernização capitalista.* *(SANTOS 1998, p. 47).*

Dessa forma, o Brasil vai conhecendo um processo de ocupação que corresponde às necessidades da nova divisão técnica do trabalho, ditados e controlados por interesses muitas vezes distantes do território. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais e nem tanto ao comando local que neles se exercem. O uso do território hoje permite a implantação de sistemas de cooperação econômicos e políticas que não são de ordem apenas nacional, mas também internacional. Nesse sentido existe a necessidade de explicitação da correlação entre a tecnoesfera responsável

pela produção de objetos, e sua justificação dados por uma psicoesfera, que determinam valores, comportamentos humanos e estão relacionados à cultura e à política.

Um conjunto de novos sistemas técnicos passa a ser acolhido pelo território, provocando uma expansão da produção material, com o conseqüente alargamento da divisão social e territorial do trabalho. Com isso, também os meios coletivos de consumo, como saúde, educação, habitação, entre outros, são alargados pressionando os orçamentos públicos.

Esta reflexão sobre o processo de urbanização contemporâneo está relacionada ao processo de construção de núcleos regionais que podem ser fragmentados em municípios juridicamente constituídos, dependendo das relações de uso e necessidades das pessoas, instituições e firmas que compõem o território. No atual período histórico, mais do que os limites regionais, o que importa são os processos na identificação dos espaços de alguns, definidos como das redes, e como banais ou de todos. Através da análise do uso do território sinônimo de espaço humano, percebe-se um conflito permanente entre o local e o global, entre a solidariedade organizacional, corporativa das redes, e a solidariedade orgânica.

Como vemos, as relações no território são dialéticas no uso pelas empresas à distância e pelas instituições, firmas, pessoas e governos locais. É o que Santos denomina de território como norma (das redes), calcado nas densidades técnicas e na capacidade de informação, e no território normado (nacional, estadual, municipal) construído a partir das normas legais e técnicas constitucionais da nação. Contudo, no Brasil, como ressalta Souza (1999, p. 4) o território normado quase que se confunde com o território como norma, em face da atitude política dos governos no sentido de abdicar da gestão do território para o povo e fazê-lo somente para as empresas.Esta gestão é feita com um discurso justificador sobre a necessidade de desenvolvimento econômico, que a médio e longo prazo traria riqueza e melhoria das condições de vida local.

Nessa perspectiva, Furtado (1983, p. 74) afirma que realmente “não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico, se bem que a recíproca não seja verdadeira”. Em outras palavras, a industrialização trazida pelas empresas às cidades é um movimento que favorece o rápido crescimento da produtividade, que lidera a elevação de salários, que produz o excedente que alimenta a acumulação e que gera novos empregos, ainda que estes se situem em outros setores produtivos. O setor terciário moderno, por exemplo, se desenvolve atrelado ao desenvolvimento da indústria.

O problema está em definir o tipo de industrialização capaz de gerar um verdadeiro desenvolvimento, pois de acordo com Furtado (1983), a tendência natural é o favorecimento de indústrias sem qualquer vínculo direto com o mercado regional. Nesse ponto, a autora esclarece que o que importa então é que se entenda que os objetivos estratégicos do desenvolvimento precisam ser de natureza social, visto que o desenvolvimento requer a elevação do nível de vida da massa da população, provocando uma política de desconcentração de renda:

> *O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metarmofoseia em desenvolvimento. Ora essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.* (FURTADO, 1983, p. 75)

A necessidade de elaboração de projetos políticos que redundem em melhoria das condições de vida para a maioria da população também está relacionada ao discurso de justificativa da criação de municípios no Brasil. Contudo, na abordagem dialética, esta justificativa se relaciona contraditoriamente com interesses corporativos de uma minoria que usa o território de maneira corporativa, favorecendo a desigualdade sócio-espacial e a concentração de renda.

Nessa perspectiva, a criação de novos municípios pode ou não ser a efetivação de processos emancipatórios, geradores de autonomia e

identidade. Os próximos itens explorarão teoricamente alguns aspectos do significado da emancipação política na história da formação das cidades brasileiras, no contexto do federalismo.

III.2.A emancipação política na criação de municípios no contexto do pacto federativo brasileiro

Emancipar, segundo Holanda (1975), significa dar liberdade, tornar livre, libertar do jugo, da tutela. Do ponto de vista da história da filosofia, a categoria emancipação surge como uma das idéias básicas da modernidade. É uma conquista humana na passagem de um estado de submissão para um de liberdade, dentro do projeto civilizatório iluminista, que envolve também a universalidade, a individualidade e a autonomia.

Marx(2005) [75]· trata da questão numa análise da situação dos judeus na Alemanha no final do século séc. XIX e se refere a dois tipos de emancipação: política e humana. Para o autor, o relevante é saber qual a espécie ou a natureza da emancipação que se postula, e não quem ou de quem é emancipado. A emancipação política diz respeito ao estado político e à cidadania. A partir da modernidade, esse conceito sofreu a influência da Revolução Francesa, que considerou seus cidadãos iguais, sem distinção de riqueza, religião, raça etc. Já a emancipação humana vai mais além, pois diz respeito à relação do homem com a humanidade e à construção não na individualidade, mas junto com outros homens na verdadeira democracia[76].

Neste trabalho serão enfocados aspectos de emancipação política na criação de novos municípios no Brasil, como projeto político do pacto federativo, no processo de fragmentação do território. Processo este que, na

---

75 Marx na obra A questão judaica, escrita em fins de 1843, faz uma crítica a Bruno Bauer (1843) que questionava os judeus pelo seu egoísmo em lutar pela liberdade religiosa perante o Estado, na Alemanha, que lhes negava a igualdade de direitos perante a lei.

76 A emancipação humana nesse sentido significaria a superação da sociedade burguesa, centralizada nos interesses individuais de dominação e da falta de liberdade, sendo esta segundo o autor a intenção maior, a derradeira do mundo atual.Para Marx, entretanto, a emancipação política representa um grande progresso.

concepção de Milton Santos, é formado de um sistema indissociável de objetos e ações, um híbrido de formas e conteúdos.

O uso do território leva também à discussão da democracia, da questão da cidadania e do direito a ter direitos, numa perspectiva de políticas sociais equânimes e universais, e principalmente à discussão sobre a autonomia e a soberania de todos os níveis da federação: nacional, estadual, municipal. Segundo Souza (1999), a soberania é garantida quando o controle do uso do território se dá democraticamente, no espaço banal de todos , e não majoritariamente através do controle corporativo-organizacional das empresas ou do capital globalizado.

A cada dia que passa novas fronteiras são construídas, e pela quantidade, a atividade de criação de municípios tem se transformado em norma no Brasil. Segundo Cataia (2001, p. 14) "o aumento[77] do número de municípios no país denuncia um território que se impõe aos homens e às atividades. Quando alguma coisa se impõe é porque se transformou em norma".

Se antes a criação dos municípios no Brasil colônia era normatizada pelas ordenações do reino de Portugal, hoje a normatização do território é dada por leis da Constituição do Brasil. Estas, por sua vez, são um resultado de disputas políticas e de processos que podem promover um maior ou menor exercício de participação democrática, dentro da proposta de federalização do Brasil, na qual todos os municípios possuiriam as mesmas condições perante a lei.

Considere-se agora o sistema federativo. Não existe, teoricamente, hierarquia neste sistema, que tem como princípio uma pluralidade de poderes sem que qualquer deles seja superior aos demais. Federar, portanto, é unir, formar uma aliança pactuada entre os entes que, no caso brasileiro, inclui os Estados, os Municípios e a União. Desse modo, fica afastada a hipótese de

77 "Imediatamente ao pós-guerra o Brasil possuía 1.889 municípios, em 2001 eram 5.561. Em quatrocentos e cinqüenta anos produzira-se 1889 compartimentos municipais; em menos de cinqüenta anos outros 3.672 foram produzidos."(CATAIA, 2001, p. 15)

predomínio antidemocrático de um grupo. O Federalismo, diferentemente da organização territorial formada por um Estado Unitário, pressupõe vários centros de poder no mesmo Estado, e supõe uma relação ou um pacto cooperativo entre os entes.

Este pacto significa uma aliança dos Estados e Municípios heterogêneos e autônomos, para a formação do Estado Federal. É um sistema, segundo DaDallari (1986), em constante tensão com fatores de convergência e contradição, que pretende manter a unidade na diversidade. Na prática, ele conjuga uma variedade de entidades com identidades culturais e políticas próprias, unidas em torno de um conjunto de regras comuns, que visa dar certa homogeneidade. Envolve, portanto, a questão da estrutura e do processo de governo, sendo um fenômeno político e sócio-cultural.

A conquista da autonomia como ente da federação está relacionada ao processo de descentralização do poder político e econômico no país. Quanto maior a democracia, maior a possibilidade de autonomia, cooperação, exercício de pluralidade de poderes e ausência de hierarquia entre os entes, pois federalismo e ditadura são conceitos incompatíveis:

> *Do ponto de vista político-institucional, a federação é o meio de organização territorial mais apropriado para garantir, via democracia, estabilidade e legitimidade políticas aos governos dos Estados nacionais cujas sociedades são marcadas por grande heterogeneidade de base territorial.* (SOARES, 1998, p. 138)

Neste ponto de vista, o pacto federativo conciliaria o pluralismo de interesses territoriais e representaria uma solução mais estável que o autoritário. Contudo, a autonomia subnacional não é definida somente por descentralização fiscal e administrativa. Ela é, acima de tudo, autônoma para constituir e preservar um governo próprio e independente, onde os partidos políticos que ocupam os principais cargos públicos nos governos subnacionais, possuem muita influência. Na medida em que esses partidos, suas lideranças e gestores priorizem os interesses públicos em detrimento do privado, será possível determinar o grau de autonomia dos governos.A

Federação no Brasil, historicamente, possui períodos de descentralização e centralização, de concentração e desconcentração de poder, assim como divisão e construção de autonomias [78] .Como expressa Souza (2004):

> *O federalismo brasileiro como instituição tem sido moldado por arranjos políticos territoriais construídos ao longo da nossa história. Esses arranjos se refletiram em cada uma das Constituições brasileiras, mostrando que as relações federalistas têm-se movido através de um continuum, que saiu de um federalismo "isolado" dos primeiros anos republicanos para a centralização nos regimes autoritários, até chegar à sua atual configuração.*

A autora se refere à Constituição de 1988 como a que confere a atual configuração ao federalismo brasileiro, considerada democrática e municipalista, envolvendo também aspectos fiscais e tributários. [79] Ela é resultante do processo de redemocratização do país, marcado pela ação política das lideranças subnacionais, principalmente os governadores eleitos em 1982, que exerceram e exercem um papel importante na sustentação das coalizões de governos nacionais e na criação de municípios no Brasil.

Portanto, a manipulação de limites territoriais, e a criação de municípios, atende também a outros interesses externos ao lugar que trazem alienação e aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais. Segundo Cataia, esses interesses podem ser eleitorais, como o guerrymanderismo, e em função de interesses corporativos ou empresariais.

Nesse ponto é importante ressaltar que os governadores dos Estados na federação brasileira sempre tiveram muito poder, seja econômico ou político. Nas palavras de Abrucio (2002), os governadores sempre atuaram

---

78 É importante diferenciar, segundo (DALLARI, 1986, p. 68), a descentralização, que significa tirar do centro, com delegação de funções executoras e desconcentração quando há a disseminação de diferentes centros de poder.

79 A partir da Constituição de 1988, do ponto de vista tributário, estados e municípios tiveram seus recursos consideravelmente ampliados, principalmente por duas vias. A primeira foi que esse aumento se deu pela transferência de vários impostos federais para os estados, aumentando suas bases tributárias em especial a do principal imposto, o imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS). A Constituição também concedeu maior liberdade aos estados para determinar os critérios de cobrança de ICMS e total liberdade no seu uso, a não ser por a algumas leis ordinárias, como é o caso do FUDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) que determina que em cada Estado, 15% das transferências federais e da arrecadação de ICMS sejam aplicados na educação.

como “barões da federação” ao longo da história do Brasil. A sua influência foi evidente até mesmo na política e no incentivo à criação de novos municípios após a constituição de 1988.

III.3.Aspectos gerais da história política da criação dos municípios no Brasil e a cidade de Hortolândia

Historicamente, durante a colonização do território brasileiro e o estabelecimento de fronteiras, a determinação dos limites políticos estava ligada ao próprio lugar e ao conhecimento geográfico dos seus habitantes. As fronteiras também eram muitas vezes criadas por conveniência administrativa ou por influência de interesses privados, sem levar em conta fatores étnicos ou culturais.

O período colonial brasileiro foi marcado por uma estrutura de poder central débil, com ampla autonomia política, de suas unidades territoriais (capitanias). Isto gerou a formação de núcleos autônomos de poder e de heterogeneidade de base territorial, justificando-se a implantação e a manutenção de uma organização federativa, a princípio, no Brasil, com as províncias que, mesmo sendo chamadas de estados, continuavam sendo províncias.

A questão brasileira está ligada à concentração de poder das oligarquias regionais e nacionais ao longo dos períodos históricos. No período pós-independência, as forças centrífugas expressavam os interesses de uma oligarquia regional que queria preservar a autonomia e poder político que conquistaram no período colonial. A democracia federal não era de interesse dessas oligarquias. Quando os conflitos regionais se acirraram, provenientes da expressão das massas devido à heterogeneidade territorial, significando uma ameaça à unidade nacional e à ordem econômica vigente, deu-se então o centralismo monárquico.

A monarquia, através da coerção física, apaziguou os conflitos regionais e excluiu a população da participação política, dando expressão às oligarquias dominantes e acomodando-as no poder central. Isto proporcionou

uma longa estabilidade política, consolidando a unidade nacional, e que foi rompida quando as oligarquias regionais emergiram como forças centrífugas reivindicando autonomia às províncias.

Inicialmente, com o descobrimento do Brasil e a sua divisão em Capitanias Hereditárias, percebeu-se uma fragmentação do poder como meio de administração e defesa do território nacional. Quanto maiores as distâncias e maiores as dificuldades de comunicação, maior se tornou a autonomia das Capitanias e o enfraquecimento do Poder Central.

Os municípios apareceram pela primeira vez, constitucionalmente no Brasil, em 1828 no "Regimento das Cammaras Municipaes", não como simples órgãos administrativos, mas participantes diretos das decisões do Estado.[80] Até então, a referência eram as cidades vilas e paróquias.

Havia um grau de autonomia nos municípios portugueses que, por exemplo, os espanhóis não possuíam. A América espanhola tinha uma legislação específica, codificada para os municípios e regidas pelas "Leys de Indias". Já os portugueses faziam a distribuição de terras a cargo da câmara dos vereadores, e a ordenação espacial das vilas obedecia os critérios daqueles que as distribuíam, os "Homens Bons" das Câmaras.

Os municípios brasileiros viveram com autonomia até ser promulgada a lei de 01 de outubro de 1828, a primeira Lei Orgânica que estabelecia as atribuições municipais. As Câmaras passaram, então, a ter funções meramente administrativas, subordinadas aos conselhos gerais.

A proclamação da República federativa, em 1889, segundo Soares (1998), não acarretou em mudanças substanciais na política oligárquica

80 A hierarquia jurídica do lugar em ordem crescente era: arraial (pequeno povoado), paróquia ou freguesia, vila e cidade. As vilas possuíam autonomia político-administrativa, designando a Câmara de Vereadores e demarcando seus limites territoriais por meio do "termo". As cidades não eram dependentes ou tributárias de um poder regional. Eram subordinadas diretamente à Coroa, ao poder central. Eram o lugar onde se localizava a Igreja da Sé e a residência do bispo. "Na América Portuguesa a interferência direta do rei nas vilas era rara, porém a interferência dos governadores e capitães-generais era prática comum" (CATAIA, 2001, p.113).

brasileira. Entretanto, mudanças importantes ocorreram em relação à distribuição territorial do poder. As oligarquias de São Paulo e Minas Gerais dominaram, conduzindo o governo central. Na Constituição de 1891 inaugura-se o regime federativo no Brasil. Instituem-se relações políticas entre a União e os estados, somente de cunho administrativo entre os estados e os municípios.

A forma como ocorreu a organização territorial na Primeira República demonstra um fortalecimento das identidades nacionais (estaduais). Nesse sentido, os partidos políticos da época eram de âmbito estadual e não nacional, representando as oligarquias regionais dominantes (Partido Republicano Paulista e Mineiro). Foi em 1926 que o controle da autonomia municipal passou da esfera dos estados para a esfera federal.

A partir de 1930, com a entrada das massas no processo político, marcou-se a relação entre identidade territorial, federação, autoritarismo e democracia. Sem abandonar os regionalismos, o regime autoritário no Brasil buscou acomodar os conflitos de origem federal, através da coerção física e/ou oferta de certas liberdades federais e até mesmo instalando processos de liberalização política que restabeleceram a democracia federativa.

Com a revolução de 1930, um decreto determinou a nomeação, através de um interventor de um prefeito para cada município, exercendo todas as funções executivas e legislativas. Entretanto, o interventor (governador federal) teria o poder de exonerar, de modificar ou de revogar qualquer um dos atos do prefeito.

Na Constituição de 1934 foi estabelecida pela primeira vez a autonomia financeira do município. A pressão separatista foi abafada pela ênfase dada à integração do território pelas ferrovias.

É no Estado Novo (1937-1945) ocorreu a centralização, culminando no fim dos estados federados,e levando ao fechamento do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal. A Constituição de 1937

retirou dos municípios a autonomia financeira, fazendo com que todas as rendas fossem encaminhadas ao Estado-membro.

Na assembléia Constituinte de 1946, o município foi considerado um ente federado pela primeira vez. Foram fixadas com clareza as atribuições dos municípios (fortalecimento da autonomia) e a redistribuição eqüitativa de uma parcela da arrecadação federal do imposto de renda. Com isso, houve um aumento do número[81] de municípios no país e o fortalecimento do poder e a vida local por dezoito anos, até o golpe de Estado de 1964.

Com a ditadura militar (1964-1985), os municípios no país passaram de 4111(1964) para 3948(1968). Ao longo desse período de centralismo os atos institucionais (AI) foram os instrumentos de governo como abaixo:

- AI 2 (1965) : Reorganização do poder municipal. O Presidente da República é autorizado a decretar, o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores.
- AI 3 (1966) : Eleições indiretas para governadores e prefeitos das capitais e cidades consideradas de “segurança nacional” [82].
- Constituição de 1967: A criação de novos municípios passa a ser de competência Federal e não mais dos Estados.
- AI 5(1968): Dá aos militares plenos poderes de decretação de recessos (Congresso, Assembléias e Câmaras) e censura. Enquanto durou o regime militar, estagnou o número de municípios. A proibição da criação dos municípios teve a intenção de controlar as possíveis “rebeldias territoriais”, na forma de autonomia.

No início do governo militar, através de uma reforma tributária, determinou-se que os municípios brasileiros só receberiam 1,2% das receitas

81 Pouco antes da constituição de 1946 o Brasil possuía 1585 municípios. De 1960 a 1964 produziram-se 1333 municípios.

82 Os municípios de segurança nacional eram aqueles das instâncias hidrominerais, nas capitais dos estados ou aqueles com grandes números de operários (Volta Redonda-RJ ou Osasco-SP).

públicas, o que aumentou consideravelmente a arrecadação federal e elevou o PIB.

Em decorrência, tornaram-se comuns as isenções fiscais e redução de impostos pelo governo federal, para atração de empresas nacionais e multinacionais. Iniciou-se na década de 1970 também a integração vertical (com outros países) e com algumas cidades, ampliando consideravelmente o parque industrial[83].

Ainda na década de 1970, para manter uma aparência democrática, o regime militar manteve eleições municipais, exceto nas cidades consideradas de segurança nacional. A oposição através do MDB teve expressiva votação municipal, já indicando um descontentamento da população com relação ao governo militar

Durante o tempo do milagre econômico (1968-1973) as grandes obras (hidrelétricas, rodovia Transamazônica, etc.) demandavam a criação de rodovias, telecomunicações, entre outros, para a realização da integração horizontal nacional, assim como formavam um camada técnica que favorecia a integração vertical, para fora do país. Com isso, houve também a justificativa para a criação de municípios na única região do país, a centro-oeste (base política local).

Este foi o chamado período da modernização conservadora.

> *Os recursos no lugar de servirem à população eram repassados para as obras de engenharia visando aos grandes capitais. Além de empobrecer os municípios, fortaleceram a influência das oligarquias locais.* (CATAIA 2001, p. 129)

Após um intenso período de centralização do poder político (ditadura militar), a partir da década de 1980e, mais especificamente, com o término do regime militar em 1985, quando foi convocada a Assembléia Nacional

83 Este incentivo à indústria provocou nos anos 70 a ampliação de duas mil para 6 mil indústrias em Santo Amaro, no município de São Paulo, assim como na região de Campinas /Sumaré que recebeu um grande volume de indústrias.IN DORIA, O. (1992). Município- o poder local-quinhentos anos de conflitos entre município e o poder central, São Paulo, scritta Editorial citado em Cataia (2001).

Constituinte com uma forte luta pelo municipalismo, recomeçaram a aparecer novos municípios.

A partir da Constituição de 1988, a criação de municípios, passou a ser de responsabilidade dos estados da federação que criavam sua própria legislação com os critérios para emancipação dos municípios em consonância com o pacto federativo brasileiro.

Contudo, em 1996, uma emenda Constitucional (n^{o}15) limitou a criação de novos municípios pelos Estados. Esta proibição representou uma nova centralização do poder pela União. A principal razão foi o aumento de municípios participantes no Fundo de Participação do Município (quanto maior o número de participantes menor era a parte no rateio). Muitas ações jurídicas contra a União, de inconstitucionalidade desta emenda, foram colocadas na justiça, gerando mais um elemento para a crise federativa. Apesar desta emenda, um grupo de estados continua até hoje, instalando novos municípios no país, dado o seu poder na Federação, como já foi observado.

Durante o processo de redemocratização do Brasil, muitos municípios[84] foram criados. Instalou-se, então, ao invés da cooperação, uma competição entre os entes através, principalmente, da guerra fiscal, caracterizando um aspecto da crise federativa[85], que é também a crise da democracia nos lugares. A base desta competição de interesses estava no território, que foi alienado quando usado para atender interesses corporativos em detrimento do lugar e seus habitantes.

84Segundo dados do IBGE citados por Cataia (2001) de 1984 a 1997 foram instalados 1405 municípios no país, sendo as regiões sul e nordeste aquelas que mais contribuíram para esse processo. Deste total , 94,5% dos municípios se encontram na faixa de até 20000 habitantes . De 1990 a 2000 foram feitos 198 pedidos de emancipação no Estado de São Paulo, dos quais 73 foram aceitos.

85 A origem desta crise está também na maneira como o pacto federativo foi implantado no Brasil. Nos Estados Unidos, berço do federalismo, as ex-colônias se uniram inicialmente numa confederação, para só depois formarem uma federação. Diferentemente, no Brasil a primeira Constituição da República (1891) estabeleceu a democracia e o regime federativo. O governo central precedeu, assim, as esferas subnacionais, determinando por lei a aliança ou pacto político entre as províncias, que passaram a ser chamadas de estados.

Outros fatores importantes geradores da crise do pacto envolveram as finanças, com a redução dos repasses monetários da União (crise fiscal), e a explosão do número de municípios, aumentando o retalhamento e a competição no Fundo de Participação dos municípios. Também é importante ressaltar, como um fator deste período, a pressão para a integração subnacional com o exterior, provocada pela globalização da economia.

Para atrair novas empresas, os municípios se lançaram numa guerra competitiva de incentivos e benefícios fiscais. Na maioria das vezes, esta política de incentivos beneficiou mais as corporações do que boa parte da população, como será mostrou, por exemplo, a política de incentivos adotada por Sumaré e Hortolândia desde 1955, que envolvia, isenção fiscal, doação de áreas, infra-estrutura, etc.

A justificativa para a política de atração de indústria se baseia na concepção de que o desenvolvimento econômico acarretaria, principalmente, a abertura de postos de trabalho para os moradores da cidade, permitindo o crescimento do mercado e da economia interna. No entanto, estas vantagens nem sempre foram percebidas ou foram suficientes para o atendimento das necessidades da população.

Este é o caso de Hortolândia, localizada na Região Metropolitana de Campinas (RMC), uma das mais ricas do Estado de São Paulo e do Brasil, [86] que ainda mantém grandes demandas na área social e de infra-estrutura urbana, com a convivência com a pobreza e a desigualdade sócio-espacial, apesar dos recursos captados com o seu parque industrial, como será apresentado a seguir. No próximo capítulo, serão apresentados os aspectos teóricos metodológicos da pesquisa elaborada.

86 A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi aprovada pela Assembléia Legislativa Estado de São Paulo e sancionada pelo ex-governador Mário Covas em 19 de junho de 2000. É composta por dezenove municípios "Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa-Bárbara d`Óeste, Santo Antonio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Hortolândia com 62 km de área territorial, juntamente com Nova Odessa, é o município de menor área da RMC. "A RMC conta com a mais expressiva concentração industrial do interior de São Paulo e tem ampliado sua participação nas últimas décadas Por exemplo, o VA da industria de transformação da região cresceu de 8,1 % para 10,4% do total do estado, entre 1980 e 1998."(Cano, 2002, p.14).

CAPÍTULO IV. ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE EMBASAM A PESQUISA

O objeto deste estudo é a participação social como componente intrínseco da ação política nos lugares, no processo de construção da emancipação política da cidade de Hortolândia. Esta é uma emancipação política do município, como um processo em construção além de um evento, como representou o movimento social pró-emancipação de 1988 a 1991, com um ideário em processo de efetivação. Este expressava a melhoria das condições de vida (pavimentação, saneamento básico, limpeza urbana, transporte coletivo) e a construção de uma sociedade com relações democráticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades sócio-espaciais.

A abordagem teórico-metodológica desta pesquisa tem como base o conhecimento do território usado[87] na geografia proposta por Milton Santos e o método dialético, o que demanda algumas considerações preliminares para sua compreensão e posterior explicitação da elaboração dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

O território usado como a totalidade em movimento precisa ser decomposto para ser recomposto e analisado. Esta divisão da totalidade deve ser feita primeiramente fragmentado-a através de categorias de análise que se baseiam nos elementos do espaço, na relação com o tempo, para ao final se processar a sua reconstituição.

Para que o território usado seja mais do que um enunciado, utiliza-se da matriz de periodização como instrumento que revela a formação territorial, no caso, de uma cidade. A matriz se aproxima da totalidade em movimento, através da compreensão dos eventos que incidem nos lugares e se relacionam com os seus elementos[88].

87 O território usado é uma abordagem de método. Método é entendido como "uma trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social". (YAZBEK 2000, p. 23)

88 Como já mencionado no capítulo 1, os elementos do espaço são: os homens, as firmas, as instituições , o chamado meio ecológico e as infra-estruturas. Estes estão em permanente interação, determinando a totalidade social. O espaço como um todo é a sociedade como um todo. Cada elemento não se constitui independentemente, mas é um resultado do processo social.

Os elementos constitutivos do lugar podem variar quantitativa e qualitativamente. Por isso, os elementos são considerados variáveis. Eles mudam de valor, variam segundo o movimento da história e segundo as condições do lugar.

Portanto, nas análises para compreensão da formação territorial, a questão não é levar em conta apenas as causalidades na relação entre os elementos, mas o contexto também. Cada lugar possui sua especificidade e suas variáveis que se relacionam a partir e nos contextos ou no movimento do todo, na relação com a história. Ou seja, a compreensão do par dialético forma/conteúdo ou objeto/ação, em cada período de tempo nos lugares, na relação com outras escalas, como a do Estado, país e do mundo.

A matriz de periodização de Hortolândia foi baseada na matriz de periodização de Campinas[89], elaborada sob a orientação da Profa Dra Maria Adélia de Souza e a equipe do Escritório de Planejamento da Cidade da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Campinas, em 2004. A razão para isto se deve, primeiramente, ao pioneirismo do trabalho iniciado em Campinas, a partir da concepção teórica da geografia proposta por Milton Santos, sendo uma referência para outros trabalhos na mesma concepção.

Em segundo lugar, pelo fato de Sumaré e Hortolândia terem sido bairros de Campinas até 1953, a formação territorial das três cidades, estão relacionadas. Este trabalho intenciona ser uma possível complementação às reflexões desta perspectiva de método, ao abordar a participação social enquanto componente intrínseco da ação política de sujeitos coletivos, categoria constitutiva do Serviço Social, já que a matriz de periodização de

89 A matriz de periodização de Campinas foi divulgada e socializada no Primeiro Encontro Internacional "A metrópole e o futuro: Reconhecendo e Planejando Campinas", nos dia 25, 26 e 27 de novembro de 2004 em Campinas, promovido pela Prefeitura Municipal. Na apresentação do CD rom com a matriz, distribuída neste encontro, lê-se a seguinte apresentação: Este CD socializa três bancos de dados das pesquisas realizada pelo Escritório de Planejamento da Prefeitura. Entre eles, "uma matriz bruta de periodização, ainda em elaboração, mas que já oferece aos interessados elementos organizados tematicamente, segundo o interesse dos nossos estudos, desde a fundação da cidade (1721-2004). A interpretação desta matriz no nosso projeto, nos dará uma preciosa interpretação do processo de formação territorial de campinas" (Escritório de Planejamento da Cidade, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente de Campinas. Novembro de 2004).

Campinas não se preocupou com este aspecto, por não ter sido parte dos seus objetivos.

Desta forma, decidiu-se seguir as mesmas categorias de análise usadas em Campinas, mas procurando ampliá-las para o objetivo desta pesquisa, recriando também a divisão dos períodos [90] no tocante à participação social. A escala dos eventos nos lugares da cidade, no caso de Hortolândia, revela a sua formação territorial na relação dialética com outras periodizações ou escalas, como a do Estado, do país e do mundo.

O objeto de análise na compreensão do território usado é o presente, entretanto, a volta ao passado é um meio indispensável à compreensão da sua produção, assim como as tendências para o futuro. Com isso, entende-se que conhecer a formação territorial da cidade de Hortolândia, nessa perspectiva, significa resgatar os eventos do passado[91], que se fazem presente, como parte do percurso teórico metodológico.

Este processo de resgate dos eventos para construção da matriz de periodização e posterior descrição interpretativa exigiu um percurso que envolveu diferentes procedimentos da pesquisa empírica, tendo em vista a apreensão do uso do território nos seus mais variados aspectos. No entanto, é importante registrar que o conhecimento da realidade de Hortolândia através de envolvimento profissional[92] e pessoal do pesquisador , é anterior ao processo de elaboração desta pesquisa. A partir da década de 1990, deram-se os primeiros contatos e conhecimento da realidade da cidade, da

90 Segundo Santos (1992) os períodos, pedaços de tempo que se desenvolvem a partir do espaço têm sua classificação baseada em critérios particulares do pesquisador, ou seja, se fundamenta naquilo que o investigador deseja estudar, nos seus objetivos: “essa minha escolha de períodos, ou sistemas de modernizações, é fruto de um critério arbitrário” (1992, p. 23).

91 O passado é uma maneira de entender e definir o presente em vias de se fazer. Ou seja, o presente já completado pertence ao nível do passado, e também “permite surpreender o processo e, por seu intermédio, a apreensão das tendências, que podem permitir vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força” (SANTOS 1985 p. 19).

92 O trabalho em Hortolândia se deu primeiramente através do Centro de Educação e Assessoria Popular (CEDAP), ONG situada em Campinas /SP, na assessoria ao Movimento pela Moradia (1992) e na coordenação do INCO/94 (encontro da sociedade civil de Hortolândia para integração e comunicação de Hortolândia) . Entre janeiro de 1997 e agosto de 1998 exerceu-se um cargo de assessoria técnica junto à Secretaria de Educação, Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Hortolândia, a convite do grupo do PT, que por 18 meses governou Hortolândia numa coligação política com o PSDB. Após esse período, apesar da atuação profissionalmente em outros locais, mas sem perder o vínculo com Hortolândia.

história dos movimentos sociais, das experiências associativistas e diferentes sujeitos individuais e coletivos. Portanto, materiais como registros de projetos desta época, entre outros, [93] também fazem parte do acervo de dados da presente pesquisa. Esta experiência prévia do pesquisador, aliás, é de suma importância também como parte do acúmulo de dados e percepções que geraram as interpretações da matriz de periodização, segundo os objetivos da pesquisa.

IV.1. Procedimentos metodológicos preliminares

A pesquisa empírica que se segue foi realizada no período de 2005 a 2007 e utilizou-se de diferentes e diversos procedimentos metodológicos.

Preliminarmente, procedeu-se à realização de entrevistas abertas e contatos no sentido de resgatar a história dos movimentos e ações que geraram a emancipação da cidade de Hortolândia, assim como todo tipo de ação coletiva que tivesse uma intenção ou projeto voltado para a conquista de espaços, serviços e equipamentos públicos. Procuraram-se sujeitos que, historicamente, participaram ou participam de ações políticas na cidade, principalmente na Região do Rosolém, conhecida pelo envolvimento com os movimentos sociais e lugar de grandes manifestações, protestos, reuniões de capacitação de lideranças, entre outros. Foram realizadas sete entrevistas /depoimentos, sendo seis gravados em 2005 e uma em 1993, como já mencionado anteriormente. Abaixo a relação e descrição dos sujeitos.

- **Entrevista/depoimento** com Silvio e Jaci, moradores do Jardim Rosolém, membros atuantes da paróquia do Rosolém; Wanderley, morador do Rosolém e militante dos movimentos sociais, da Igreja do Rosolém e do Partido dos Trabalhadores ; Dona Helena, coordenadora da Cooperativa da mandioca do Rosolém, organizada pela

93 Na verdade, já em 1993 deu-se início a um processo de resgate da memória dos movimentos sociais (Movimento dos sem terra e Movimento dos sem teto) que se originaram na região do Rosolém, no início dos anos 80, com uma entrevista/depoimento com o então militante e assessor do movimento Angelo Perugini, atual prefeito de Hortolândia. Além disso, registra-se relatório descritivo-avaliativo do INCO/94 (Encontro de Integração e Comunicação de Hortolândia) e relatórios do trabalho de assessoria ao movimento pela moradia em 1993.

Paróquia do Rosolém; Francisco Toledo, historiador do Centro de Memória de Sumaré; Márcio Ramos, morador do Rosolém, ex-assessor de imprensa da Câmara de Vereadores de Hortolândia e ex- diretor do departamento de habitação da antiga Secretaria de Infra-Estrutura Urbana da Prefeitura de Hortolândia na atual gestão; Angelo Peruginni, um dos líderes e assessor dos movimentos sociais (movimento dos sem terra, movimento pela moradia, entre outros) em Hortolândia, membro ativo do PT desde 1983, vereador em Sumaré (1998-1992) e atual Prefeito da Cidade de Hortolândia.

- **Três Entrevista/depoimento não gravadas, com anotações no diário de campo**: Odair Marques – ex-Secretario de Educação e atual Secretário de Habitação de Hortolândia e morador da Vila Santa Izabel, na região do Rosolém; Raul Gonçalves, morador do Jardim Rosolém, membro da associação de moradores do Fátima, participou ativamente dos movimentos de protestos no bairro e movimentos sociais; Dimas Pádua, atual Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do município de Hortolândia.

- **Contatos com**: Josemil Rodrigues, morador do Rosolém, jornalista, ex- assessor de imprensa da Prefeitura de Sumaré e atual assessor de imprensa da Prefeitura Municipal de Hortolândia; Celso de Oliveira, atualmente jornalista da Prefeitura de Sumaré morador de Hortolândia. Foi participante ativo do movimento pró-emancipação de Hortolândia, como membro da juventude católica em 1988-1991;

- **Contato via e-mail com:** Padre Arnaldo de Vidi, que atualmente trabalha na Itália, e trabalhou na paróquia do

Rosolém no período de 1983 a 1987. O padre Arnaldo foi o primeiro pároco do Rosolém, que atuou no apoio e fomentação de movimentos sociais como estratégia da Igreja que tinha na Teologia da Libertação seu apoio e abordagem do trato com a questão social e injustiças sociais; Airton Castelo, morador e membro da Comunidade do Adelaide da Paróquia do Rosolém. Um dos líderes do movimento pela moradia e associação de moradores do Adelaide, entre outros; Dr. Jorge Burlandi (presidente) e Luis Fernando de Toledo (assessor jurídico) da Câmara de Vereadores de Hortolândia. Foi realizada uma reunião explicativa sobre a pesquisa e solicitação para utilização do banco de dados com as leis aprovadas pela Câmara. É interessante observar que através do assessor jurídico, obteve-se acesso também ao banco de dados de Sumaré 1954-1991, já que antes de Hortolândia se emancipar, o advogado também trabalhou na Câmara de Sumaré e participou da elaboração do banco de dados digital.

Diário de campo: Registro de observações das entrevistas, dados e informações dos contatos, anotações e apontamentos sobre as observações das reuniões e eventos e conclusões reflexivas.

Paralelamente aos contatos foi realizada uma **pesquisa documental**, no sentido de coletar dados para a matriz de periodização do município.

- Foram analisadas e selecionadas do banco de dados informatizado da Câmara de Vereadores de Sumaré e de Hortolândia todas as de leis aprovadas, no período de 1954-1991 (Sumaré) e 1992-2006 (Hortolândia). Um total de aproximadamente 3800 leis. Foram desprezadas as leis que

tratavam do funcionalismo público (quadro de carreira, previdência municipal, entre outros) .

- Também se utilizou como fonte de dados o **livro tombo** da Paróquia Nossa Senhora Aparecida do Jardim Rosolém da Igreja Católica. Neste livro constam informações desde 1983 de todas as atividades da Igreja junto aos movimentos sociais e diferentes grupos da cidade.

- Acesso aos jornais e livros **do Centro de Memória de Sumaré**. Este centro foi fundado por um grupo de moradores e pesquisadores de Sumaré. É importante registrar que a maioria dos jornais pesquisados já não circula mais nas cidades, porém têm uma característica em comum: são pequenos e transitórios editados por grupos da própria região. No Centro de Memória pode-se ter acesso aos **jornais da década de 1960 e 1970 tais como:** A Gazeta de Sumaré (anos 60) e A Folha de Rebouças (de 1974-1978).

- Acesso aos arquivos da assessoria de imprensa da Câmara de Sumaré e de Hortolândia e da Prefeitura Municipal de Hortolândia, com o objetivo de coletar informações nos diferentes **jornais - arquivos e clippings**[94] - que circularam na cidade de Sumaré/Distrito de Hortolândia e na cidade de Hortolândia , tais como:

  Gazeta de Hortolândia - de 1970 a 1997; Jornal de Hortolândia - a partir de 1997, antiga gazeta de Hortolândia; Tribuna Liberal e Jornal de Sumaré - início em 1991; Todo Dia - início em 1996; Página Popular - início em 2004. Foram também coletadas notícias dos jornais regionais e Nacionais: Todo Dia – Americana; Correio

[94] Os clippings são resumos, com recortes diários das principais notícias dos jornais da cidade e da região, referentes à política, movimentos sociais, protestos, entre outros, para conhecimento interno da administração pública, com o objetivo de subsidiar as decisões de governo.

Popular – Campinas; Diário do Povo - Campinas; e Folha de São Paulo.

- Acesso aos arquivos pessoais com jornais da época, registros de reuniões e atividades dos movimentos sociais, ata de fundação do Partido dos Trabalhadores na década de 80 e 90 de Angelo Perugini e Raul Gonçalves. Acesso aos arquivos pessoais com jornais, e trabalhos de pesquisa sobre Hortolândia de Josemil Rodrigues e Márcio Ramos.

A coleta e seleção do banco de dados de leis da Câmara e dos jornais contaram com a participação de uma assistente de pesquisa, por três meses, devido ao grande número dados e informações.

Os diferentes procedimentos metodológicos adotados foram importantes para que se pudesse construir e interpretar a matriz de periodização de Hortolândia.

IV.2. Construção da matriz de periodização de Hortolândia

A matriz de periodização possui dois eixos: na vertical o das sucessões, dos períodos históricos ou ordem temporal; e na horizontal o eixo das coexistências, que as ações geradas nas simultaneidades das temporalidades, sempre ligados a um sistema de objetos.

IV.2.1. No eixo vertical das sucessões

Foram adotados três períodos a partir de critérios relacionados ao objetivo da pesquisa, como descritos abaixo:

- O primeiro de **1953 a 1974**, refere-se ao período de emancipação de Sumaré de Campinas e a anexação de Hortolândia como distrito de Sumaré. A justificativa para este período é que a formação de Hortolândia como distrito de Sumaré e a sua

realidade econômico social e política está relacionada a Sumaré administrativa e politicamente, a partir de 1953, quando esta se torna um município autônomo. Neste período formam-se as condições e o contexto, para que a participação social como componente intrínseco da ação política aflore, nos lugares de Sumaré e principalmente no distrito de Hortolândia na década de 70.

- O segundo de **1975 a 1991**. A partir de 1975 a participação social se intensifica, através de ações políticas dos movimentos sociais e sindicais, atos de protestos e reivindicatórios, inclusive o movimento pró-emancipação de Hortolândia.

- O terceiro período de **1992 a 2006**. Este se refere aos anos de Hortolândia como município politicamente emancipado até a finalização desta pesquisa (2006). Este marca também o período de três governos municipais[95] completos e o quarto incompleto, a ser finalizado em dezembro/2008.

IV.2.2. o eixo horizontal das coexistências

Foram coletadas:

- As ações geradas através das leis aprovadas pela Câmara de Vereadores de Sumaré (1953-1991) e de Hortolândia (1992-2006). [96] O legislativo e o executivo são produtores da norma e é um primeiro conhecimento do sistema de ações e objetos, que formam o território de Hortolândia. As leis foram

[95] Um dos principais articuladores do Movimento de Emancipação de Hortolândia, Antonio Dias (PMDB), foi eleito o primeiro prefeito da cidade, (1992-1996). O Prefeito seguinte Jair Padovani (PSDB) governou por duas gestões, 1997- 2000, e 2001 a 2004. A primeira gestão (1997-2000) foi uma coligação com o PT que durou aproximadamente 18 meses até haver um "racha político" por incompatibilidade de projetos políticos. Por fim em 2005, inicia-se o governo de Angelo Perugini do PT.

96 As leis aprovadas em sua maioria são decisões do executivo sendo submetidas ao Legislativo, assim como leis de iniciativa dos próprios vereadores. Não foram considerados os Decretos-Lei do Executivo municipal na coleta de dados. Não foi verificada no território a execução de todas as leis que foram aprovadas.

agrupadas ou selecionadas em temas ou categoriais, que se relacionam aos elementos do lugar.

- No tocante à participação social, as informações sobre ações coletivas foram categorizadas tanto no campo do associativismo civil quanto nos movimentos sociais.[97] Estes dados foram obtidos junto aos jornais da cidade, livro tombo da Igreja Católica, depoimentos de moradores da cidade e de lideranças dos movimentos.

Abaixo segue uma explicitação das categorias utilizadas no eixo horizontal, ou das ações, tendo por base, como já dito anteriormente, os elementos do lugar e a matriz de periodização de Campinas. A seguir está um modelo da matriz para que possa ser entendida em seu desenho.

Explicitação das categorias ou temas do eixo horizontal- coexistência:

- **Instituição: marcos e leis**

Refere-se às ações que marcaram a cidade no aspecto institucional como a lei que institui a cidade, data de fundação, nome e ações no tocante a convênios e consórcios intermunicipais e regionais, assim como a organização da estrutura administrativa e institucional do Executivo, Legislativo e Judiciário Municipal.

- **Economia: primário secundário e terciário**

Refere-se às ações que se referem à produção e aos setores ligados à agricultura, à indústria e ao comércio e serviços.

97 As Associações civis são formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificação e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias, etc. Tratam-se, portanto, de organizações formais , com certa continuidade temporal e referência espacial . Os movimentos sociais são um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis, que visam a realização de um projeto de mudança social (a partir do cotidiano, sistêmica ou civilizatória (SCHERER WARREM, 1999, p. 15).

- **Entidades e Equipamentos sociais: assistência (projetos governamentais), religioso, esporte/lazer, cultura, educação, saúde, segurança, profissional/ associação de classe, assistencialismo (entidades filantrópicas), associativismo; ambiental, defesa do consumidor**

Refere-se às ações que redundaram na criação de serviços e equipamentos para atender às demandas da população nas diferentes áreas, tais como subsídios financeiros, convênios, concessões de títulos de filantropia e de utilidade pública, e doação de equipamentos para entidades assistenciais, religiosas, sindicatos, associação de moradores, entre outros.

- **Planejamento: legislação, planos, urbanização**

Refere-se às ações na área do planejamento urbano e territorial da cidade no tocante a leis que instituíram o Código de Obras, CódigoTributário, Plano diretor, Planos comunitários de melhoramentos de infra-estrutura, entre outros, e todos os atos de expansão urbana, com alterações do limite e incorporações de áreas, etc.

- **Infra-estrutura , fluidez territorial /transporte coletivo e habitação.**

Refere-se às ações de implantação de serviços e equipamentos nas áreas de infra-estrutura em geral, como descritas, assim como abertura de ruas, estradas e acessos e transporte coletivo, que determinam aspectos da fluidez territorial e também todas as ações no tocante ao atendimento da demanda habitacional da população da cidade.

- **Participação Social**:

Movimentos sociais: movimento sem terra; movimento sem teto/moradia; movimento pró-emancipação de Hortolândia.

Associativismo civil: ações de protesto; associação de moradores; fóruns e conselhos; partidos e movimento sindical[98], ONGs.

98 A natureza do movimento sindical (movimento social ou associativismo civil) é uma questão ainda em debate. Neste trabalho considera-se o movimento sindical como parte do associativismo civil, a partir da definição de Scherer-Warren (1999).

SUCESSÕES					
1975 - 1991	1953 - 1974				
ÁREA DE DADOS		Decretos	INSTITUIÇÃO		COEXISTÊNCIA
		Leis e Marcos			
		Primário	ECONOMIA.		
		Secundário			
		Terciário e Cooperatrivas			
		Assistência	ENTIDADES E EQUIPAMENTOS		
		Religioso			
		Esporte e lazer			
		Cultura			
		Educação			
		Saúde			
		Segurança			
		Profissional / Assoc. de Classe			
		Assistencialismo / Associativismo			
		Ambiental			
		Defesa do Consumidor			
		Legislação	PLANEJAMENTO		
		Planos			
		Urbanização			
		Água, Esgoto, Pavimentação	INFRA-ESTRUTURA		
		Fluidez/Transporte Coletivo			
		Habitação			
		Movimento Sem Terra	Movimentos Sociais	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
		Mov. SemTeto / Moradia			
		Mov. Pró Emancipação de . Hortolândia.			
		Grupos de Protesto	Associativismo civil		
		Associação de Moradores			
		Fóruns e conselhos			
		Partidos e movimento sindical			
		ONG'S			

IV.2.3. Procedimentos para descrição interpretativa da matriz de periodização de Hortolândia

A descrição interpretativa da matriz de periodização evidencia aspectos da formação territorial de Hortolândia, a partir dos eventos, que são sinônimos de ação, que incidiram nos lugares da cidade em dois períodos: 1953 a 1974 e 1975 a 1991.

Os eventos produzem formas que, ao se geografizarem, ganham um conteúdo. A cada novo acontecer o que pré-existe muda o seu conteúdo e também sua significação, apesar da repetição das ações. Portanto, o que precisa ser compreendido não é a novidade e sim a repetição, a regularidade e a uniformidade nas ações, pois traduzem uma intencionalidade.

Dessa forma, na construção de uma periodização conforme lembra Silveira (2004), é importante se observar todas as variáveis determinantes e dominantes de cada período histórico, para uma interpretação coerente daquilo que se deseja estudar.

A partir da observação das continuidades e descontinuidades, repetições e vazios das ações na matriz, e do conhecimento das variáveis determinantes do período, percebe-se uma concentração maior de ações que se relacionam diretamente com os objetivos dessa pesquisa em alguns temas ou categoriais. Entre as vinte e duas categorias ou temas selecionou-se oito para esta pesquisa: **fluidez do território, industrialização, urbanização, infra-estrutura, habitação, assistência social, ação filantrópica e ação comunitária.**

A participação social como componente intrínseco das práticas e ações políticas, na forma de associativismo civil e movimentos sociais, é descrita e interpretada na relação com as demais categorias propostas da matriz de periodização de Hortolândia.

Esta matriz pode ser também chamada de “uma matriz bruta de periodização, ainda em elaboração”,[99] pois demanda aprofundamentos metodológicos e refinamentos descritivo–interpretativos. No entanto, pode-se reconhecer a matriz como um importante e valioso instrumento da formação territorial das cidades. Outras pesquisas na mesma concepção teórico-metodológica servirão para o aperfeiçoamento deste instrumento.

No próximo capítulo serão, primeiramente, apresentadas as características gerais do município de Hortolândia hoje, e em seguida os aspectos da participação social nos lugares, em relação com as demais categorias de interpretação do território usado, sem perder de vista as diferentes escalas das ações e a totalidade, ao longo do tempo (1953-1991)

99 Esta foi uma expressão usada pela profa Maria Adélia na apresentação do CD rom com a Matriz de Periodização de Campinas, no Primeiro Encontro Internacional “A metrópole e o futuro: reconhecendo e planejando Campinas”, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2004, como já citado anteriormente.

CAPÍTULO V. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO USADO DE HORTOLÂNDIA: DE BAIRRO DE CAMPINAS A DISTRITO DE SUMARÉ A MUNICÍPIO EMANCIPADO

V.1. Breve Caracterização de Hortolândia

A cidade de Hortolândia integra a macro região sudeste de São Paulo e faz divisa com Campinas, Monte Mor e Sumaré.[100] Foi instituída política e administrativamente como município em 1991. Possui hoje uma receita expressiva[101] , mas ainda convive com um quadro de desigualdade sócio-espacial e demandas na área de infra-estrutura urbana. A seguir, destacamos alguns dados do Censo IBGE 2000, atualizados pela Prefeitura Municipal de Hortolândia em 2004, e alguns dados de 2005.

A população de Hortolândia (2005) é de cerca de 200000 habitantes. Os jovens com menos de 19 anos constituem 40,7% da população e os adultos acima de 30 anos correspondem a 40,29%. Aproximadamente 18% dos habitantes vivem em áreas irregulares: 38 favelas (áreas verdes ocupadas), 6 ocupações e 11 loteamentos irregulares ou clandestinos, perfazendo um total de 8374 famílias, das quais 34% se encontram em situação de risco.

Os serviços de água encanada (99%), coleta de lixo (99,5%) e energia elétrica cobrem praticamente toda a cidade. O município não possui

---

100 O Município de Hortolândia está a 15 minutos de Campinas e a 1 hora da cidade de São Paulo conta com uma rede rodo ferroviária privilegiada, que através da Via Anhanguera e da Rodovia dos Bandeirantes, liga a cidade à capital do Estado, pela Rodovia D.Pedro I com o Sul de Minas Gerais, municípios do Vale do Paraíba e ao eixo Rio - São Paulo. Possui também um fácil acesso à Sorocaba, através das interligações da Anhanguera e Bandeirantes com a Rodovia Castelo Branco, e ao Aeroporto Internacional de Viracopos.Dentro do contexto regional, a SP 330, no trevo da Rodovia Anhanguera, faz a ligação para Paulínia, entre Sumaré e Hortolândia, a SP 304, Rodovia Luiz de Queiroz, liga Hortolândia a Sumaré,Nova Odessa, Americana e Piracicaba; a SMR 020 interliga Sumaré e Hortolândia, com uma pista pavimentada; a SMR 040 interliga Hortolândia a Monte Mor,com uma pista pavimentada.

101 A Receita da cidade em 2005 foi de R$ 177.835.157,21 e em 2006 R$ 203.362.000,00 segundo a Prefeitura Municipal de Hortolândia. Destes, 27% foram de ICMS, 11% de FPM e 26% de ISSQN. 86% da receita foi usada para gastos com custeio, 2% para dívida e 12% em investimento de novos projetos. A participação municipal nos repasses de ICMS apresentou sensível melhora entre 1995 e 2000, passando de 0,38% para 0,47. Em 2005 foi de 0,44%, o que segundo CANO (2002) revela o dinamismo econômico da cidade. "A análise do ano de 2001 revela que as receitas correntes representam 97,9% da receita total. A composição da receita corrente demonstra que a capacidade tributária do município é fortemente dependente das transferências correntes, especialmente as da união (FPM) e do Estado (ICMS)" (Cano, 2002, p.302). Siglas: ISSQN: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias; FPM: Fundo de Participação Municipal".

captação, canalização e tratamento de esgoto, sendo que pelo menos 35% das ruas precisam de pavimentação.

Hortolândia é uma cidade estritamente urbana (100%), inexistindo áreas rurais e de preservação ambiental com alta densidade demográfica[102]. Desde a década de 1970 a cidade tem atraído grandes contingentes populacionais devido ao custo de vida mais baixo e ao valor menor de suas terras, em relação a Campinas, núcleo que atua como sede da região e centro empregador.

O clima da cidade é quente. Há poucas árvores e prédios e muitas casas ainda inacabadas. A cidade mantém um ar interiorano e em alguns bairros as pessoas preservam o hábito de se sentar, no final das tardes, nas calçadas para uma boa prosa. Hortolândia é cortada por rodovias intermunicipais (mapa anexo) que levam os produtos da modernidade, gerados em suas indústrias transnacionais de alta tecnologia, para outros lugares, mercados e nações. Hortolândia, entretanto, não possui propriamente um centro, pois essas mesmas rodovias fragmentam a cidade, fazendo com que ela se espalhe em núcleos de comércio, moradia e outros, elevam muitos de seus cidadãos para cidades maiores, como Campinas, em busca de oportunidades de trabalho ou outros consumos.

O município está imerso num processo de modernização incompleta[103]. O alto grau de tecnologia aplicada requer mão-de-obra altamente qualificada, importada de outras cidades, estados ou até países, e não absorve a população local que estaria abaixo dos requisitos mínimos de capacitação educacional e profissional. A vinda destas empresas através de incentivos fiscais[104] contribui para o aumento da receita da cidade, mas tem

102 Dados da Funda cão SEADE e IBGE. Segundo Cano (2002) Hortolândia chegou ao ano 2000 com 2438 hab./km2, índice considerado alto se comparado ao do Estado de São Paulo, que é de 149hab/km2 .

103 Expressão de Milton Santos quando se refere à forma como a globalização se revela nos lugares de países pobres. As modernizações atingem através e dizem respeito aos interesses hegemônicos, no caso de Hortolândia as empresas transnacionais. A modernidade do desenvolvimento da técnica e da ciência está nos lugares (como a fibra ótica) mas, prioritariamente, para benefício do capital, e não de seus cidadãos.

104 Em Hortolândia segundo a legislação da cidade, "a instalação de novas indústrias, a relocalização ou ampliação das já existentes será incentivada pela Prefeitura por meio de incentivos fiscais, doação de áreas e de serviço, obras, reembolso de parte do valor empregado em construções novas, ou em reformas de construções já existentes, ressarcimento de aluguel e de valores despendidos na aquisição de áreas, conforme disciplinado" (PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO EMPRESARIAL DE HORTOLÂNDIA – PROEMPH, LEIS N°s 525/97,

pouca influência sobre a economia local. Os empregados utilizam minimamente o comércio local, preferindo gastar a maior parte dos seus rendimentos nas cidades vizinhas, principalmente Campinas, por apresentarem melhores opções para compras.

Campinas, a partir das décadas de 1950 e 1960 conseguiu consolidar-se como um pólo de influência regional que, embora de forma complementar à dinâmica paulistana, obteve uma complexa cadeia produtiva e um moderno sistema viário regional com características próprias. Pode-se afirmar que o legado de entreposto mercantil e, mais tarde, de principal complexo cafeeiro do estado de São Paulo, lançou bases para uma dinamização da agricultura, da indústria e da rede urbana (BAENINGER, 1992) que, somados a um articulado sistema de transportes, veio a culminar na atual Região Metropolitana de Campinas[105]·, uma das mais ricas do Estado de São Paulo e do Brasil, da qual Hortolândia é parte.

Manfredo (2007) analisa comparativamente os municípios da RMC no período de 1980 a 2000 e algumas de suas conclusões podem interessar para registrar o grau de desigualdade sócio-espacial existente na região, com Hortolândia sendo um dos municípios mais comprometidos desfavoravelmente. Na comparação entre os municípios da RMC, a autora afirma que o padrão de desigualdade sócio-espacial é marcado pela diferença de renda entre as pessoas que migraram para as cidades, determinando sua formação atual. Assim, com base no censo de 2000 (IBGE), década de consolidação da RMC, a autora conclui o seguinte (p. 104):

589/97 e 801/99). A Lei 1779/06 de 06 de dezembro altera o Programa de Incentivo Empresarial PROEMPH. Os benefícios em favor de empreendimentos comerciais de médio ou grande porte serão concedidos segundo a sua classificação (médio e grande) no caso da implantação segundo requisitos mínimos: área construída inicial de 500m2, vinte empregados, recrutados de preferência entre os moradores do município, para o caso de empreendimentos de médio porte e 50 empregados para os empreendimentos de grande porte. No caso de relocalização é necessário haver um aumento da capacidade comercial e produtiva e ter área construída de 500m2..

105 A criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sancionada pelo governador Mário Covas em 19 de junho de 2000. É composta por dezenove municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Hortolândia, com 62 km de área territorial, juntamente com Nova Odessa, são os municípios de menor área da RMC. "A RMC conta com a mais expressiva concentração industrial do interior de São Paulo, ampliando sua participação nas últimas décadas. Por exemplo, o VA (Valor Agregado) da indústria de transformação da região cresceu de 8,1% para 10,4% do total do Estado, entre 1980 e 1998" (CANO2002, p.14).

> *Valinhos, Holambra e Jaguariúna foram municípios da RMC que mais receberam porcentagens de migrantes intrametropolitanos com alto rendimento, alto grau de instrução e com moradias marcadas por um sofisticado padrão construtivo. Por outro lado, municípios como Sumaré, Cosmópolis, Monte Mor, Santa Bárbara d'Oeste e, sobretudo, Hortolândia, se destacam por abrigar, majoritariamente, migrantes intrametropolitanos de baixo rendimento, menor grau de instrução e por abrigarem famílias migrantes que se direcionam para moradias menos diversificadas em termos de padrão construtivo.*

Hortolândia figura entre os municípios que apresentam maior índice de crescimento populacional do país (6,33% ao ano entre 1991 e 2000 e 3,90% entre 2000 e 2005), contra um crescimento médio de 2,01% na RMC. Possui um alto índice de desemprego (17,10%), concentração de população com baixa renda e índices alarmantes de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos (13,52%), a maioria fruto da violência urbana.

Segundo dados do Relatório Preliminar do plano diretor da cidade de Hortolândia (2006, p. 21), "o pior desempenho sócio-demográfico é a taxa de mortalidade por homicídio, pois o Município apresenta índice superior aos da Região Metropolitana de Campinas com crescimento anual de quase 23% entre 1997 e 2000".

O mesmo relatório, citado anteriormente, destaca a presença na região do município do complexo penitenciário Campinas – Hortolândia que atualmente abriga dois centros de detenção, uma ala de progressão penitenciária e duas penitenciárias, todos estes com regimes fechados. Este complexo conta com uma capacidade de abrigar aproximadamente 4000 presos, sendo este número na realidade maior, devido aos problemas de super-lotação do sistema penitenciário como um todo[106].

106 O complexo fica localizado na divisa dos municípios Campinas e Hortolândia, administrado pelo Governo do Estado de SP, tendo sido inaugurado antes da emancipação de Hortolândia de Sumaré. É composto de: 1. Centro de Detenção Provisória de Hortolândia: Capacidade – 768 presos, sendo que em 30/06/2005 a população carcerária era de 1319 presos; 2.Centro de Detenção Provisória P III de Hortolândia: Capacidade – 750 presos, sendo que em 30/06/2005 a população carcerária era de 1.195 presos; 3.Ala de Progressão Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia II: Capacidade – 90 presos, sendo que em 31/05/2005 a população carcerária era de 90 presos; 4.Penitenciária de Hortolândia I: Capacidade – 750 presos, sendo que em 30/06/2005 a população carcerária é de 1033 presos; 5. Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" – Hortolândia II: Capacidade – 804 presos, sendo que em 31/07/2005 a população carcerária é de 101 presos.

O sistema prisional Campinas - Hortolândia possui uma população carcerária que segundo James Zomighani (2006) [107], precisa ser interpretada à luz do conhecimento geográfico, ou seja, do conhecimento sobre o processo de metropolização e concentração da população no território. Levando-se em consideração um total aproximado de dois milhões e 500 mil habitantes na região de Campinas na relação com o total de presos, obtém-se uma taxa de encarceramento de 340 presos para cada 100 mil habitantes, oque corresponde quase ao dobro da média nacional, que era de 193 presos para cada 100 mil habitantes no ano de 2006. Se for levado em consideração apenas o município de Hortolândia, a taxa de encarceramento alcança mais de 2500 presos por 100 mil habitantes, ou seja, 13 vezes mais do que a média nacional.

Vê-se, portanto, que a presença do complexo penitenciário na região determina muitas implicações quanto às novas dinâmicas sociais que introduzem nos lugares onde estão localizados, trazendo conseqüências à vida do município. Através de notícias de jornais[108] com alguns depoimentos, percebe-se que existem relações possíveis com: o aumento da criminalidade na cidade; o aumento populacional com a migração de famílias dos presos para os bairros e assentamentos no entorno do complexo; o impacto ambiental devido à ausência de infra-estrutura urbana, por exemplo, na captação e tratamento de esgoto do complexo.

De acordo com o vereador José Eduardo Cury (PMDB) de Hortolândia, citado em reportagem do dia 20 de dezembro na Folha de São Paulo, os

---

107 JUNIOR, James Humberto Zomighani in Refletindo sobre a Justiça, a Sociedade e a Prisão na Região Metropolitana de Campinas. Pesquisador do TERRITORIAL – Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento. Mestrando em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Texto parte do livro (no prelo): Ä metrópole e o Futuro-refletindo sobre Campinas organizado por Maria Adélia Aparecida de Souza. Edições Territorial, 2006.

108 19/03/03. Correio Popular: "A migração de famílias de detentos para os cinco bairros próximos ao Complexo Penitenciário Campinas - Hortolândia é apontada como um dos principais problemas da Região Metropolitana (RMC) desde a desativação da Casa de Detenção de São Paulo. Cerca de 20 mil pessoas vivem hoje em condições precárias nos arredores do complexo penitenciário, que passou a ser conhecido como "Carandiru caipira", desde a desativação da Casa de detenção da capital, em setembro de 2002." De outro lado os moradores de bairros próximos ao Complexo, segundo o jornal Todo dia de 17/06/01, "vivem assustados com a possibilidade de fuga. "Sete mil pessoas que vivem no Jardim Nova América, Vila da Conquista, Parque Perón, e Vila América sofrem os temores de morar próximo às quatro unidades prisionais que ficam na divisa de Hortolândia com Campinas.

familiares dos presos encarcerado no complexo de Hortolândia vieram para perto deles e moram em áreas de assentamento ou irregulares. Estas famílias estão em bairros do entorno do complexo que historicamente foram frutos de ocupações dos sem casa: Jardim Aline, Conceição e Santiago, Vila Guedes, Parque Perón e Conquista, aumentando os problemas sociais da cidade.

Em 2002, o então Prefeito Jair Padovani (PSDB), quando da inauguração de uma nova unidade do complexo penitenciário, expressou o seguinte questionamento diante do Secretário de Segurança do Estado presente: "Que vantagem leva Hortolândia em ter mais uma cadeia? Quem vai arcar com o ônus?" A atual gestão municipal Angelo Perugini (PT), em 2007, através da deputada estadual Ana Perugini (PT) vem tentando obter do governo do Estado verbas e ações compensatórias pela presença dos presídios nas cidades. [109]

Hortolândia constrói permanentemente sua identidade, que se metamorfoseia conforme chegam seus novos habitantes. Estes continuam chegando, vindos de outras partes do Estado e do país, demandando uma contínua adequação do planejamento da cidade no tocante aos serviços e infra-estrutura urbana.

A economia de Hortolândia é voltada para o setor de serviços e indústrias[110], com a presença de empresas principalmente no ramo de informática, eletrodomésticos, química, telecomunicações, painéis eletrônicos e autopeças. Cano (2000, p. 291) diz o seguinte, referindo-se a Hortolândia:

---

109 11/04/02. Todo dia: "Em meio a protestos de vereadores e do prefeito de Hortol6andia, Jair Padovani, o Secretário Estadual de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, entregou ontem o segundo CDP (Centro de Detenção Provisória) do complexo Penitenciário Campinas- Hortolândia). O Prefeito tornou público o receio da população local em relação às dimensões do complexo."12/06/07.TodoDia. Na ALESP (Assembléia legislativa do Estado de São Paulo a deputada Estadual de Hortolândia protocola projeto prevendo verba compensatória às cidades do Estado que abrigarem presídios. As cidades poderão ser recompensadas com repasse de recursos estaduais, diante dos problemas causados pela presença dos presídios. Os repasses não poderão ser inferiores aos gastos despendidos com a construção e instalação das unidades."

110Hortolândia possui 201 indústrias, 1708 estabelecimentos comerciais, 6040 empresas prestadoras de serviços e 559 de outros setores (dados retirados do site do governo estadual/ 2001 e Ministério do Trabalho/2000).

> *As características de sua estrutura industrial, centrada em grandes e dinâmicas empresas, exigentes de altos requisitos tecnológicos e especialização produtiva, limitam os efeitos de encadeamento e de integração com outros segmentos produtivos locais. Neste contexto, parcela importante desses efeitos propulsores tende a drenar para Campinas, onde reside grande parte da mão-de-obra especializada e os escalões administrativos e gerenciais das empresas.*

Hortolândia cresceu industrialmente, caracterizando-se como "eixo de expansão do pólo tecnológico campineiro", constituindo-se inicialmente como sua "área dormitório" [111]. De acordo com os dados de 2004 do Departamento de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Hortolândia, 50% da população economicamente ativa (PEA) de Hortolândia trabalha em outras cidades.

Na mesma linha, os indicadores da Comissão de Emprego da cidade, segundo Ramos (2003), revelam que os melhores empregos e os salários mais altos das empresas localizadas na cidade estão nas mãos de moradores de outros municípios, principalmente de Campinas. Em contrapartida, Hortolândia oferece mão-de-obra barata para a execução de serviços domésticos e atividades de baixa remuneração, como pedreiros, eletricistas e outros, à classe média de Campinas.

No próximo item será apresentada uma descrição interpretativa de aspectos da participação social ao longo do processo de formação territorial da cidade, revelados a partir da matriz de periodização de Hortolândia.

V.2. A participação social na formação territorial da cidade de Sumaré e distrito de Hortolândia: descrição interpretativa do território usado, nos períodos 1953-1974; 1975- 1991

V.2.1. Dos antecedentes

111 Expressão usada na publicação produzida pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP da UNICAMP de outubro de 2005: Potencialidade Produtiva da PMEs na Região Metropolitana da Campinas: Cadastro Ativo e Capacitação de Agentes Promotores de Desenvolvimento.

> *A história de uma cidade pode ser um espelho da história de uma província, estado, região, nação. Se não um espelho fiel, ao menos um reflexo de muitos traços, que a história da nação às vezes esconde.* (IANNI, 1996, p.14).

A formação territorial de Hortolândia está vinculada a Sumaré e a Campinas, da qual fez parte até 1953, quando da emancipação de Sumaré. A partir dessa data, Hortolândia passou a ser distrito de Sumaré até 1991, quando foi emancipada como município autônomo.

Campinas destacava-se, do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, como o maior centro produtor de açúcar do Estado de São Paulo. A partir de 1835 a plantação de cana foi substituída pelo café, o que tornou a cidade, entre 1860 e 1870, também o maior produtor de café da província. O intenso dinamismo econômico e sua posição geográfica privilegiada lhe permitiram, em diversos momentos da história, servir de ligação entre o interior e a capital. O processo de urbanização se intensificou com a expansão das vias de comunicação para o transporte do café com as estradas de ferro Mogiana e Paulista, dando início ao surgimento de pequenos núcleos urbanos.

O ciclo do café determinou uma diferenciação econômico-espacial importante no Estado e na composição populacional dos municípios visto que, contrariamente ao ciclo do açúcar, que fora sustentado pelo trabalho escravo, o ciclo do café incentivou a migração estrangeira para a região. As grandes fazendas foram desmembradas para favorecer a imigração européia e dar lugar aos colonos meeiros, em conseqüência da falta de mão-de-obra provocada pelo fim do sistema escravista. Depois do café veio o ciclo do algodão, que no final da década de 1930 fez de Campinas o terceiro produtor do Estado. A produção de agricultura de subsistência também foi ampliada devido à demanda da crescente população urbana.

Com a estrutura e acumulação de capital por parte da elite econômica, decorrente do ciclo cafeeiro, Campinas iniciou seu processo de industrialização em 1870, com a instalação de indústrias de fundição, que davam suporte à construção de vias férreas e de máquinas agrícolas. As demandas do mercado regional aumentaram a fabricação de massas alimentícias, cerveja, tecidos, artigos de couro e sabão, tal como afirma Badaró (1996).

Entre 1889 e 1897 se abateu sobre Campinas a epidemia da febre amarela, o que fez muitas vítimas, inclusive em Rebouças, atual Sumaré. Devido a este fato, a economia de Campinas sofreu um abalo, perdendo a primazia do desenvolvimento industrial, que passou a se concentrar em São Paulo.

Até o início da década de 1930 o desenvolvimento da indústria esteve ligado às demandas da economia cafeeira. Com o encerramento do ciclo da cafeicultura, determinado pela crise mundial e nacional, teve início no Brasil o período de substituições de importações (1930-1956) que levou a uma significativa expansão industrial, especialmente em São Paulo.

O acelerado processo de urbanização, com a industrialização, determinou a passagem da cidade de Campinas para uma sociedade urbano-industrial, com expressivo crescimento populacional e o início da especulação imobiliária. Com isso, a expansão da cidade passou a ser dirigida pelos interesses do capital quando entende o lote urbano como mercadoria em detrimento da demanda efetiva da população. (Badaró, 1996).

A expansão da indústria paulista propiciou o crescimento de várias regiões do Estado, fazendo surgir novos municípios. Foi nessa época, 1953, que Sumaré desmembrou-se do município de Campinas, ficando Hortolândia como um dos seus distritos.

Hortolândia surgiu como rota de passagem de tropeiros, colonos e escravos que paravam para descansar e comer próximo a um riacho que passou a ser chamado de Jacuba, designação de um preparado à base de farinha de mandioca, açúcar ou mel, geralmente acrescido de cachaça. Em torno desse ribeiro formou-se o povoado de Jacuba, vinculado primeiramente a Campinas e, anos depois, tornado distrito de Jacuba, pertencente a Sumaré. Foi em 1958 que passou a se chamar Hortolândia, por estar próximo ao Horto Florestal e também pela emancipação de outro município com o mesmo nome, Jacuba.

Segundo Toledo (1995), no último quartel do século XIX Jacuba era pouco povoada, com fraca atividade econômica. Os registros mencionam terras e poucas referências fazem a casas ou benfeitorias. Com a inauguração do posto telegráfico (1896) aumenta o número de moradores e depois, em 1917, com a criação da estação de trem, começa a se formar um pequeno vilarejo onde hoje é a Vila Real, e em seguida o Rosolém, a segunda região urbanizada do então distrito de Hortolândia.

O crescimento do povoado de Jacuba ocorre com a chegada da Cerâmica Ortolan. João Ortolan, proprietário da fábrica, também investe na compra de terras e forma em 1947 o primeiro loteamento aprovado, Parque Ortolândia. Nesta data também é construída o que é hoje a Igreja Matriz de Hortolândia.

A compreensão dos processos geradores da participação social na formação territorial de Hortolândia serão apresentados a seguir, na descrição interpretativa da matriz de periodização na relação com as categorias fluidez do território e industrialização, urbanização, infra-estrutura e habitação, nos períodos de 1953 a1974 e 1975 a 1991. Estes períodos são os que determinaram a eclosão dos atos de protesto e movimentos sociais, inclusive a pró-emancipação de Hortolândia.

V.2.2. Fluidez do território

- **1953-1974**

Em 1948 é inaugurada a via Anhanguera que atravessa boa parte do município de Sumaré e cumpre a função de ligar a capital do Estado de São Paulo ao interior. Por ela flui grande parte da riqueza proveniente das indústrias do Estado, trazendo transformações por todas as regiões por onde passa. Se a ferrovia no início do século (1917) foi responsável pelo nascimento e crescimento da cidade no transporte de produtos como do café, hoje a rodovia assume também esta função.

A Anhanguera também direcionou os fluxos migratórios para a região de Campinas, incluindo Sumaré e o distrito de Hortolândia, aumentando o seu perímetro urbano e determinando a expansão da cidade. Em 1956 foi asfaltada a ligação entre Sumaré e a Via Anhanguera, facilitando ainda mais a fluidez na direção de São Paulo ao Porto de Santos e mais tarde ao aeroporto de Viracopos.[112]

A Prefeitura de Sumaré elaborou uma série de leis[113],de 1958 a 1972, que foram aprovadas para declarar alguns imóveis particulares como de utilidade pública; desincorporar imóveis de uso patrimonial e transferir para de bens de uso comum; e receber doação e aquisição de áreas para alargamento, prolongamento e abertura de ruas e avenidas. Tudo isso revela empiricamente que há, de fato, uma expansão urbana e contribuem na fluidez territorial.

A importância destas ações para facilitar a fluidez do território, no tocante à produção industrial e das pessoas, levou à criação em 1961 (Lei

112 O Aeroporto Internacional de Viracopos foi fundado na década de 1930 e homologado oficialmente em 19 de outubro de 1960. A partir de 1978 a Infraero começou a administrar o Terminal de Cargas e, em 1980, recebeu do DAESP a administração geral do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.

113 Leis 165/58; Leis 71,86/57; Leis 216,133/59;238,240272,321/60; 545/65;653/66; 660 ; Lei 832, 861, 904/68; 954/69;1134/72

325/61) do Serviço de Estradas de Rodagem do Município de Sumaré, subordinado ao Prefeito. Competiu a este serviço a construção e o melhoramento das estradas, pavimentação e caminhos municipais, bem como a construção do Plano Rodoviário Municipal em harmonia com os Planos Estadual e Nacional. A orientação de funcionamento foi dada pelo órgão consultivo, Conselho Rodoviário Municipal, com representantes do comercio, agricultura, pecuária e indústria.

A fluidez territorial incentivada foi material, no constante às rodovias, mas também informacional. A telefonia foi implantada em 1958, sendo automatizada em 1965[114,] assim como os correios e telégrafos: em 1973 foi assinado o termo de convênio, com abertura de agência na cidade.

- **1975-1991**

Quando a capacidade máxima de tráfego da rodovia Anhangüera foi atingida, por volta de 1960, o governo do estado decidiu construir outra rodovia com capacidade muito maior. Em 1978, então, foi inaugurada a rodovia Bandeirantes[115] , que liga a cidade de São Paulo, passando por Campinas, indo até a Rodovia Washington Luís.

Além das rodovias citadas, a rodovia estadual SP-10, Jornalista Francisco Aguiar Proença, que liga Campinas a Monte-Mor e cruza Hortolândia, é um corredor importante para a população que reside em Hortolândia e trabalha em Campinas e outras cidades. Isto, visto que é

114 Lei 140/58 de 10 de junho. Autoriza o prefeito a firmar contrato de concessão para exploração do serviço telefônico da cidade. Lei 592 /65 de 21 de setembro. Dispõe sobre autorização para concessão de serviço telefônico automático. Lei 1194/73 de 08 de agosto. Autoriza a rescisão de contrato de execução de telefonia com a Empresa Telefônica de Sumaré Ltda . O acervo da empresa telefônica será incorporado pela TELESP ou pela empresa pública que a substituir. Lei 1219/74 de 11 de março. Abertura de crédito destinado a atender as despesas com a rescisão de contrato de execução de serviço público de telefonia com a Empresa de Sumaré Ltda. Lei 1195/73 de 22 de agosto. Autoriza assinatura de "termo de responsabilidade" perante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

115 A Rodovia dos Bandeirantes foi inaugurada em 28 de outubro de 1978, pelo então presidente Ernesto Geisel e pelo governador Paulo Egydio Martins. O seu nome é uma homenagem aos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil a partir do litoral no estado de São Paulo. Ela é, juntamente com a Rodovia Anhanguera o maior corredor financeiro do país, pois liga as duas regiões metropolitanas mais ricas do estado, e do Brasil.

através desta que também ocorre o escoamento da produção industrial do interior, pela junção com a Anhanguera/Bandeirantes, até Campinas, até o aeroporto de Viracopos e até São Paulo.

Com o adensamento populacional e a falta de acessos e equipamentos de segurança para pedestres nestas rodovias, principalmente na SP 101 (Campinas-Monte Mor) e Anhanguera, aconteceram vários acidentes, atropelamentos e mortes, desencadeando a participação social, através de atos de protesto da população conforme percebe-se nos registros do livro tombo da Igreja Católica, escrita pelo primeiro vigário da paróquia Nossa Senhora Aparecida no jardim e região do Rosolém,[116] Padre Arnaldo de Vidi (1983 a 1987):

> *O povo dos bairros e vilas a margem da Rodovia Campinas-Monte Mor (SP 101), promoveram uma manifestação com o enterro simbólico da rodovia, que está em estado lastimável, praticamente intransitável.* (Livro Tombo 04/06/83).

As ações do governo de Sumaré, que se repetiram neste período no tocante à fluidez do território, foram a construção de passarelas, de pontes metálicas, viadutos e passagens para facilitar o acesso das pessoas dependentes de transporte público que circulava nas rodovias e bairros da cidade, tendo em vista o grande aumento populacional.

Devido à demanda imposta pela população, o transporte coletivo urbano teve sua tarifa subsidiada pela Prefeitura a partir de 1984 (Lei 1630) em até 40% do respectivo preço (passe para desempregados, idosos, estudantes, trabalhadores em geral, inclusive empregadas domésticas que recebiam até

116 . A cidade de Hortolândia hoje está dividida em seis regiões (mapa anexo). A região do Rosolém atualmente possui 20 bairros com aproximadamente 40000 habitantes. É composta pelo bairro Jardim Rosolém, onde começou a região, onde nasceram os movimentos sociais, e os demais bairros tais como: Jardim Nossa Senhora de Fátima, Jardim Santa Isabel e Jardim Adelaide . Com o tempo se ampliou com outros bairros como: Chácara Assay, Jardim Terras de Santo Antônio, Jardim. Lírio, Jardim Paulistinha, núcleo Santa. Izabel, Vila Ipê, Condomínio Residencial Monte Carlo, Condomínio Residencial Di Mônaco, Jardim Santo Antônio, Jardim Nossa Senhora da Penha, Jardim Viagem, Jardim Santa Cândida, Jardim Ricardo, Jardim São Benedito, Jardim Nossa Senhora de Lourdes, Chácaras Fazenda do Coelho. A região do Rosolém está isolada do resto da cidade. Para quem vem de Campinas pela rodovia SP 101, essa é a região de entrada de Hortolândia, pois a rodovia margeia os bairros, e a entrada oficial dessa cidade, seguindo, depois, em direção à cidade de Monte Mor . Essa característica faz com que os moradores do Rosolém busquem mais o centro de Campinas do que o de Hortolândia, devido à proximidade com aquela cidade (centro empregador,de comércio, serviços, etc.) e à facilidade de transporte intermunicipal. Isto faz com que a população da região se mobilize em ações políticas para atendimento de suas demandas sociais, nesse caso facilidade de transporte coletivo e condições seguras nas estradas que cortam a cidade, no caso a SP 101.

dois salários mínimos mensais) . Em seguida, uma nova lei (Lei 1705), também de 1984, estendeu o passe subsidiado para os aposentados. Outra medida (Lei 1946/84) no tocante ao transporte coletivo foi a isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para as Eempresas de transporte coletivo permissionárias de linhas municipais.

Em 1991[117] em resposta a uma petição que envolveu mais de 20 mil assinaturas, o DER(Departamento de Estradas e Rodagem) aceitou a proposta de redução das tarifas de algumas das 19 linhas de ônibus intermunicipal(Campinas – Hortolândia). As linhas metropolitanas adentraram, então, todo o território de Hortolândia, ligando os bairros com Campinas, utilizando-se principalmente da Avenida da Emancipação e Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença (SP 101). O sistema de linhas metropolitanas demonstrou a dependência de Hortolândia com o município de Campinas.

V.2.3. A industrialização

- **1953-1974**

O período de 1957 a 1974, marca a expansão urbana da cidade de Sumaré com a criação de loteamentos e uma política exitosa de incentivos fiscais, entre outros, para implantação das indústrias[118].

117 Tarifa de ônibus Intermunicipal provoca confusão em Sumar . A informação não confirmada de que uma redução no preço das passagens das 19 linhas intermunicipais que ligam Sumaré a Campinas havia sido determinada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, ontem à tarde, provocou dúvidas e certo alvoroço entre os usuários. Representantes de 20 associações de moradores de Sumaré e dois vereadores do PT, e divulgaram, com um panfleto que a passagem havia sido reduzida em algumas linhas. Os panfletos começaram a ser entregues aos usuários no final da tarde, depois que os vereadores Ângelo Perugini e José Antonio Bachin retornaram de uma reunião com a superintendência do DER. "Foi a terceira audiência. Apresentamos nossa reivindicação, acompanhada de um documento com 20 mil assinaturas."disse Perugini. (Correio Popular. 22/02/91)

118 Segundo Toledo (1995), a década de 40 é um período de transição da economia agropecuária para a economia industrial. A primeira grande indústria, dentre as multinacionais que se instalaram às margens da Anhanguera, quando Sumaré ainda era distrito de Campinas, foi a 3M em 1946. Na esteira da 3M e em parte por causa dela outras pequenas e médias indústrias vieram na década seguinte.
Apenas no período 1953 a 1975 listam-se: Tratores do Brasil (1953), Goodrich (hoje Pirelli) em 1961, Eletrometal (1961), Minasa (1964), Granja Ito (1966), UltraFertil (1968), Agrofertil (1968), Soma (1966), Sanbra (1971) , Tema terra (1971), Buckman (1971), Cobrasma –Braseixos (1974), Johnson & Johnson (1975), Dow-Corning (1978).

A política de incentivos foi adotada sucessivamente a cada governo de Sumaré e posteriormente também pelo município de Hortolândia. Percebe-se que esta foi sempre uma das primeiras ações do executivo/legislativo, revelando a ênfase na expansão industrial em todos os governos, até hoje, como será mostrado.

Em 1955, no seu primeiro governo como município emancipado de Campinas, o Padre José Giordano (1955-1958) implementou em Sumaré a primeira lei de incentivo à indústria seguida de quatro outras, complementares entre si. [119]

Os benefícios variavam, indo da isenção do imposto de indústrias e profissões a do imposto predial. A Prefeitura delimitava as áreas para construção de prédios destinados a indústrias que produziam ruídos e exigia-se das empresas a definição do porte (capital registrado), privilegiando as médias e grandes empresas, assim como a localização de seus escritórios centrais no município.

No início do segundo governo, de Leandro Franceschini (1959-1962), além da isenção de impostos a Prefeitura também doou áreas públicas específicas para a instalação de várias indústrias, começando em fevereiro de 1959[120], no distrito de Hortolândia na Vila Real, prosseguindo até 1961.

No Governo de José Miranda (1963-1966) os incentivos (Lei 424/ 63) [121] foram estendidos para aquelas indústrias que já estavam instaladas no

---

119 Lei 18/55 de 27 de outubro. Dispõe sobre isenção do imposto de indústrias e profissões para firmas industriais que vierem a instalar-se no município de Sumaré. As firmas deverão apresentar comprovação de capital-registrado (mínimo de um a seis milhões, no período de 3 a 20 anos dentro e fora do perímetro urbano), assim como possuir seus escritórios centrais no município. Lei 130/58 de 21 de março. Dispõe sobre isenção do imposto predial por dez anos, de que vierem a construir para indústrias, com área mínima de 2500 m2, nos anos de 1958 e 1959. Lei 131/58. Concede desconto de 20% nos impostos das indústrias de tecelagem e fiação. Lei 150/58 de 06 de agosto. Dispõe sobre a fixação dos limites para construção de prédios destinados à indústria e outros no tocante à produção de ruídos.

120 Lei 175/59 de 03 de fevereiro. Dispõe sobre doação de imóvel do Patrimonio Municipal, para instalação da Indústria e Comercio de Equipamentos Eletricos e Rodoviários Ltda na Vila Real, no distrito de Hortolândia.

121 Lei 424/63 de 25 de março. Concebe, para cálculo do Imposto de Indústrias e Profissões, isenção da parte fixa a indústrias instaladas no município de Sumaré antes de 27 de outubro de 1955, com capital igual ou superior a 25 milhões. Benefício mantido pelo espaço de 20 anos.

município antes da primeira lei de 1955, ou seja,antes da emancipação de Sumaré.

A partir do Governo João Smanio Franceschini (1967-1969) os incentivos à indústria envolveram uma contrapartida dos interessados. A Prefeitura oferecia isenção de impostos, doação de áreas, construção das vias de acesso às empresas e isenção de contribuições de melhorias. No entanto, as indústrias que quisessem se instalar no município teriam que atender a requisitos mínimos, tais como possuir um faturamento mínimo e contratar um número mínimo de funcionários, de preferência moradores do município. Este mínimo envolvia trabalhadores sem especialização, em virtude da necessidade de emprego da população local, que não necessariamente atendia aos requisitos de qualificação das empresas.[122] É interessante observar também a exigência formal com a proteção ambiental, recomendando-se que as empresas não poluíssem a água e o ar.

Em 1968 a Lei 885/68[123] reduziu estas exigências mínimas para as empresas e houve um movimento de novas leis subseqüentes, cujo alcance influenciou o mínimo de empregados residentes no município, as dimensões de área de construção, o faturamento , o capital de investimento, etc. .

No quinto governo municipal, de Aristides Moranza (1970-1972), atendendo à demanda de fluidez de informação no território, a Prefeitura também ofereceu a título de incentivos às empresas que se instalassem no município a doação de telefones automáticos[124]. Por fim, no início do segundo governo de João Smânio Fransceschini (1973-1976) as concessões foram

---

122Lei 795/67 de 21 de novembro. Autorização para doação de terreno adquiridos de Silvio Ungaro no bairro Aliança, no todo ou em partes, a indústrias que pretendam se estabelecer no município, segundo requisitos mínimos a serem preenchidos dentro de quatro anos, 3500 m2 de construção própria; capital registrado superior à 500 mil cruzeiros novos; ter no mínimo 70 operários não especializados residentes no município, investimentos de instalação e construção superior a 350 mil cruzeiros novos; possuírem escritório central no município onde faça todo seu faturamento; não poluir água e ar.

123 Lei 885/68 de 21 de novembro altera a Lei 870/68 reduzindo as exigências mínimas para implantação de empresas, no tocante ao capital (50 mil cruzeiros novos): que tenha investimento superior a 200 mil cruzeiros novos; área de construção não inferior a 1000 m2; possua no mínimo 25 empregados com preferência mão de obra local; mantenha a escrituração fiscal no município; exclua (item III do artigo 1) a exigência de mínimo de área construída.

124 Lei 1021/70 de 11 de maio. Abertura de crédito especial para despesa com reserva de telefones. Autoriza a firmar com a Empresa Telefônica de Sumaré Ltda contrato de reserva de 20 telefones automáticos, para a administração municipal e doação a título de incentivo as indústrias que se instalaram no município.

oferecidas às empresas que se localizassem à margem das estradas ou rodovias estaduais ou municipais com ênfase em grandes empresas, com a inclusão também da concessão de máquinas da Prefeitura para pequenos serviços ao longo de 10 anos (Lei 1177/73). Ressalta-se também neste período oincentivo às empresas para se instalarem no Distrito de Hortolândia, em vários bairros[125].

Ao analisar este período, pode-se inferir que as leis até o final de cada governo eram elaboradas segundo interesses e negociações individualizadas com as empresas e donos de áreas a serem compradas pela Prefeitura para a doação futuras. É interessante notar que somente em 1974[126] começaram os chamamentos públicos, ou seja, a publicação nos editais para qualquer empresa interessada em se instalar na cidade se candidatar à doação.

- **1975- 1991**

O parque industrial de Sumaré continuava crescendo, principalmente até o final dos anos 1970. A cidade, em 1979, foi considerada um dos municípios mais industrializados do país e, segundo a revista "Dirigente Municipal", citada por Toledo (1995), Sumaré era o primeiro lugar em valor adicionado de ICM e o sexto lugar em arrecadação Federal. Por outro lado, no tocante às condições sociais, segundo o mesmo autor, os jornais diziam que "na rica Sumaré vive-se mal". A falta de infra-estrutura urbana e políticas sociais, associadas ao grande número de pessoas que chegavam, transformou a cidade em uma das mais problemáticas em termos sociais. A

125 Lei 1196/73 de 10 de setembro. Dispõe sobre a desincorporação de imóveis, de uso comum, para transferi-los à de bens patrimoniais, autoriza a doação a empresas industriais. Localizado nos loteamentos no distrito de Hortolândia: Remanso Campineiro, Jardim Santana, Parque São Miguel. As empresas industriais que pretendem se instalar no município precisam atender às seguintes condições: capital realizado mínimo de cem mil cruzeiros; efetivem, no terreno doado, área de construção de no mínimo 1000m2 até um ano da data da doação e 6000m2 até 4 anos desta data; iniciem a produção industrial até um ano da data da doação; possuam , no início da produção , um mínimo de 40 empregados, que deverá se elevar a um mínimo de 120 até o quarto ano contado da doação;faturamento médio não inferior a 40 000 cruzeiros no primeiro ano e mínimo de 100000 cruzeiros no terceiro ano.

126 Lei 1237/74 de 09 de julho. Autoriza o prefeito a doar no todo ou em partes a empresas industriais que pretendam se instalar no município, área de Francisco Zagui na Taquara Branca no distrito sede. A doação será precedida de chamamento público às empresas interessadas, que atendam às condições: capital mínimo de 500 mil cruzeiros na data de doação, e um milhão no prazo de um ano da data de doação; área de construção mínima de 500 m2 até um ano da data de doação; produção industrial a ser iniciada no máximo de um ano; mínimo de 10 empregados não especializados empregados no município; efetue no primeiro ano faturamento mensal médio de 10 mil cruzeiros.

respeito da doação de áreas públicas, em 1977 a Lei 1346/77 proibiu a doação de bens-públicos de uso comum do povo de domínio público municipal por um prazo de 10 anos.

A partir dos anos 1980, com a recessão econômica que invadiu o país, poucas indústrias se instalaram no município e houve demissão de empregados nas já existentes. Com o alto custo dos imóveis e dos aluguéis, a diminuição do poder aquisitivo da população e o aumento da violência, a imigração foi mais inibida nesta década em Sumaré, quando comparada à década de 1970, apesar de ainda ser bem significativa.[127]

As leis de incentivos fiscais, a partir de 1981, foram direcionadas para empresas de porte ainda maiores, com a exigência de acréscimo no número mínimo de empregados residentes no município. Se antes a exigência era de construção mínima de até 1000 m^2 e o número de funcionários não qualificados, residentes no município, variavam de algumas dezenas até no máximo de 100, com as Leis 1545/82 e 1560/82, a área mínima construída passou a ser de 6000 m^2 com a exigência de, no mínimo, 120 empregados e 5000m^2 com mínimo de 150 empregados, sem qualificação e residentes na cidade, respectivamente.

As exigências às empresas que quisessem se instalar no município recebendo os benefício das isenções fiscais entre outros, no governo de José Denadai (1983-1988), incluíam também contribuição para os programas ou ações do Departamento de Bem-Estar Social, assim como ações em auxílio à construção de uma escola pública municipal[128] .

Dos benefícios oferecidos como incentivo às indústrias, a partir de 1985, chama atenção a concessão de água, entre outros equipamentos

127 O aumento populacional em Sumaré, na década de 1980 foi de 122%, menor que na década anterior, 1970, que atingiu a faixa dos 341%, representando uma explosão demográfica. (TOLEDO, 1985)

128 Lei 1970/88. Desafeta terrenos do Parque Florely e Jardim Viel, em Nova Veneza, autoriza sua doação à empresa Eletrometal-Aços Finos S/A. Como encargo da doação a empresa deverá investir em uma escola de educação infantil, a ser construída pela Prefeitura de Sumaré. A donatária poderá reservar para uso exclusivo dos filhos de seus funcionários até o máximo 35% da capacidade de vagas da escola.

urbanos, para a empresa Eletrometal - Aços Finos S/A através da Lei 1735/85. Em seguida, em 1987 (Lei 1874 e 1883/87), generaliza-se este incentivo a todas as indústrias que quisessem se instalar nas áreas do distrito industrial a ser implantado, juntamente com os equipamentos urbanos municipais necessários ao seu sistema de operação. Caso as indústrias não fossem contempladas com a doação de terreno, receberiam a título de incentivo um crédito com restituição de 80% do valor pago pelo terreno, isenção de tributos municipais e ainda: rede de energia elétrica primária, rede de abastecimento de água potável para uso doméstico, pavimentação asfáltica, inclusive dos acessos, e serviço de terraplenagem nas glebas doadas. [129]

É importante observar que a população da cidade não tinha acesso à água de boa qualidade e na quantidade necessária, assim como à pavimentação asfáltica e outros equipamentos. A escassez de água e de infra-estrutura urbana foi o motivo de manifestações e atos de protestos da população da região do Rosolém, como revelam as notícias do jornal da época:

> *Os moradores bloquearam a principal rua do bairro. Falta d'água, policiamento. O movimento de protesto é geral; não houve qualquer tipo de liderança, 4000 pessoas estão prontas a levar as reclamações do bairro às autoridades. 'Enquanto a Prefeitura não deixar esta rua em condições de suportar tráfego, nenhum ônibus vai passar por aqui- disse Sebastião Russo- quando refere-se à barricada erguida nas ruas- pois já tentamos resolver isso com educação , mas não deu certo.* (O Jornal Diário do povo de Campinas (22/10/78))

129 Lei 1735/85 de 29 de agosto. Autoriza o DAE- Sumaré a celebrar convênio com a Eletrometal-Aços Finos S/A. O DAE se compromete e se obriga a fornecer um volume diário total de 300 m3 de água potável. A empresa se compromete a construir em seu parque fabril, no distrito de Nova Veneza, uma nova unidade (divisão de tubos), observando as seguintes condições: área construída de 12000m2; investimentos de 3milhões e cem mil cruzeiros ORTNs, entre edificação e equipamentos; 600 empregados recrutados, preferencialmente no município, mão de obra não ou semi-especializada; faturamento anual de dois milhões e quinhentos mil ORTNs nos primeiros 12 meses, e 5 milhões e 7,5 milhões nos dois anos seguintes. Lei 1883/87 de 24 de abril inclui parágrafos no artigo dois da lei municipal 1874/87 de 23 de março que dispõe sobre a implantação do distrito industrial do município. Aponta as áreas prioritárias para implantação do distrito que serão definidas no Zoneamento: Via Jornalista Francisco Aguirre de Proença (SP101), Via Anhanguera (acesso a Hortolândia), Via Cobrasma-Johnson, entre outros. As empresas poderão receber crédito financeiro correspondente a até 80% do preço pago com a aquisição do terreno, até o limite de 250.000 m2 de área a ser reembolsado. Artigo 3. A administração municipal deverá introduzir, pelo menos, os seguintes equipamentos urbanos para as unidades imobiliárias doadas: rede de energia elétrica primária, de abastecimento de água potável, para uso doméstico, pavimentação asfáltica inclusive dos acessos e serviço de terraplenagem nas glebas doadas.

Abaixo está mais um registro, de 1979, de uma entrevista com um dos líderes dos movimentos do Rosolém, o seminarista Iran de Rezende[130]:.

> *O movimento reivindicatório que começou no bairro do Rosolém já tem a duração de uns 5 anos. Mas em maio do ano passado é que houve uma primeira manifestação dos moradores daquilo que eles sentiam como problema: foi o problema da água levantado no bairro N.S. De Fátima onde o prefeito esteve presente. A população está consciente de que realmente precisa obter aquilo que é essencial para a vida humana. Algumas obras de saneamento básico, transportes, saúde, policiamento são essenciais a uma sobrevivência humana decente. Então, o caminho que estamos foi conquistado , não proposto por políticos, nem pela Prefeitura, nem por acaso. Esta conquista surgiu da necessidade e do sofrimento do povo. Escala de prioridades para os nove bairros do Rosolém:1º) Água,2º) Iluminação Pública, 3º) Saúde -Pronto Socorro, 4º) Segurança – policiamento e conservação de ruas. A aprovação indiscriminada de loteamentos é uma herança que Sumaré carregará para o resto da sua existência. A passividade dos nossos vereadores e prefeito faz com que o povo tome atitudes em defesa própria.* ("Cada vez mais tensa a situação do Rosolém", 22 de dezembro de 1979, Folha de Sumaré)

A água, portanto, era uma necessidade prioritária para os moradores de Hortolândia e percebe-se que a administração pública, atendendo à política de atração de empresas, também concedia o abastecimento de água para a produção e uso doméstico das empresas.

Ao analisara referida lei que concede água, entre outros benefícios, para a empresa Eletrometal - Aços Finos S/A, percebe-se que existe a exigência de contrapartidas da empresa, o que justificaria o incentivo. Uma dessas contrapartidas era o recrutamento de 600 empregados preferencialmente do município.

Segundo Toledo (1995, p.164) citando dados do SEADE dos anos 1980, revela-se que a empresa Eletrometal - Aços Finos S/A era do ramo (metalurgia) que mais empregava , sendo a terceira maior da cidade com 1507 empregados, ficando atrás apenas da Cobrasma (1744) e da 3M do

130 A Igreja Católica através da ação de seminaristas atuava junto às CEBs. Em Hortolândia, no Jardim Rosolém, existiam duas comunidades muito atuantes: Nova Boa Vista e de Nossa Senhora de Fátima. A maior parte dos seminaristas que atuavam nas CEBs de Hortolândia estava ligada ao Seminário dos Capuxinhos de Nova Veneza, em Sumaré. Contudo, outros seminaristas que não eram do seminário da cidade, como o paulista Iran de Rezende e o mineiro Angêlo Perugini (atual Prefeito de Hortolândia), também se destacaram nesse processo. Segundo Martins (2004), Iran de Rezende do seminário Diocesano de Campinas escolheu atuar na região do Rosolém e apoiou inicialmente as primeiras mobilizações pela regularização dos loteamentos e pelos serviços básicos, como rede de água.

Brasil (3800). A questão que se apresenta, contudo, é se de fato a exigência foi atendida e se a mão-de-obra com empregabilidade e disponível dos residentes na cidade de Sumaré atendia aos requisitos desta e de outras empresas. O que se sabe, a partir das pesquisas de Baeninger (1996) e de Manfredo (2004) sobre o movimento pendular na região, isto é, o movimento de pessoas que estudam e trabalham em municípios diferentes daqueles de residência, é que a predominância neste período, tal como ainda é hoje, de contratação de mão- de - obra especializada em sua maioria é proveniente de outros municípios. [131]

V.2.4. A urbanização e a infra-estrutura

- **1953-1974**

A proximidade com a Rodovia Anhanguera e os incentivos concedidos atraíram, além de indústrias, a especulação imobiliária com o loteamento das fazendas. Eram comuns os anúncios nas rádios na rodoviária de São Paulo, na década de 1960 e 1970, sobre a venda de lote de terras em Sumaré, financiados em longas prestações, facilitando a aquisição por famílias de baixa renda. Entretanto, muitos compradores perdiam seus lotes por falta de pagamento, aumentando o número de favelas na cidade. Em 1975, segundo Toledo (1995) havia 750 favelados em Sumaré., distribuídos em 150 barracos.

Com o aumento dos loteamentos e a expansão da urbanização através da Lei 91/57e 418/62 há a alteração do perímetro urbano em 1957 e em 1962 demonstrando também o crescimento populacional do município de Sumaré como um todo. Ainda em 1962 (Lei 400/62) há a permissão para a construção de prédios no perímetro urbano da cidade, que era dividido em cinco zonas: central, primeira, segunda, terceira e quarta. As leis nos períodos de 1955 a 1969 dispõem sobre as áreas de expansão urbana do

131 A necessidade de atender à mão-de-obra local é percebida também nas Leis 1937/88 e 1938/88 , que alteram as Leis1874/87 e 1883/87 no tocante ao limite de área das unidades imobiliárias que poderá superar os 20000 m2 determinados como área máxima, se for comprovado que: a empresa já possui mais de 100 funcionários e tenha um faturamento anual de 200 milhões de cruzados; e em decorrência de necessitar comprovadamente de área maior para implantação de seu parque industrial.

município e a criação de, aproximadamente, 48 loteamentos. De 1968 a 1972 (Leis 827/68, 968/69 e 1125/72) três vezes o perímetro urbano foi alterado e em 1969 (Lei 968/69) ocorreu a divisão da cidade em distritos em decorrência do processo de intenso crescimento urbano.: o distrito sede, o distrito da vila de Nova Veneza e o distrito da vila Hortolândia.

Como discute Toledo (1995, p. 149), este crescimento urbano é acompanhado pelo populacional. Na década de 1950 a população de Sumaré era de 5850 habitantes e no final da década chega a 10663, aumentando 82,2%, como mostram os dados do IBGE. Na década de 1960 o crescimento foi ainda maior,116,2%, e na década de 1970, será considerada como uma década houve um crescimento explosivo, como será visto a seguir. Outro dado relevante dos censos é que no período de 1960-1970 o crescimento populacional urbano foi de 185%, enquanto o rural de 46,05%, demonstrando a tendência trazida com a expansão da indústria e do comércio, em detrimento da agricultura e da pecuária.

EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DE SUMARÉ

População	Números absolutos		%
	1960	1970	
Urbana	5.343	15.257	185,5
Rural	5.320	7.797	46,5
Total	10.663	23.054	116,2

Fonte: IBGE

A matriz de periodização mostra ainda que em 1955 a primeira regularização urbana no distrito de Hortolândia foi no Parque Hortolândia de propriedade da Cerâmica Sumaré (antiga Ortolan), e na Vila Real Santista. A Lei 33/56 tratou da desincorporação de área para construção da subprefeitura municipal de Hortolândia no loteamento Vila Real. Destacou-se ainda em 1960 a regularização pela Lei 257 e 261/60 dos loteamentos

Jardim Rosolém de propriedade de Guido Rosolém e o Remanso Campineiro, primeiros bairros de Hortolândia.

As demandas por infra-estrutura urbana como água, esgoto e pavimentação para a instalação das indústrias foram atendidas, diferentemente dos pedidos da população que habitava nos loteamentos. A localização do distrito de Nova Veneza, mais próximo da Anhanguera, favorecia a chegada das indústrias e da infra-estrutura. Os dois distritos, entretanto possuíam praticamente o mesmo número de habitantes, como revela o quadro abaixo elaborado por Toledo (1995, p. 150) com os dados do IBGE:

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS

Anos	1960	1970	%
Distrito-sede	5.972	13.996	134,3
Zona urbana	4.208	11.755	179,3
Zona rural	1.764	2.241	27,0
Hortolândia	2.661	4.630	73,9
Zona urbana	662	2.048	209,3
Zona rural	1.999	2.582	29,1
Nova Veneza	2.030	4.440	118,7
Zona urbana	473	1.478	212,4
Zona rural	1.557	2.962	90,2

Fonte: IBGE

No tocante à água e esgoto, segundo Toledo (1995), o distrito de Rebouças, como era chamado o distrito Sumaré , ainda parte de Campinas, em 1938 teve seu sistema de tratamento de água inaugurado. Contudo, somente em1961 e 1964 efetivou-se um empréstimo[132] financeiro pela Prefeitura para a execução da rede de esgoto, apenas para a sede do município. Os distritos

132 Lei 336/61 de 05 de dezembro. Autoriza a Prefeitura a contrair empréstimo com a caixa Econômica do Estado de SP destinado ao custeio dos estudos e projeto da rede de esgoto da sede do município. Lei 500/64 de 30 de junho. Dispõe sobre empréstimo da Caixa Econômica Estadual para execução de serviço de esgotos sanitário da sede do município.

não foram contemplados. De 1959 a 1964 os empréstimos foram para projetar e executar a ampliação do serviço de abastecimento de água também na sede.

Nova Veneza em 1965 cria a taxa de contribuição para água e esgoto com elaboração de projeto junto à Secretaria de Estado. No caso de Hortolândia, por pressão dos moradores do Jardim Rosolém e do Jardim Nossa Senhora de Fátima,, a rede de esgoto seca será implantada na região do Rosolém na década de 1980.

Com o incentivo às indústrias houve, conseqüentemente, um alto consumo de água pelas mesmas. Ao mesmo tempo, o rápido crescimento populacional determinou maior demanda de água para população. Com isso, em 1961, com a Lei 308/61, foram suspensas temporariamente as ligações de água às indústrias, até que fossem concluídos os novos serviços de captação, tratamento e distribuição de água à população. O acordo em 1965 com o proprietário da represa conhecida como “Tanque do Marcelo” [133] foi a maneira encontrada temporariamente para resolver o problema de abastecimento.

O distrito de Nova Veneza foi atendido na demanda de água pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, existente desde 1951, a partir de 1965, com a doação de área e equipamentos para a construção de um reservatório e captação de empréstimos financeiros para ampliação da extensão de distribuição. Esta envolvia também o bairro de Aparecidinha de Campinas, divisa com Sumaré.

Somente a partir de 1967 ocorreu a autorização para abertura de crédito especial para estudos do Serviço de Água de Hortolândia e a construção de uma caixa d’água no Jardim Rosolén.

133 Lei 544/65 de 19 de abril. Autorização para firmar contrato com os Srs. Tomaz e Henrique Pedroni que cederão à Prefeitura Municipal de Sumaré, a represa de sua propriedade, conhecida com "Tanque do Marcelo", para captação, distribuição de água para o povo de Sumaré. Revogada pela Lei 2039/89 de 12 de maio

Todas essas ações, entretanto, não conseguiram suprir as necessidades da população, como evidenciaram as ações de protesto, que eclodem na década de 1970, de reivindicação não só de água, mas também de esgoto e pavimentação. .

- **1975-1991**

Tal como no período anterior, a cidade teve sua área urbana expandida[134]. Este processo de crescimento urbano e populacional se estendeu do distrito sede aos distritos de Nova Veneza e Hortolândia, considerados periféricos, e na década de 1970, com a intensa migração, os distritos passaram a ter uma população inclusive maior do que o distrito sede.

A realidade social de Sumaré, com o aumento populacional e a ausência de infra-estrutura urbana, se agravou ainda mais. A aprovação indiscriminada de loteamentos gerou protestos da população pela falta de serviços básicos e de infra-estrutura. Tal como afirma Toledo (1995), em 1981 foram aprovados 22 novos loteamentos, em 1982 mais 24 e, finalmente, em 1983, mais oito.

A pressão para controle e regulação da abertura de novos loteamentos e a tentativa de coibir os clandestinos, levou à criação da Lei 1514/81, que dispunha sobre a expedição de alvará de abertura e funcionamento de imobiliárias e registro de corretores autônomos. Entretanto, foi somente no início do Governo De Nadai, (1983 a 1988), que a Lei 1581/83 suspendeu por 180 dias, a aprovação de planos de arruamento e loteamento, e a Lei 1588/83regulou com exigências mínimas o projeto e a aprovação de loteamentos no município de Sumaré. A partir de então, todo loteamento deveria ter rede de água e esgoto, guia e sarjeta, asfalto e rede elétrica.

134 Leis 1358, 1360/77, 1406/78,1413/78,1431/78,1463/80 2051/89 e 2445/92 fixam novos perímetros urbanos da sede do município de Sumaré e dos bairros do Matão, São Judas Tadeu, no Distrito de Nova Veneza, e para o distrito de Hortolândia. Isso inclui área territorial no perímetro urbano e define as Zonas de Expansão Urbana do Município.

Os loteamentos irregulares, implantados ilegalmente e existentes até a data de aprovação dessa Lei, não foram proibidos. Porém, a Lei 1696/84 demandour que o parcelador implantasse os equipamentos urbanos e comunitários exigidos por lei, decretos ou compromissos à época da implantação, ou seja, implantasse a abertura de ruas e demarcação de quadra e lote.

A demanda da população por pavimentação e outros equipamentos urbanos foi atendida mediante cobrança de taxas de melhoria dos beneficiados, assim como na elaboração de planos comunitários, que significavam rateio das despesas entre os moradores. Outra alternativa foi a tentativa dos moradores do Fátima (na região do Rosolém) organizarem-se e negociarem diretamente com as empresas. [135]

Neste período, no tocante ao abastecimento de água na cidade, em 1977(Lei 1347), - o DAE-Sumaré se transformou em autarquia municipal, o que lhe atribuiu maior autonomia administrativo-financeira. Com isso, a partir do Governo José de Nadai (1983-1988), o DAE celebrou vários convênios, tais como: com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP, para implantar o serviço de fluoretação no sistema de abastecimento de água do município (Lei 1712/85); com a Prefeitura Municipal de Paulínia, visando a captação de água bruta do rio Atibaia no município de Paulínia (Lei 1717/85); com a Secretaria Estadual de Obras e Meio Ambiente do Governo do Estado de SP e a SABESP[136]; com o BNH e o BANESPA, para empréstimos de recursos financeiros para execução das obras do sistema de abastecimento de água do distrito de Nova Veneza, incluindo captação,

135 20 de maio de 1990. Jornal de Sumaré. Asfalto: Moradores contratarão empresas. Cansados de esperar que a Empresa de desenvolvimento de Sumaré S/A (Emdesa) se resolva a promover o recebimento de adesões para um plano comunitário de asfalto, pleiteado junto à Prefeitura desde dezembro do ano passado (1989). A Comissão de Esgoto e Asfalto do Jardim Nossa. Senhora de Fátima, vem adotar uma providência inédita no município, muito embora já adotada em outras cidades da região: a contratação direta de empresas particulares para as obras de pavimentação. Para isso tem marcada uma reunião na próxima quarta-feira com a presença de representantes de quatro empresas especializadas, além da própria Emdesa que aprovou e autorizou a referida comissão a levar avante o seu plano

136 A SABESP ficaria responsável pela construção, expansão e melhoria das redes de distribuição de água no município e construção das redes coletoras de esgoto sanitário (Lei 1671/84 lei 1724/85), em especial nos loteamentos: Vila Real continuação, Vila Real Santista, Remanso Campineiro e Jardim Santana no distrito de Hortolândia (Lei 1799/86).

adução, tratamento e distribuição de água do rio Atibaia (Lei 1773/86); com o BNH para financiamento da execução pelo DAE das obras e serviços de implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários no município, integrantes do Plano Nacional de Saneamento Básico- PLANASA (Lei 1839/86); com a SANASA/ Campinas, com o objetivo de abastecimento de água potável do bairro São Judas Tadeu, em Sumaré, e Bairro San Martin, em Campinas (Lei 1901/87).

É importante mencionar que, já nessa época, havia uma visível conurbação[137] entre Campinas, Sumaré e Hortolândia, por conta da falta de clara identificação dos limites territoriais destes municípios. A interdependência física-territorial e sócio-econômica foi um elemento de extrema importância na elaboração de planos e projetos para os municípios em questão.

Sumaré, para atender as demandas internas através do Poder Executivo e o DAE-Sumaré, celebrou convênios e contratos destinados à obtenção de empréstimo com a Caixa Econômica Estadual, Banco do Brasil S/A, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Estado de São Paulo. Estes recursos destinaram-se à execução de obras no setor de saneamento, saúde, educação, urbanismo e serviços municipais essenciais, dentre as quais se destacaram o sistema de afastamento e tratamento de esgoto do Distrito de Hortolândia, inclusive da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Ribeirão Quilombo (Lei 1905 /87).

O governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Obras, também investiu em projetos de saneamento básico e, principalmente, no abastecimento de água. Através da Lei 1953/88, com o objetivo de construção e/ou ampliação do sistema de esgoto sanitário e/ou do sistema de distribuição de água, foram estipulado sos termos do convênio, ficando o Departamento de Água e Esgoto do município () responsável pelo

137 Conurbação: fenômeno que ocorre entre municípios intensamente urbanizados e se caracteriza pela ininterrupta ocupação dos territórios pelos usos urbanos, sem a clara identificação dos limites dos municípios envolvidos.

financiamento da mão-de-obra (valor de igual montante ao investido pelo Estado em material) para execução da obra, com a obrigatoriedade da contratação da SABESP para a assistência técnica.

O Governo de Paulino Carrara (1989-1992) continuou com os convênios (Lei 2196/90 e 2381/91) através do DAE- Sumaré com a Secretaria de Estado de Energia e Saneamento, com a interveniência da SABESP, para complementação do novo sistema de abastecimento de água, incluindo equipamentos para a estação elevatória da ETE.Estas ações tiveram pouco impacto e intensidade em Hortolândia, motivando muitos protestos e críticas sobre o descaso da administração de Sumaré com o distrito de Hortolândia. Este foi um dos principais fatores que fomentou o movimento pró-emancipação de Hortolândia, em 1989, após a Constituição de 1988. Já a SABESP teve um papel importante no tocante à água e esgoto na cidade. É interessante observar que, diferentemente de Campinas, que através da SANASA, uma empresa do município que cuida desta parte, Sumaré e, principalmente, Hortolândia no futuro, concederão ao governo do Estado este papel.

Nesse período, no tocante à infra-estrutura, é importante ressaltar o contrato de financiamento com a CPFL para a execução de melhorias no sistema de Iluminação pública em bairros do município (Lei 1833/86). Em um período onde a violência urbana era crescente, a iluminação pública se fazia mais necessária.

Por fim, é torna-se necessário mencionar também que, com a crescente demanda por serviços e equipamentos sociais e assistenciais, a resposta dada pela Prefeitura foi, inicialmente criar, o Departamento de Serviço Social e apoiar um grande número de entidades assistenciais, através de subsídios, doação de terrenos e títulos de entidades filantrópicas, a partir de 1953.

V.2.5. A assistência social, o associativismo filantrópico e comunitário. 138

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1953-1974

No referente à assistência social, percebe-se neste período três importantes ações implementadas pelo governo municipal a Lei 865/68, que tratava de um convênio de constituição de um Consórcio de Promoção Social dos municípios vizinhos interessados, da região de Americana. A Lei 909/68, que tratava da criação do Serviço Social[139] no município de Sumaré, subordinado diretamente ao prefeito com a criação de uma função ou cargo de assistente social. E a Lei 988/69 que transformou o Serviço Social em entidade autárquica com autonomia financeira e administrativa para a realização de convênios e projetos, tal qual o DAE.

1975-1991

A assistência social neste período, como ação governamental, ocorreu apoiada na ação das entidades filantrópicas e, gradualmente, se organizou para atender as exigências do governo do Estado na execução de programas e projetos com públicos definidos.

Em 1980, com a Lei 1486, aumentou-se o quadro de assistentes sociais com mais duas vagas. Em 1983 houve a criação do Fundo Social de

---

138 A assistência social é um direito garantido através da constituição de 1988. Até então o que se tinha era uma prática eminentemente voltada para filantropia. A Constituição fornece um tratamento de princípios dos direitos sociais e individuais como prioridade na construção da cidadania brasileira. O artigo 194 estabelece a assistência social como direito e como uma política que assegura direitos no tripé da seguridade social, saúde, assistência e previdência. Artigo. 203 A assistência será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição à seguridade. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) preconiza os direitos sócio-assistenciais como um dever de Estado.

Dentro da categoria do associativismo civil como ação coletiva tem-se: o filantrópico, que trata de ações de mútua ajuda ou associativismo assistencialista, para minimizar sofrimento ou carências prestadas por indivíduos ou entidades. No mesmo campo associativista encontra-se a o comuinitário. São grupos de moradores que encaminham suas reivindicações para melhoria da infra-estrutura do bairro ou da comunidade de preferência para melhoria da qualidade de vida (na saúde, educação, lazer, meio ambiente, etc.) e para reconhecimento de suas tradições culturais (pela promoção de eventos , festas, festivais, etc.). Podem-se incluir nessa categoria as Sociedades Amigos de Bairro – SABs (SHERER- WARREN, 1999).

139 Lei 909/98 Art 2o . Compete ao Serviço Social do município de Sumaré: executar e promover processos, métodos e técnicas de serviço social; realizar e promover estudos e pesquisas sobre a realidade municipal; coordenar, elaborar e executar planos e programas conforme realidade identificada; entrosar-se e obter entrosamento dos recursos sociais do município e no município; realizar ou promover programas de educação de base e cultura popular; promover e participar de programas e atividades realizadas no município relacionadas com seu bem estar e seu desenvolvimento sócio-cultural; apresentar sugestões quanto à distribuição de subvenções municipais às entidades particulares.

Solidariedade[140], cuja ação era no sentido de atender a necessidades sociais emergenciais (cesta básica, remédios, roupas, abrigos no caso de enchentes, etc.), com um representante de órgão do Serviço Social do município no conselho deliberativo presidido pela primeira dama.

A área de educação não contemplava a criação de creches e atendimento às crianças em idade pré-escolar, cabendo ao Serviço Social viabilizar este recurso que, de modo geral, era fornecido com investimento do governo do Estado. Como exemplo há o caso do convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social para a construção de um núcleo de promoção social do bairro do Matão para o funcionamento de uma creche e de um centro administrativo (Lei 1728 e 1754/85) [141].

O Serviço Social também era responsável pelo auxílio, na forma de doação, de aparelhos auditivos e ortopédicos, cadeiras de rodas, membros mecânicos ou qualquer outro tipo de aparelho capaz de atender aos deficientes físicos que comprovassem carência de recursos. Além disso, ele estava envolvido na ajuda de transporte a pessoas carentes residentes no município para tratamento fisioterápico e de crianças excepcionais, em outras localidades, para tratamento especializado inexistente no município (Lei 1818,1859/86).

Os recursos para a construção de equipamentos e serviços eram também provenientes de convênios com: o Ministério da Educação, para prestar assistência social à comunidade carente através da creche do Centro de Convivência Criança Feliz na Vila Valle; a Secretaria de Estado do Interior (PAM- Programa de Apoio aos Municípios) para receber recursos, a fundo perdido, para a reforma das instalações da creche Lar Ternura, no distrito de Hortolândia (Lei 1923/87); e a Secretaria de Estado da Promoção Social, quando dispôs sobre a desafetação de área de uso comum para de bens patrimoniais, no loteamento Vila Real, Distrito de Hortolândia, para a implantação de um Centro comunitário (Lei 1658). Além dos convênios, a

140 Lei 1591/83 . Criação junto ao Gabinete do prefeito do Fundo Social de Solidariedade do Município, com o objetivo de mobilizar a comunidade para atender às necessidades e problemas sociais locais.
141 Desafeta área no Jardim Santa Clara, no distrito de Nova Veneza, da classe de uso comum, transfere de bens patrimoniais e autoriza sua doação à Fazenda do Estado de SP, para construção de um Núcleo de Promoção Social.

partir da Constituição de 1988, a Lei2345/91 criou o Conselho, o Fundo e a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- **Associativismo filantrópico**

Para a melhor visualização das ações na área do associativismo filantrópico, foi elaborada uma tabela que apresenta a quantidade das mesmas. Estas se davam, principalmente, através das concessões de subvenções e de auxílios financeiros, assim como de doações de áreas públicas para a construção das sedes das entidades e desafetação de áreas de uso comum para transferi-las e formar bens patrimoniais. Foi assim que se realizou doação às entidades filantrópicas nos dois períodos (1953-1974 e 1975-1991). O município, assim, desafetava áreas de uso comum ou comprava áreas privadas, convertendo-as em patrimônio público para posterior doação às entidades, tal como era feito para as indústrias como parte da política de incentivos à indústria.

É importante observar o processo de crescimento das ações a partir da década de 1970, com a explosão demográfica e a crescente demanda social. Portanto, pode-se afirmar pelo volume e tipo das ações que a ênfase do município de Sumaré foi em apoiar o trabalho filantrópico de entidades da sociedade civil, de todas as áreas, mas principalmente nos cuidados na área da saúde, idosos, inválidos e crianças e adolescentes.

Entidades filantrópicas

DATAS	AÇÕES		
	Concessão de subvenções e de auxílio financeiro	Doação de áreas	Desafetação de áreas de uso comum, para patrimônio público, para doação às entidades
1953 a 1974	39	01	04

1975 a 1991	**77**		**11**

1953- 1974

A primeira lei municipal após a emancipação de Sumaré, em 1957 (Lei 103), tratava de uma doação de terrenos à União Operária Sumareense na Vila leondina seguida de quatro outras doações de áreas no período. Em 1958 até o início da década de 1970, houve 39 ações de concessão de subvenções e auxílios individualizados às entidades[142].

A partir de 1969, com a Lei 969, destacou-se o estabelecimento de normas gerais para a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares, sediadas ou não, no município de Sumaré. Estas deveriam ter uma documentação comprovando que suas atividades eram de caráter assistencial ou relevante ao interesse público. Em 1973 (Lei 1193), o prefeito municipal foi autorizado a doar áreas de terreno a sociedades declaradas de **Utilidade Publica**, que tinham sede e fórum no distrito de Hortolândia.

1975-1991

Neste período houve um acréscimo significativo nas ações relativas à concessão de subvenções e auxílios financeiros (77) [143]. Destacam-se

142 Lei 153/58 que dispõe de concessão de auxílio financeiro ao dispensário Santa Rita de Cássia de Sumaré Lei 599/65 concede auxílio à guarda mirim de Sumaré. Lei 731/67. Autoriza a concessão de auxílio a: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Sumaré. Asilo dos Inválidos de Sumaré (duas vezes no ano de 1968) e Corporação Musical José Maria Barroca. Lei 809/68, Lei 818, 828, 906, 853, 863, 887,905/68 Autoriza a concessão de auxílio a: Asilo dos Inválidos de Sumaré, Sociedade Operária Sumarense, Dispensário Santa Rita de Cássia (duas vezes no ano) , Sociedade Beneficiente São Judas Tadeu, Irmandade de Misericórdia de Campinas, Rede Feminina Municipal de Combate ao Câncer. Lei 712/67. Autoriza concessão para as obras do Lions Clube de Sumaré .
Lei 973/69. Autoriza a concessão de auxílio a: Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer, de Sumaré. Lei1002,1034,1043/70. Autoriza a concessão de auxílio a: Sociedade Beneficiente São Judas Tadeu , Sociedade dos Patrulheiros Mirins de Sumaré, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sumaré. Lei 1213, 1215/74. Concessão de auxílio ao Lions Clube de Sumaré, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sumaré. Lei 309/61. Concede subvenção ao Ginásio Adventista campineiro. Lei 664, 667/66. Concede subvenção a: Cidade dos Menores de Campinas; a Igreja Presbiteriana do Distrito de Hortolândia para atendimento de assistência social. Lei 1220/74 de 22 de março. Autorização para concessão de subvenções sociais as entidades: Instituto Assitencial Pio XII, Instituto Promoção do Menor, asilo de inválidos, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, Assistência Social Adventista; Orfanato Buby's Heim. Lei 1245/74 de 09 de outubro. Autoriza a concessão de subvenção à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, para o funcionamento do hospital e recebimento de indigentes encaminhados pela Prefeitura.

143 Lei 1259/75. Autoriza concessão de subvenção à Irmandade Santa Casa de Misericórdia, para o funcionamento do hospital e recebimento de indigentes encaminhados pela Prefeitura. Lei 1256/75. Concessão de subvenções sociais a: Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, Instituição Assistencial Pio XII, Instituto de Promoção do Menor, Asilo de inválidos, Assistência Social Adventista, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Orfanato Buby's Heim, Cento Espírita Judas Iscariotes. Lei 1311/76. Dispõe sobre autorização para concessão de subvenções sociais a entidades assistenciais(Instituto Pio XII, Promoção do Menor, Asilo dos Inválidos, Sociedade São Judas Tadeu, Assistência Social Adventista, Grupo Espírita Judas Iscariotes de Nova Veneza, orfanato Buby's Heim e de saúde (Santa Casa, Hospital Álvaro Ribeiro e Rede Feminina de Combate ao Câncer). Lei 1369/77. A: Instituto Pio XII, Promoção do Menor, Asilo dos Inválidos, Sociedade São Judas Tadeu, Assistência Social

também onze[144] ações de desinfetação e desincorporação de áreas de uso comum para doação às entidades para construção das sedes e outras obras.

Por fim, em 1986, devido à grande pressão e demanda social através da Lei 1826/86, ocorreu a isenção de tributos municipais a todas as entidades educacionais ou assistenciais de caráter beneficente, sem fins lucrativos.

- **associativismo comunitário**

1953-1975

As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) dos distritos de Nova Veneza, Matão e de Hortolândia começaramm a ser alvo também de subvenções sociais e auxílio financeiro a partir de 1974 (Lei 940 e 1220).

Adventista, Grupo Espírita Judas Iscariotes de Nova Veneza, orfanato Buby's Heim e de saúde (Santa Casa, Hospital Álvaro Ribeiro e Rede Feminina de Combate ao Câncer). Lei 1369/77. Ao Centro Espírita Pai ZéTobias. Lei 1433/79. Ao Instituto Pio XII, Promoção do Menor, Asilo dos Inválidos, Sociedade São Judas Tadeu, Assistência Social Adventista, Grupo Espírita Judas Iscariotes de Nova Veneza, orfanato Buby's Heim, Centro Espírita Pai Zé Tobias, APAE/Sumaré, Sociedade Beneficente Maria José, Sociedade Beneficente Centro de Promoção Comunitária, e da área da saúde (Hospital Álvaro Ribeiro, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Fundação Antonio Prudente. Lei 1462/80. Ao Instituto de Promoção do Menor de Sumaré. Lei 1501/81. Autoriza concessão de subvenção à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sumaré. Lei 1558/82. A entidades assistenciais (Instituto Pio XII, Promoção do Menor, Asilo dos Inválidos, Sociedade São Judas Tadeu, Assist. Social Adventista, Grupo Espírita Wady Abrão Filho, orfanato Buby's Heim , APAE/Sumaré, Sociedade Feminina de Amparo aos Idosos de Sumaré, Sociedade São Vicente de Paula de Sumaré, Centro de Promoção Comunitária, Sociedade do Bem-Estar do Menor (SOBEM), Centro de Convivência Infantil Tia Rose, núcleo 1 e 2 (não contempla a área de saúde).
Lei 1585/83. Autoriza concessão de subvenção sociais à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sumaré. Lei 1706/85. Às seguintes entidades: Creche Menino de Jesus; Creche Vovó Letícia (Bairro Matão); SOBEM, - Bairro Taquara Branca. Lei 1815/86. Concede subvenção à APAE-Sumaré. Lei 1842/86. A Creche Meninos de Jesus - Bairro dos Pinheiros; Associação Filantrópica das Senhoras de Hortolândia; SOBEM-. Lei 1871/87. Às seguintes entidades: Centro de Convivência Criança Feliz; SOBEM; Creche Menino Jesus e Ninho Infantil; Lar Ternura (Sociedade das Senhoras Católicas). Lei 1991/88. Às entidades: C. C. I Criança Feliz, SOBEM, Centro Comunitário São Pedro, Creche Recanto Ternura. Lei 2102/89. Ao Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paula de Sumaré.

144 Lei 1387/78. Dispõe sobre desinfetação de imóvel de uso comum para transferi-lo a de bens patrimoniais e autoriza sua doação ao Instituto de Promoção do Menor de Sumaré, destinado a creche e atividades artesanais, localizado no Loteamento Remanso Campineiro no Distrito de Hotolândia. Lei 1393/78. O mesmo que a lei acima, com localização no loteamento Parque Gal. Osório, Distrito de Nova Veneza. Lei 1416/78. Desincorporação de imóvel da classe de bem comum para bem patrimonial localizado no Jardim São Rocchi, para doação à A.P.A.E, para construção de prédio para educação dos excepcionais, no prazo de 5 anos. Lei 1426/79. Dispõe sobre desafetação de áreas da classe de bens de uso comum para transferi-los para de bens patrimoniais e autoriza sua doação à Associação Paulista da Igreja Adventista do Sétimo Dia, situadas no loteamento Parque Hortolândia, no Distrito de Hortolândia, para a construção de prédio ou prédios destinados a um posto de assistência social no prazo de quatro anos e uma escola com suas dependências. Lei 1429/79. Dispõe sobre desafetação de terreno de uso comum para transferir para bens patrimoniais e autoriza a sua doação à Sociedade Beneficente Centro de Promoção Comunitária, no loteamento Jardim das Palmeiras, no distrito de Sumaré, para construir uma creche no prazo de quatro anos. Lei 1526/81. Dispõe sobre desafetação de área e autoriza a sua doação a Sociedade de São Vicente de Paula no loteamento Residencial Parque Versailles, para construção de abrigo para pessoas idosas carentes do município. Lei 1536/82. Dispõe sobre desafetação de área no loteamento Vila Real no Distrito de Hortolândia, e autoriza sua doação à Associação Filantrópica de Senhoras de Hortolândia. Lei 1555/82. Dispõe sobre desafetação de área de terreno e autoriza sua doação ao Rotary Club de Sumaré, no distrito de Sumaré, para construção da sede social. Lei 1652/84. Dispõe sobre a desafetação de terreno de uso comum para bens patrimoniais para doação à Associação Rotária de Hortolândia. Lei 1707/85. Desafetação de área e autoriza a sua doação a SOBEM no loteamento Tranquilo Menuzo, para construção da sede. Lei 2013/88. Abre crédito especial para desapropriação de área no Horto Florestal da FEPASA e doa ao Instituto de Promoção do Menor de Sumaré, para construção de um edifício escolar e sede. Lei 2016/88. Dispõe sobre a desafetação de áreas de terreno do loteamento Parque Ortolândia, da classe de bens de uso comum, transferindo-as para de bens patrimoniais do município e autoriza sua doação à Associação Filantrópica de Senhoras de Hortolândia para a construção de prédio destinado ao funcionamento de uma creche.

1975-1991

Em 19751976, 1977 e 1979 foram autorizadas concessões e dadas subvenções sociais às sociedades de amigos de Hortolândia, de Nova Veneza, de Matão e de São Judas Tadeu[145]. Em 1980 a Lei 1469/80 concedeu isenção de impostos às Sociedades de Amigos de Bairros de Sumaré.

A partir de 1984 a Lei 1637 autorizou a concessão de direito real de uso de imóvel da Vila Real, em favor da Sociedade de Amigos de Hortolândia. Em 1985, a Lei 1745 agiu em prol da Sociedade Amigos de Bairros do Parque Santo André, Parque Santa Amélia e Jardim Everest, construindo um salão comunitário e uma quadra poli-esportiva, franqueados ao povo. A Lei 1758/85, em favor da Associação Nossa Senhora do Rosário, viabilizou a construção de um centro comunitário na Vila Real, no distrito de Hortolândia. Em 1988 a Lei 1967 dispôs sobre a desafetação de terrenos da classe de bens de uso comum, para transferi-los para bens patrimoniais, e autorizou uma doação à Sociedade Amigos do Dall'Orto.

Em dezembro de 1990 a Lei 2244, que institui o Código Tributário no artigo 178, determinou que as SABs fossem reconhecidas como de utilidade pública, tornando-as isentas de pagamento do imposto sobre a propriedade de bens imóveis, edificados ou não. Com isso, em 1991, uma série de leis conferiram às SABs o título de utilidade pública, para que pudessem ter direito à isenção.[146]

Todos estes incentivos às SABs revelam uma relação próxima destes grupos com a Prefeitura local, sendo consideradas um canal entre o poder

---

145 Leis 1256/75, 1311/76, 1369/77 e 1433/79 dispõe sobre autorização para concessão de subvenções sociais à Sociedade Amigos de Bairro do Matão, Hortolândia e Nova Veneza. Lei 1558/82. Dispõe sobre autorização para concessão de subvenções sociais à Sociedade Amigos de Matão e Hortolândia,

146 Lei 2284 /91 Lei 2297/91 Lei 2303/912368/91 Lei 2308, 2309/91 Lei 2324/ 91 Lei 2368/91. Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos de Bairro do Parque dos Pinheiros no Distrito de Hortolândia no município de Sumaré, a Sociedade de Amigos de Bairro do Jardim Santa Esmeralda do Distrito de Hortolândia, a Sociedade de Amigos de Bairro do Jardim São Jorge do Distrito de Hortolândia, a Sociedade de Amigos de Bairro do Parque da Nações, distrito de Nova Veneza, a Sociedade de Amigos de Bairro do Parque Residencial Maria de Lourdes e do Jardim Denadai, a Sociedade de Amigos de Bairro do Parque Santo Antonio e Jardim Santiago.. Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos de Bairro do Parque das Nações e Residencial Ipiranga Jardim Maracanã, São Francisco, no distrito de Nova Veneza.

público e os moradores dos bairros. É importante ressaltar o papel extremamente relevante das SABs no apoio ao Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia, que será analisado posteriormente.

V.2.6. A habitação

- **1953-1974**

Neste período, as ações no tocante à habitação por parte do governo de Sumaré não foram tão freqüentes quanto o estimulo às indústrias. Ocorreram muitos loteamentos clandestinos e habitações de autoconstrução.

Nos dois primeiros governos municipais (1954-1962) registra-se apenas a Lei 132/58, que tratava da isenção, por um ano, de imposto predial para prédios residenciais que viessem a ser construídos no espaço de um ano, de 1958 a 1959. Se a construção fosse de cinco ou mais prédios residenciais, a isenção era de cinco anos, assim como a isenção de impostos para a construção de casas proletárias[147] e para os ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira.

.A partir de 1967(Lei791), começou haver uma preocupação com a regulação da construção de casas populares através da exigência de requisitos mínimos para aprovação de loteamento e construção das mesmas. Esta questão levou à contratação de profissionais (engenheiros e desenhistas) pela Prefeitura em 1968 (Lei 895) para regularizar as construções clandestinas.

A partir de 1966 iniciaram-se as ações[148] que envolveram o Governo do Estado através da Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) e o Banco Nacional de Habitação/ BNH com a COHAB/ Campinas para a

147 O artigo 2 da Lei 132/58 declara que fica estabelecido que as casas proletárias construídas dentro do exercício de 1958 e 1959 serão também beneficiadas pelo favores da lei.
148 Lei 647/66 Lei 791/77 Lei 186/73, Lei 1 241/74.

construção de casas populares em terrenos da municipalidade de Sumaré. Estes convênios de financiamento para a casa própria exigiam requisitos mínimos para aprovação de loteamentos. Os contratos de empréstimos determinavam obrigações pelo poder público da execução das obras e serviços de infra-estrutura tais como: terraplenagem, água, esgoto, águas pluviais, meio fio e sarjeta, pavimentação e equipamento comunitário.

- **1975-1991**

Segundo Toledo (1995), o processo descontrolado de uso e ocupação de solo, assim como a industrialização e o aumento populacional em Sumaré, determinaram o aparecimento de favelas, além de ocupação de áreas públicas, de preservação ambiental, na margem dos rios.

> *O Departamento do Bem-Estar Social da Prefeitura local em junho de 1990, contou 13.122 favelados, distribuídos em 48 núcleos e 2.681 barracos, sendo 13 núcleos no Distrito-sede, 20 em Nova Veneza e 15 em Hortolândia. Segundo o SEADE, 57% dos favelados tinham menos de 18 anos.De fato, em 1975 o número de favelados em relação à população do Município estava em torno de 2% ; quinze anos depois chega perto de 6% , e , segundo alguns técnicos da Prefeitura , alcança mais de 10%. (TOLEDO, 1995, p. 165)*

A crescente demanda habitacional nesse período levou os diferentes governos do município a construirem casas populares em convênio com órgãos e empresas como: a COHAB- Bandeirantes, a COHAB- Campinas,a CECAP e a INOCOOP, tal como mostram as diferentes leis aprovadas[149].

149 Lei 1264/75 de 28 de abril. Autoriza a Prefeitura a dar garantias, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela COHAB- Campinas perante o BNH, destinado a implantação de Núcleo Habitacional no Município. Lei 1305/76 de 24 de fevereiro. Autoriza a aquisição de terreno (123.353,48m2) de Archimedes de Vasconcellos, localizado no distrito da sede de Sumaré, destinado a doação à Caixa Estadual de Casas para o Povo- CECAP. Lei 1306/76 de 24 de fevereiro autoriza a doação do imóvel à CECAP. Lei 1383/77 de 8 de dezembro. Dispõe sobre a celebração de convênio entre a Prefeitura de Sumaré com o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de SP- INOCOOP/SP e com a Administradora Nacional de Construção e Comércio Ltda, visando a implantação de um Núcleo de Habitação Popular no Distrito de Nova Veneza. Lei 1427/79 de 28 de junho, que autoriza o poder executivo a firmar convênio com a Construtora Antonio Costa S.A, e com o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo- INOCOOP/SP em substituição ao que foi autorizado pela Lei 1383/77.

Foi nesse período que apareceram grandes conjuntos habitacionais com mais de 500 casas, tais como a Vila Yolanda Costa e Silva, a Vila Zilda Natel e o Núcleo Scyla Medici. Por serem todos bairros distantes da cidade, no distrito de Nova Veneza, foi necessária a criação de linhas de circulação de ônibus urbanos ligando estes bairros ao centro da cidade.

A classe média também foi atendida através de uma lei que autorizava a venda de áreas para construção de edifícios residenciais de apartamentos com $100m^{2,}$ com a condição de serem financiados pelo BNH[150].

Como mencionado, para serem aprovados, os loteamentos precisavam atender a exigências e requisitos mínimos, que incluíam não somente infra-estrutura urbana, mas também o padrão específico de construção das casas populares[151].

Um aspecto interessante são as dimensões dos lotes populares e construções incluídos no Sistema Financeiro Habitacional e seus agentes promocionais (Lei 1854/86), que passaram de $150m^2$ para 125 m^{2}[152]. A provisão de infra-estrutura básica nos loteamentos tornou-se parte do Programa Municipal de Obras de Infra-Estrutura e/ou Equipamentos Comunitários em Núcleos habitacionais (Lei 1376, 1377/77). Os recursos financeiros foram provenientes de empréstimos com o BNH e o BANESPA, destinados também à execução do Programa Municipal de Complementação Urbana- Projeto CURA (Lei 1579/83).

---

150 A lei 1314/76 também autoriza a alienar, por venda e mediante concorrência, áreas para construção de edifícios exclusivamente residenciais de, no máximo 16 pavimentos, a serem ocupados por unidades autônomas, com máximo de 60 unidades autônomas com área mínima de 100m2 para cada unidade, contendo no mínimo: 2 dormitórios, sala, copa-cozinha, banheiro, área de serviço, dependência para empregada com WC e vaga para um veículo na garagem. O adquirente deverá necessariamente construir o edifício através de financiamento do BNH.

151 Lei 1372/77 de 09 de novembro. Dispõe sobre requisitos mínimos para aprovação de loteamentos destinados a construção de casas populares, previstas no Plano Nacional de Habitação executados pela Companhia Estadual de Casas Populares- CECAP. Lei 1403/78 de 21 de setembro. Dispõe sobre requisitos mínimos para aprovação de loteamentos e construção de casas populares. Os loteamentos elegíveis para aprovação serão somente os incluídos no Plano Nacional de Habitação executados pela COHAB, CECAP, INOCOOP e outras entidades congêneres. Lei 1629/84 de 09 de fevereiro. Dispõe sobre a construção de habitações proletárias, tipo econômico, em concordância com a Lei Orgânica do Município. Lei 1638/84 de 29 de março. Dispõe sobre a regularização de construções residenciais, com as exigências de dimensões mínimas para a obtenção do Habite-se.

152 Lei 1987/88 de 16 de setembro. Dispõe sobre edificações habitacionais populares em toda a zona urbana e de expansão urbana do Município, de acordo com as diretrizes básicas da Lei de uso de solo urbano. Diz respeito a tamanho dos lotes(mínimo, 125m2) , exigência de iluminação, água e afastamento de esgoto sanitário.

Não só os loteamentos clandestinos foram alvo de regularização, mas também as chamadas habitações subnormais (aquelas construídas em terreno público) com a ligação de energia elétrica, rede de água e esgoto em habitação subnormal, não implicando, entretanto, no reconhecimento do direito à propriedade (Lei 1647/84).

As edificações multifamiliares, conjuntos familiares e mistos acima de dois pavimentos, também passaram a ser regulamentadas e orientadas na sua construção, reforma ou ampliação,assim como determinadas as áreas urbanas, onde as mesmas poderiam ser construídas (Lei 1878/87). Dentro das leis que procuraram regular o setor habitacional, incluem-se também os imóveis a serem locados. A Lei 1964/88 fixou o valor teto nas locações de imóveis para cessão a terceiros.

As ações de governo procuraram também atender à população favelada[153] e às demandas do movimento dos sem casa. A Lei 1985/88 de 14 de setembro dispôs sobre a concessão de uso real de terreno público ao movimento dos sem casa II, entre a rua 11 do Parque Residencial Bandeirantes e o terreno da FEPASA, pelo prazo de seis meses.

Apesar de todas essas ações governamentais na área habitacional, elas não foram suficientes para atender aos pedidos da população. Com isso, os movimentos sociais se mobilizaram para pressionar o poder público. A ação de ocupação de áreas começou como pressão, provocando o resultado nas ações de governo, como é o caso da conquista do Parque Residencial Bandeiras.

153 Lei 2081/89 de 8 de novembro. Dispõe sobre o Programa Habitacional para Moradores de favelas, que tem por objetivo propiciar a populaçao favelada a conquista de habitação permanente e digna (remoção e urbanização).
Lei 2103/89 de 20 de dezembro. Cria o Fundo de Assistência Habitacional do município de Sumaré, para levantar recursos materiais e financeiros junto à comunidade necessários à: construção, regularização, implantação de infra-estrutura, de moradias e conj. Habitacionais de interesse social.
Lei 2347/91 de 18 de setembro. Dispõe sobre a construção de casas geminadas e regulariza as existentes.Decreto n 4623 de 11 de outubro . Regulamenta o artigo 5 da lei 2347 de 18 de setembro que trata da permissão para a realizacão de desdobramento da construções já existentes a edificação de novas unidades geminada também nos 67 bairros dos distrito de Hortolândia.

Este foi o período de grande efervescência política e social na cidade, devido ao grau de precariedade social e ao mesmo tempo de intensa solidariedade nos lugares, em especial o Rosolém, cujos eventos e práticas coletivas, revelados na matriz de periodização, tornaram-no um lugar significativo no que se refere à ação política.

- **A Praça da Igreja do Rosolém (vide foto anexa) como espaço dos aconteceres solidários**

O Rosolém, historicamente, foi a segunda região urbanizada em Hortolândia e, desde a década de 70, através do apoio da Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais, foi a região onde as maioria das manifestações e protestos populares aconteceram face as demandas sociais e de infra-estrutura, como lemos na seguinte reportagem (Diário do Povo, 01 e 02 de setembro de 1989):

> *Jardim Rosolém, uma pequena cidade com grandes problemas .Uma pequena cidade com cerca de 30 mil habitantes, onde predomina a classe baixa, sem asfalto em 90% das ruas, sem rede de água e esgoto. Assim é o Jardim Rosolém sub-distrito de Sumaré que faz limite com Monte Mor e Campinas,e consequentemente sofre os efeitos da conurbação urbana.*

A história de boa parte dos moradores do Rosolém está relacionada com duas grandes fábricas da antiga Sumaré, que já não existem mais: BRASEIXO (fabricante de eixos de automóveis, camionetes e caminhões) e COBRASMA (fábrica de vagões de trem, engates e trilhos). No início dos anos 80 essas fábricas empregavam os trabalhadores migrantes, oriundos da zona rural e de outros municípios, inclusive da capital.[155]

---

154 A análise da ocupação do território de Hortolândia, utilizando-se como referência o levantamento aerofotogramétrico do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) de 1993, além das áreas próximas a SP 101, que interliga o município à Via Anhanguera, destacando-se os loteamentos Jardim Rosolém, Sumarezinho, Santa Emilia, Santa Izabel, Santo Antonio, Nossa Senhora de Lourdes, Chácara Fazenda do Coelho entre outros. Até 1993 verifica-se que as urbanizações de Hortolândia ocorreram no entorno do núcleo original, próximo à Estação Ferroviária, com os loteamentos Ortolândia, Remanso Campineiro, Vila Parque São Francisco, Jardim Santana, Vila Real, Nova Hortolândia e Nossa Senhora Auxiliadora. (in Relatório Preliminar do Plano diretor de Hortolândia, 2006, p. 8, www.hortolândia.sp.gov.br)

155 Na década de 90 essas e outras empresas foram superadas por outras empresas nacionais e multinacionais com tecnologia mais avançada e sofisticada. Atualmente existem quatro grandes empresas na região do Rosolém: Dow Corning, Cozinhas OLI, GKN Sinter Metals e Pró-tipo Met. Ltda.

Merece destaque o papel da Igreja Católica no acolhimento aos imigrantes, pois como coloca Santos (1994), eles chegavam com o sentimento de que "o passado é um outro lugar ou é em um outro lugar. No lugar novo o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro mas, em seguida necessidade de orientação". [156] Esta orientação para a vida individual e coletiva na cidade ocorria na construção de projetos no processo de percepção e encontro, o que Sawaia (1995) denomina de "o calor do lugar" que é produzido pela segurança e por uma forte dose do sentimento de gente entre os pares.

Nessa perspectiva, em Hortolândia percebe-se que a Igreja Católica, em especial a Paróquia do Rosolém, tinha uma participação importante na vida de muitos imigrantes neste encontro "entre os pares" produzido pela identidade da fé e dos valores cristãos, que levavam também à formação de práticas participativas desde a década de 70.

Através das CEB's a Igreja fomentou e apoiou os movimentos sociais e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981. Desde o final dos anos 70, com a participação de seminaristas, grupos de Hortolândia e Sumaré se organizaram em movimentos sociais (movimento dos sem terra e dos sem casa) e grupos de protesto, para a melhoria das condições de vida. As reivindicações de modo geral incluíam problemas relacionados à falta de infra-estrutura urbana.

A comunidade católica do Rosolém, com a liderança do primeiro vigário da paróquia, Padre Arnaldo de Vidi (1983 a 1987), privilegiou o trabalho entre os sem casa, os sem terra e os operários, formando "um belo espírito de bairro e comunidade, através da construção da Igreja com o concurso de todos e sem financiamento nem dívidas, assim como as festas

156 Lowenthal, citado em SANTOS, Milton. Metrópole: A força dos fracos é seu tempo lento. In: Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edit. Hucitec, 1994.

populares como a da mandioca".[157] A construção da Igreja Nossa Senhora da Aparecida do Jardim Rosolém começou a ser pensada e projetada em 1974, e em 1986 a igreja foi inaugurada, apesar de inacabada. "Esta construção não teve verbas de fora, apenas as contribuições do povo da região e com iniciativas e promoções várias."[158] Além da construção da Igreja, destaca-se também a praça como espaço de eventos, lugares de encontros e ações políticas.

De acordo com Queiroga (2003), a praça é um espaço voltado essencialmente para o encontro no âmbito da esfera da vida pública. Enquanto espaço, a praça é um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações. Afirmando-se a praça como espaço, importa qualificá-la a partir da natureza dos eventos nela verificados, tanto ou mais que pelo sistema de objetos. O que define a praça é o que nela se realiza. Assim, um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acesso, voltado para o encontro, é que vai caracterizar o espaço como praça (2003, p.139). Os eventos se concretizam nos lugares da praça, próprios para manifestações políticas, comemorações e protestos. Espaço carregado de simbologias, de memórias do lugar, que tanto pode afirmar o poder de instituições como pode ser lugar por excelência da crítica e do ato público.

É exatamente isso o que acontecia nos lugares da Praça da Igreja do Rosolém[159]. O espaço como um todo, historicamente, foi sempre lugar de assembléias, reuniões de formação, cursos, atos de protesto e festas, oriundos de diferentes práticas participativas e ações políticas.

157 Depoimento fornecido por e-mail do Padre Arnaldo de Vidi que atualmente vive na Itália. E-mail enviado na quarta-feia, 23 de agosto de 2006, às 06h08minh.
158 Registro extraído do livro Tombo, da paróquia Nossa Senhora Aparecida do Jardim Rosolém, contendo atas das reuniões, eventos, registros históricos, etc.
159 Esse espaço tem cerca de 1400 metros, ou pouco mais. Em um dos lados foi construída a igreja, através de um mutirão na comunidade, acoplada a dois salões de festa e salas de aula. No entorno da edificação há um espaço aberto hoje com bancos e um teatro de arena para apresentações, assembléias, etc. No espaço livre, os jovens e as famílias se encontram, todas as noites, circulando pela praça.

V.2.7. O processo de emancipação 1975/1991

- **Eclosão dos movimentos sociais**

Na década de 80, com a recessão econômica que assolava o país, as indústrias não só diminuíram o número de empregados, mas fizeram demissões em massa, causando sérios problemas sociais e descontentamento popular e de grupos de trabalhadores, como os metalúrgicos na região do ABC paulista [160] e outras regiões.

Devido à presença de indústrias, principalmente do ramo da metalurgia, havia em Hortolândia um braço do movimento sindical que eclodiu no início dos anos 80 em São Bernardo do Campo/SP. Através de reuniões nos salões das igrejas do Jardim Rosolém e de Fátima (outro bairro da região), foram planejadas e articuladas manifestações, greves, atos de protestos contra as condições de trabalho e demissões de funcionários. Como exemplo, houve a greve dos funcionários da Cobrasma em 1983, quando os funcionários paralisaram suas atividades, permanecendo no interior da fábrica por quinze dias.[161]

A industrialização na região de Sumaré/Hortolândia provocou uma concentração populacional no meio urbano. Os trabalhadores dessas indústrias eram em sua maioria de origem rural. Com a crise econômica e o desemprego foram surgindo práticas participativas e solidárias para enfrentamento da situação.

Um grupo de desempregados das fábricas da cidade, a partir de reuniões da Igreja, na CEB do Nossa Senhora de Fátima na região do Rosolém, iniciou em 1983 uma horta comunitária, entre outras atividades,

160 As greves de 1978 e 1979 no ABC paulista deram início ao novo movimento sindical brasileiro, o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única de Trabalhadores (CUT).
161 Abril e Maio de 1985, Livro Tombo: Aconteceu a greve dos metalúrgicos da COBRASMA e as comunidades da paróquia, através da Pastoral Operária entendeu que não podiam ficar ausentes da luta. Na ocasião o próprio salão do Jardim Rosolém foi utilizado para reuniões dos trabalhadores.

cujos produtos eram vendidos para os próprios moradores de Hortolândia, Sumaré e Campinas.

> *É mister dizer que a Comunidade Nossa Senhora de Fátima é responsável por uma ação bem articulada de anos, visando criar as CEBs na região, apoiar movimentos populares, incentivar o desenvolvimento cultural entre o povo e os Jovens. Entre as demais iniciativas destacamos o Jardim de Infância, Horta Comunitária, Escola de Corte e Costura e as Compras Comunitárias. As Verbas vinham da Misereor da Alemanha.*[162]
> (Livro Tombo, 04 de novembro de 1983)

As primeiras mobilizações e ocupações de terra na região, que deram origem ao Movimento dos Sem Terra (MST) no Estado de São Paulo, iniciaram-se na luta pela reforma agrária, através da prática coletiva[163] de formação da horta comunitária e reflexão conjunta do grupo da CEB sobre o direito de todos à terra, como moradia e local de cultivo, trabalho e sustento, fomentado pela Teologia da Libertação, com apoio dos seminaristas e militantes como Iran de Resende, Angelo Perugini, entre outros.

De 1983 a 1991 foram formados seis grupos a partir de Hortolândia, que ocuparam diversas áreas na região, estendendo-se em direção ao Pontal do Paranapanema. [164]

O movimento dos sem terra em Hortolândia e região adotou diversas estratégias e ações para mobilização e informação da população, assim como para negociação com as autoridades, para que os grupos

---

162 A comunidade era muito envolvida nas questões sociais e entrou em crise quando das eleições de 1982, ocasião na qual a diretoria do Centro Comunitário achou por bem fazer uma opção partidária e chegou a lançar seu presidente Iran Rezende como candidato a prefeito de Sumaré pelo PT (o PT –Sumaré havia sido criado em 1981). Iran não foi eleito, mas o PT elegeu Cícero Teixeira de Freitas (Peninha)como seu primeiro vereador em 1982 e em 1988 é a vez de Angelo Perugini e Jerônimo Francisco da Silva.

163 A partir dessa experiência, segundo Ulisses, um dos membros citados por Martins (2004), a horta foi a forma dos antigos lavradores que estavam há alguns anos na cidade ficaram desempregados nas fábricas, tomarem contato de novo com a terra. Foi uma motivação para continuar na luta pela sobrevivência e intencionar novos projetos. Todos estavam vendo que a terra estava produzindo e que estava ao alcance de todos.

164 Em 1983 um grupo 47 famílias de Sumaré, Campinas e Cosmópolis, partem e ocupam terras inicialmente em Araraquara , depois Araras. O grupo passa a ser chamado dos SEM TERRA DE SUMARÉ.O GRUPO I é assentado em 1984 no Horto Florestal de Sumaré; Ocupação do GRUPO II (1984): este grupo é assentado na área da FEPASA também em Sumaré. O grupo passa a ser chamado de SUMARË II.

Em 1985 ocorre a ocupação do Grupo III assentado em Porto feliz (Sorocaba) . O grupo passa a ser chamado GRUPO III- Porto Feliz . Em 1987 surge o GRUPO IV: 300 famílias ocupam a fazenda reunidas em Promissão. Em 1989 o GRUPO V ocupa em Andradina e finalmente em 1991 o GRUPO VI ocupa em Iperó.

depois de ocuparem as áreas pudessem ser assentados. [165]Tal como explica o líder do MST, Ulisses Nunes, em entrevista no jornal Correio popular de 25/10/95:

> *A partir de 1987, a organização e mobilização do movimento de ocupação de terras em Hortolândia, adquiriu um caráter também urbano. As ocupações passaram a ser para moradia. Apesar das semelhanças entre os dois movimentos (MST e Movimento pela Moradia) há diferenças fundamentais. O problema dos sem casa é a moradia., enquanto os sem-terra reivindicam trabalho também. "quando nós conseguimos terra nós conseguimos estabilidade, porque garantimos moradia e trabalho.*

Conforme os registros no Livro Tombo percebem-se a trajetória do movimento pela moradia:

> *Em fevereiro de 1987 já se tinha 1000 famílias cadastradas. As assembléias eram quinzenais na Igreja do Rosolém; A primeira ação foi uma ocupação simbólica em 03/09/87, de 500 pessoas, que partem da Igreja do Rosolém e vão ocupar um terreno perto do presídio na Boa Vista.*[166] (Livro Tombo: fevereiro de 1987)

Em janeiro de 1987, um boletim de responsabilidade das Cebs, Central dos Movimentos Sociais, CUT, Coordenação Provisória das Comissões Pró- Conselhos Populares, e várias outras entidades populares, narra o processo de formação e ação do movimento dos sem casa de Sumaré no período de 1987a1989:

> *Tudo começou no mês de janeiro de 87, quando várias famílias começaram a questionar a falta de moradia no município, a dificuldade de se pagar aluguel, o drama das famílias despejadas por falta de pagamento. A cada reunião, aumentava o número de participantes e como todas estas famílias não tinham casa própria, surgiu a primeira proposta de se negociar com a prefeitura, uma área para moradia. Por vários meses os "nãos foram tantos, as humilhações foram tantas que o grupo que já contava com cerca de*

165 Sem-Terra do Grupo II ocupam a Secretaria de Agricultura do Estado. Reivindicam área recém invadida(que foram expulsos), em Sumaré;.O Grupo III, resolvem acampar no trevo da BOCH para forçar a negociação com o Governo do Estado (depois da ocupação e expulsão de uma área de Nova Odessa) ;Neste acampamento,segundo relatório da Secretaria Estadual do MST, companheiros de vários municípios vizinhos, procuraram iniciar a organização nos seus municípios(Campinas, Sumaré, valinhos, Indaiatuba, Rio Claro, Santa Gertrudes, Paulínia, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste)para a formação de um grupo do MST. O acampamento serviu para difundir a luta e mobilizar a opinião pública. E por fim cerca de 250 pessoas do grupo sem terra e amigos, saem do trevo da Bosch, para uma caminhada de 100km até o Palácio Bandeirantes, em SP para negociação.Estas informações são respectivamente das fontes: Jornal o Estado de São Paulo17/07/85; Reltório Secretaria Estadual do MST; Livro Tombo 31/10/85 , 11/11/85, 01/03/86;

166 Dois seminaristas apoiaram esta ocupação: Gentil Neto de Mendonça e Geraldo Majela Perón. Este último vem a falecer algum tempo depois. Uma ocupação em 1989 na mesma área, pelo movimento, será chamada de Perón, em sua homenagem. Hoje este assentamento é conhecido como bairro Parque Perón.

> *200 famílias, resolveram partir para primeira ocupação de terra dia 25/09/87.Esta mesma situação se repete em cada grupo que surge: a segunda ocupação do dia 13/05/88 , no Jardim Bandeirantes , depois de três meses aconteceu o despejo por parte da Prefeitura, mas graças a força e garra do grupo, eles acabaram voltando para o mesmo local. Dia 06/10/89, foi a ocupação "mais recente, e o grupo se dividiu em dois bairros: Jardim Bandeirantes e Jardim Adelaide.*

O movimento pela moradia tinha como estratégia a ocupação de áreas e também a participação em reuniões da Câmara de vereadores na tentativa de sensibilizar o poder público.

> *Uma comissão composta de pessoas de baixa renda e que percebem entre um salário e meio a dois salários mínimos, compareceram à Câmara Municipal, durante a sessão realizada terça-feira, com o objetivo de buscar apoio dos vereadores para que seja encontrada uma solução para o problema que, segundo seus membros já se torna desesperador, ante o elevado custo dos aluguéis e a falta de moradia.* (Jornal de Sumaré,03 de setembro de 1989)

O movimento pela moradia, o movimento dos sem terra, além das ações de protestos, suscitaram uma cultura participativa, de envolvimento em ações políticas no enfrentamento das demandas da realidade social, a partir principalmente da região do Rosolém. É importante ressaltar que dentro das estratégias políticas dos movimentos sociais mencionados, pode-se identificar o fortalecimento da luta sindical e político partidária, assim como a conexão com movimentos sociais de outras regiões do Estado de São Paulo e do país[167].

É o que acontece através dos líderes do MST de Sumaré Angelo Perugini e Lafayete Bier, que passaram a atuar também na esfera estadual do movimento e no incentivo à rearticulação do sindicalismo rural [168] conforme descrição do Relatório da Secretaria Estadual do MST:

---

167 21 de janeiro de 1990. Boletim do Movimento: Encontro com o movimento dos sem casa de Florianópolis (representantes de 12 áreas de ocupadas) e os cinco grupos do movimento de Sumaré.

168 07 de julho de 1985. Livro Tombo. Com a participação de 300 lavradores rurais e bóias frias no salão do Jardim Nossa Senhora de Fátima, é fundado o Sindicato Rural de Sumaré. Os sem terras assentados no Hhorto florestal de Sumaré e o sem terra II assentados temporariamente no terreno da FEPASA formam o esteio do sindicato que tem em Lafayete Bier, morador da Nova Boa Vista, e em, seu primeiro presidente.

> *Com envolvimento do Grupo IV do MST de Sumaré em maio/87 foram realizadas as eleições sindicais de Rio Claro e região. O sindicato abrange 06 municípios que contam com 30.000 trabalhadores na base. A participação do MST teve uma importância determinante no surgimento da Oposição Sindical contra o Sindicato que há 21 anos estava atrelado aos patrões.*

Da mesma forma, em 1993, o movimento pela moradia de Hortolândia vinculou-se ao movimento organizado na cidade de São Paulo, tomando um cunho mais amplo no Estado.

Como já mencionado, em 1981 ocorreu a fundação do PT em Sumaré e em 1982 dois membros do Rosolém se candidataram pelo partido nas eleições municipais: Iran de Rezende a Prefeito e Cícero Teixeira de Freitas (Peninha) , o único que foi eleito, como primeiro vereador do PT(1983/1988).

Estes movimentos sociais contaram com a assessoria de Organizações não Governamentais (ONGs) como o CESAP, Centro de Serviço e Assessoria Popular, fundado em 1983, que em 1987 se transformou em CEDAP, Centro de Educação e Assessoria Popular de Campinas. Nesse momento existia uma grande preocupação em oferecer formação e organização política aos grupos, para participação no processo de abertura democrática e no movimento pró-constituinte.

Os grupos de Hortolândia e Sumaré eram articulados aos movimentos populares de Campinas e região, tais como: o Movimento Assembléia do Povo, em 1979, composto pela reunião de várias associações de favelados, que tratava da luta destes pela habitação em Campinas; e a Articulação Nacional de Movimentos Populares da região de Campina (ANAMPOS) em 1986. Neste período, a Assembléia Nacional Constituinte mobilizava também os movimentos sociais na formulação da Constituição que seria promulgada em 1988. A Igreja do Rosolém, através dos seminaristas e do Padre responsável pela paróquia neste período,

organizaram debates (Salão da Constituinte) com importantes personalidades do meio político[169] .

Neste processo de envolvimento os movimentos sociais conseguiram eleger nas eleições de 1988 dois vereadores pelo PT: os militantes do Rosolém, Angelo Perugini e Jerônimo Francisco da Silva. Como vereadores, eles continuavam apoiando as lutas reivindicatórias da população e os movimentos por infra-estrutura urbana na região e na cidade como um todo.

Toda esta densa história de participação social no Rosolém germinou uma cultura política própria, através da qual a região ficou identificada. Os valores implícitos eram de uma relação comunitária de acolhimento de quem chega, com um sentimento de pertença entre seus membros, muito incentivada pela Igreja Católica. Outro valor foi o engajamento na luta coletiva que envolveu rapidamente os moradores. É importante lembrar também a ação e a prática participativa em Hortolândia das SABs, Clubes de mães e grupos de jovens não só da região do Rosolém, como do distrito, que tiveram visibilidade e importância, no movimento pró-emancipação de Hortolândia.

- **Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia**

1975/1978: as primeiras tentativas

A primeira tentativa de organização do movimento pró emancipação do distrito de Hortolândia foi liderada por uma comissão , em 1975, presidida por Hélio Pedro Pazinatto com o apoio e participação do presidente da Câmara de Sumaré Oswaldo Roncolatto, do vereador Nelson Alexandre, Milton e Alberto Breda, entre outros. Foi eleito coordenador desta comissão o

169 27 de julho de 1986. Livro Tombo. A Paróquia se prepara para fazer da Constituinte um momento histórico de conscientização do povo de Deus. Montou-se o Salão da Constituinte. 12 de outubro de 1986. Livro Tombo. Dentro do Programa do Salão da Constituinte houve a participação do candidato a deputado federal Plínio Arruda Sampaio, Valdemar Rossi, Greerralgh, Goldman, Suplicy, Hélio Bicudoe Djalma Bom.

Sr Carlos Filzek,e o deputado Gióia Junior foi escolhido patrono da causa na esfera federal. Este processo não prosseguiu em virtude da legislação da época, no tocante aos prazos vencidos para habilitação, na conformidade da Lei Complementar nº 28; ao fato de Hortolândia não alcançar os 5 milésimos da arrecadação estadual; e também por não ter obtido autorização prévia quanto à conveniência do Exmo Presidente da República.

Apesar da tentativa frustrada do movimento, diante das demandas da cidade, a discussão esteve sempre presente, como mostram os jornais de 1977 *(Folha de Sumaré. HORTOLÂNDIA- a mina abandonada. 12 de junho de 1977):*

> *O Vereador Matias Antonio de Souza denunciou, na última sessão da Câmara uma nova movimentação em torno da emancipação de Hortolândia, por moradores daquele distrito. Entende o vereador que não se pode criticar o povo de Hortolândia que busca com justiça a sua emancipação. Não haveria também, críticas a fazer contra o poder executivo municipal, se ele desenvolvesse, desde logo, um intenso trabalho em favor daquele distrito, levando-lhe melhoramentos e em conseqüência, arrefecendo o ânimo de que estão tomados os hortolandenses. Entre as medidas propostas pelo vereador estão: aproximação do distrito da sede com o de Hortolândia, através da criação de núcleos habitacionais a meio caminho de Hortolândia, mais propriamente a altura do horto florestal; a extensão da Av. Rebouças até aquele distrito, e o permanente contato com os munícipes de Hortolândia, visando maior união.*

Estas sugestões não foram implementadas e o desejo emancipacionista acabou por se estender a outros bairros em 1978, como mostra a notícia “Rosolém também pensa em separa-se de Sumaré” (Folha de Sumaré, 08 de janeiro de 1978):

> *Já ocorreu uma tentativa do bairro São Judas Tadeu e parte do Matão, de separar-se de Sumaré. Já houve um movimento visando a emancipação de Nova Veneza , está havendo um movimento no distrito de Hortolândia, pensando em tomar idêntica medida; agora, é a vez do populoso bairro do Rosolém, em pensar em separação de Sumaré. Sem dúvida alguma o bairro Rosolém é o que mais cresce atualmente no município. Está integrado ao Distrito de Hortolândia e abrange alguns importantes loteamentos, como o Jd Rosolém, Jd Nossa Senhora de Fátima, Jd Santa Isabel, Sumarezinho e outros. Apenas uma rua é asfaltada. As demais encontram-se em péssimo estado de conservação principalmente por causa das últimas chuvas. Como Hortolândia, água e esgoto são seus problemas angustiantes e crônicos. Agora, existem outros*

> *, que seus moradores consideram mais graves: um grande dormitório, uma população em pânico, transporte, posto de saúde municipal, entre outros.*

Toda esta insatisfação não desapareceu e, logo que as condições constitucionais permitiram, o desejo se transformou em um movimento pró-emancipação.

1989-1991

Na década de 1980 a população de Hortolândia se aproximava da casa dos 100 mil habitantes, enquanto o município inteiro de Sumaré tinha pouco mais de 220 mil. A situação era praticamente a de uma cidade dentro da outra, sendo Hortolândia responsável por 65% de toda arrecadação de impostos de Sumaré. Contudo, essa receita não retornava para o distrito na mesma proporção. Enquanto a prefeitura de Sumaré afirmava que investia em Hortolândia, um grupo de moradores liderado por Antonio Dias achava insuficiente tal investimento e queria "liberdade para crescer". [170] O grupo, então denominado Movimento Pró-emancipação de Hortolândia, tinha como ideário emancipatório a melhoria das condições de vida do distrito.

Antonio Dias[171] chegou ao Rosolém em 1984, para trabalhar em um negócio próprio de compra, venda, instalação e manutenção de telefones. Ele não participava da comunidade católica e nem fazia parte dos movimentos sociais apoiados pela Igreja, bem como das CEBs. Em 1988 se lançou candidato a vereador pelo PSDB, com a intenção de discutir com a população a proposta de emancipação do distrito de Hortolândia e fomentar o movimento.

---

170 Segundo Rodrigues (2004) a falta de integração do distrito de Hortolândia com a sede da cidade de Sumaré e o baixo investimento público, conseqüência da ausência de planejamento, determinaram uma série de problemas sociais e de infra-estrutura: o abastecimento de água era insuficiente; o sistema de saúde era precário; não havia asfalto nos bairros e o esgoto corria a céu aberto. No referente à segurança, a região era considerada uma das mais violentas do país, chegando a ser chamada, no meio policial, como a "Baixada Fluminense" de São Paulo, Uma alusão à região do Estado do Rio de Janeiro muito conhecida pelo alto grau de violência.

171 Luis Antonio da Silva era conhecido com Antonio Dias, apelido dado , segundo Duarte Jr. (1992), inspirado no personagem principal da novela "Escalada" , que ganhava simpatia popular devido à sua predisposição a inovações , sua vontade desbravadora e seu espírito de luta a enfrentar desafios.

Segundo De Nadai Filho (filho do prefeito e chefe de gabinete da Prefeitura de Sumaré), a sucessão municipal foi o gancho do movimento de emancipação. Em declaração feita em 1988, ele expressou ter: *"muita gente querendo ganhar dividendos políticos. Mas essa é uma plataforma equivocada porque Sumaré tem que crescer como um todo".*

O chefe de gabinete admitia que o distrito cresceu desordenadamente visto que houve uma rápida ocupação dos lotes por trabalhadores vindos de toda a região. O crescimento, no entanto, foi graças à Prefeitura de Sumaré, que conseguiu estimular várias indústrias a se instalarem naquele local. "Portanto, não é justo que agora, só porque o distrito arrecada um expressivo ICM, ele consiga emancipação, prejudicando o restante de Sumaré" (Jornal de Sumaré, 08 de abril de 1988).

Para Dias, o movimento pela emancipação de Hortolândia não tinha se concretizado ainda pela falta de informação da maioria da população, uma vez que Hortolândia possuía todas as condições de se tornar um município. Isto incluía um número mínimo de população e arrecadação, e a vontade do povo expressa através de um plebiscito. O plano inicial de Antonio Dias era agregar o maior número de moradores do distrito, em torno da idéia da emancipação:

> *(...).a partir daí vamos ver o que o povo quer. Até lá se a Constituinte mantiver a emenda dos deputados Ibsen Pinheiro e Gerson Camata , que foi aprovada, a emancipação poderá ser viabilizada , já que de acordo com o dispositivo , obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e mediante a realização de plebiscito, as populações diretamente interessadas podem decidir sobre os desmembramento de municípios.* (Antonio Dias em Jornal de Sumaré, 08 de abril de 1988).

Apesar do fracasso eleitoral de Dias em 1988[172], o assunto começou a ganhar força no distrito, impulsionado também pelo momento histórico da nova Constituição: "E se Hortolândia fosse uma cidade que linda cidade

172 Segundo Rodrigues (2004) o aspirante a vereador obteve apenas 28 votos.

Hortolândia seria!" (frase repetida por Dias durante a campanha. Jornal de Sumaré, 10 de abril de 1988)

Com a eleição do novo prefeito de Sumaré, Paulino Carrara (PTB), passava-se também a idéia de que o descaso com o distrito se manteria, e Sumaré continuaria se aproveitando da alta arrecadação que Hortolândia proporcionava.

A oposição à idéia de emancipação só se dava na sede do município, sendo isto favorável à mobilização e adesão popular no distrito. Após as eleições municipais, então, em 1989, foi criada uma comissão executiva[173] do Movimento Pró-Emancipação, presidida por Antonio Dias.

A primeira ação da comissão foi a mobilização da população através de um abaixo assinado com mais de 15 mil assinaturas que, juntamente com um ofício, pedia a abertura do processo de emancipação à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O pedido foi encaminhado no dia 26 de abril de 1989 à Assembléia, por intermédio do deputado Vanderlei Macris (PSDB).[174] A partir daí, foi solicitado ao Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IAG) um estudo para verificação se o distrito atendia às exigências constitucionais para ser emancipado. O IAG era o órgão responsável por realizar os estudos nos distritos que solicitavam a emancipação. A partir do relatório confirmando que Hortolândia possuía as condições necessárias, uma comissão da Assembléia Legislativa realizou uma visita a Hortolândia. Esta visita foi amplamente divulgada e acompanhada pelos moradores.

173 A comissão executiva do movimento pró-emancipação foi formada por: Berto Bosco (coordenação de comissões) , Isildinha Carbonero Ladeira, Onivaldo Gratão, Newton Valentin, Dna Leonice, Ana Aranha, Dona Ivani, Lucia Helena Berni, Antonio Carbonero, Romildo Pardini, Antonio Meira, Carlos Custódio de Oliveira, Guido Claudino Succi. (Jornal de Sumaré, 16/05/1989). Segundo o Jornal de Sumaré de 25/05/89 , "(...) coincidentemente, a maioria das pessoas que fazem parte da comissão Pró-Emancipação de Hortolândia, que até agora, cuidava dos trabalhos de emancipação do distrito, assim como o Deputado Estadual Macris, pertencem ao PSDB".

174 O Diário Oficial do Estado publicou no dia 28 de abril de 1989 o encaminhamento do processo de emancipação de Hortolândia pelo presidente da Assembléia Legislativa à Comissão de Assuntos Para o Interior daquela casa de leis, depois que o deputado Vanderlei Macris (PSDB) se encarregou de sua apresentação. (Jornal de Sumaré, 09 de julho de 1989)

Os deputados Vanderlei Macris (PSDB) e Alcides Bianch (PT), estiveram também reunidos com o líder do movimento, Antonio Dias, com a comissão pró-emancipação, com as SABs, com o clube de mães, com entidades religiosas e com o sub-Prefeito e vereadores de Sumaré para conhecimento da situação do distrito, seus problemas e reivindicações. Os deputados afirmaram que a criação do município de Hortolândia era tida como certa.

Apesar de toda a mobilização inicial, o primeiro ato público programado pela comissão pró-emancipação na praça "Neusa Maria Marchetti Francisco" na região central do distrito, em frente à Cerâmica, no sábado 12/08/89, fracassou. O deputado Macris esteve presente e, para Antonio Dias, nesta ocasião, "o número reduzido de participantes não quer dizer nada. O movimento continua firme, não vamos nos dispersar. Estamos lutando para buscar a emancipação" (A Gazeta de Hortolândia, 13 de agosto de 1989).

Antonio Dias, segundo os jornais, era acusado de manter o grupo pró-emancipação fechado à participação de outros grupos. Dias procurava contestar estas afirmações, que considerava vindas de pessoas tentando destruir a estrutura já montada, e afirmava não existir nenhum interesse político no trabalho que visava transformar Hortolândia em um município, explicando que o grupo não estava fechadomas sim sozinho. Segundo o próprio presidente: *"o grupo está aberto à população mas somente o PMDB, até agora, indicou oficialmente um representante para trabalhar junto com a equipe".* (A Gazeta de Hortolândia, 27 de agosto de 1989)

O movimento pela emancipação de Hortolândia estendeu-se por toda a cidade. Além de contar com um vasto apoio popular, que envolvia igrejas, associações de moradores e outras instituições, obteve também o apoio de políticos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, principalmente, como já mencionado, o deputado Vanderlei Macris, líder do PSDB. A única oposição era da parte do prefeito de Sumaré, pois a cidade perderia a arrecadação e ficaria dividida.

O então prefeito de Sumaré Paulino Carrara (PTB- 1989-1992), pretendendo desmobilizar o Movimento Pró-Emancipação, propôs a construção de um novo centro político-administrativo entre Hortolândia e Nova Veneza. Em entrevista, o prefeito Carrara explicava a sua posição:

> *Nós temos um centro chamado centro, que é na verdade uma berada de município. A sede do município está a 1 quilômetro de Nova Odessa e a 20 kilometros do Rosolém e do Matão. Já há muitos anos eu venho falando que é preciso corrigir as distorções da malha urbana para se criar um município verdadeiro em Sumaré. .Eu venho defendendo que o Centro geográfico da malha urbana de Sumaré, que é todo o município, fica mais ou menos na região do Parque do Horto. E a idéia é deslocar o Centro administrativo, político e até comercial no futuro para tornar uma região central do município o pólo de atração de todo município. De modo que as pessoas se sintam dentro de um só município. Hoje quem está no Rosolém diz: vou lá a Sumaré. Quem está no Matão diz: vou lá a Sumaré.* (Gazeta de Hortolândia, 01 de outubro de 1989, p. 49)

É importante registrar que apesar da posição do Prefeito, a Câmara de Vereadores de Sumaré enviou uma moção de apoio e solidariedade, aprovada por unanimidade, à comissão executiva do Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia. Um grupo de vereadores também encaminhou um ofício ao deputado Macris se colocando à disposição para ajudar no processo de decisão da Assembléia Legislativa.

Depois dos relatórios técnicos encaminhados e elaborados pela Assembléia Legislativa e pelo IAG, a questão da emancipação político-administrativa do distrito de Hortolândia, atingiu a sua fase mais aguda, ao sair dos setores burocráticos para as esferas políticas, onde a tramitação foi muito mais demorada e demandando muito trabalho interno e externo. Foram realizadas nesse período reuniões com todos os segmentos da sociedade do distrito e seguidas viagens a São Paulo, sob a direção de Antonio Dias. Estas viagens tinham o objetivo de conhecimento do ambiente do Legislativo com respeito à emancipação e de manutenção de contatos com parlamentares que compunham a comissão para assuntos do interior.

Como parte da estratégia de mobilização da população, no domingo 28 de setembro de 1989, a comissão pró-emancipação realizou um

show na Praça São Francisco de Assis, área central de Hortolândia. Compareceram cerca de 3000 pessoas em um clima favorável à emancipação, como muitos cartazes e faixas de apoio ao movimento (foto do evento, em notícia de jornal, em anexo).

Uma caravana organizada pelo movimento pró-emancipação com 190 pessoas, em 05 de outubro de 1989, acompanhou a votação do parecer do deputado Sebastião Bognar, que era favorável à emancipação do distrito de Hortolândia, na Assembléia Legislativa. A comissão de assuntos municipais da Assembléia, formada por sete deputados, aprovou em reunião extraordinária o parecer do relator do processo de emancipação. Com isso, o presidente da Assembléia encaminhou um requerimento ao Tribunal Regional Eleitoral, TER, solicitando a data do plebiscito onde a população de Hortolândia deveria votar o assunto (Correio Popular, 05 de outubro de 1989).

Em 1990, ao longo da campanha, Antonio Dias tentou também participar dos movimentos de moradores do Fátima na região do Rosolém. As conquistas e a repercussão das ações coletivas, na região, com intensa participação social, alcançavam toda a cidade. Era importante para Antonio Dias, também morador do Fátima, mas sem história de participação nos movimentos sociais, ocupar mais esse espaço. Por conta disso, ele decidiu concorrer à diretoria da associação de moradores do Fátima, como relata o Jornal do Conselho Regional das Sociedades Amigos dos Bairros de Hortolândia (CONSERLÂNDIA), em Maio de 1990:

> *O Conselho e as Sabs,tem participado ativamente do processo emancipatório, junto a comissão, e agora depois que o líder do movimento Antonio Dias, começa a desenvolver um trabalho de ação comunitária na reestruturação da Sociedade do Jd Nossa Senhora de Fátima, bairro onde mora e tem auxiliado o conselho nos desenvolvimentos de suas atividades.*

As eleições para a diretoria da Sociedade Amigos de Bairro do Fátima foi disputada por um grupo (chapa integração) formado pelos

membros da comissão de esgoto e asfalto[175], da comunidade católica do Rosolém, e outro liderado por Antonio Dias, com o apoio então da CONSERLÂNDIA. Os dois grupos tinham projetos bem distintos. De um lado, com a influência da teologia da libertação, o grupo (chapa integração) formado por militantes dos movimentos sociais do Rosolém, expressava a compreensão da sociedade em classes sociais, percebendo a luta nos bairros como um momento no processo mais amplo de conquistas, de libertação do jugo da pobreza e da exploração capitalista. De outro lado, o grupo de Dias tinha como projeto ser um canal do governo municipal nos bairros. Sua luta reivindicatória visava preponderantemente o atendimento das necessidades dos grupos dos bairros envolvidos e do próprio Conselho.

No dia 24 de junho de 1990, ocorre a eleição da SAB do Fátima sendo vitorioso o grupo da Igreja. Com a derrota, Antonio Dias e seu grupo criam um centro Social e Esportivo, o CESE Vida Nova, localizado na região do Rosolém, que tinha o objetivo de organizar eventos e realizar reuniões que buscavam a melhoria das condições de vida do bairro. Nas palavras do presidente Antonio Dias:

175 Resumo das ações do movimento por Esgoto e Asfalto na região do Rosolém: Abril/ 1989 : 1) Reuniões em todas as ruas do bairro, para que opinassem, o que era mais urgente para região:Foram aprovadas duas prioridades ESGOTO E ASFALTO. 2)Foi elaborado um abaixo-assinado com 1500 assinaturas 3) Reunião no gabinete do Prefeito que respondeu que o esgoto era inviável(muito caro) e que o asfalto poderia ser feito em uma semana. JULHO/89: Assembléias com o povo nos bairro que manteve a prioriadde do esgoto JULHO/89 reunião com o DAE no EPG Armelinda. Sob pressão, a rede de esgoto foi conquistada. SETEMBRO/89 a EMDESA prometeu o asfalto. JUNHO/90. 100 pessoas foram a Prefeitura para reivindicar asfalto que estava sendo oferecido pelo Gov. Do Estado. (Informações colhidas no folheto distribuído à população pela comissão esgoto e asfalto, contando sua história.)
24 de setembro de 1989. Gazeta de Hortolândia. “Começa a adesão à rede de esgoto. Uma semana bastante movimentada para a Comissão de Esgoto e Asfalto do Jd Nossa Senhora de Fátima que começou sexta-feira , 22 a coletar adesões para implantação da rede de esgoto no bairro. Os moradores conseguiram o esgoto de dois de quatro desgastantes reuniões com os diretores do DAE. Nas reuniões, além do vereador Angelo Perugini estavam cinco representantes da Comissão- formada por 40 pessoas- que lutam por melhorias na região.20 de maio de 1990. Jornal de Sumaré. Asfalto: Moradores contratarão empresas. Cansados de esperar que a Empresa de desenvolvimento de Sumaré S/A (Emdesa) se resolva a promover o recebimento de adesões para um plano comunitário de asfalto, pleiteado junto à Prefeitura desde dezembro do ano passado (1989). A Comissão de Esgoto e Asfalto do Jd N. Sra de Fátima, vem adotar uma providência inédita no município, muito embora já adotada em outras cidades da região: a contratação direta de empresas particulares para as obras de pavimentação. Para isso tem marcada uma reunião na próxima quarta-feira com a presença de representantes de quatro empresas especializadas, além da própria Emdesa que aprovou e autorizou a referida comissão a levar avante o seu plano. 21/01/91.Folha de São Paulo. Moradores da região do Jd Nossa Senhora de Fátima, realizaram ontem, uma manifestação de protesto contra falta de infra-estrutura no local. Contou com a presença de moradores e vereadores de Hortolândia e Campinas e Presidentes de Associações de Moradores. A principal reivindicação é asfaltamento da região, além de: ligação da rede de esgotos, a falta de água e de policiamento. Esta foi a quinta manifestação de rua. A discussão já dura 02 anos.A Prefeitura instalou a rede de esgotos mas não fez as ligações até as residências.

> *"Queremos dar ao CESE a verdadeira identidade de uma associação de moradores, que as reivindicações não fiquem apenas em propostas . Queremos realizar o máximo possível porque entendemos que a população deve decidir sem influência partidária . A política comunitária não pode e não deve ter influências e nem discriminações como o que vem acontecendo com certos políticos radicais", fazendo referência a atuação das CEBs e do PT no Rosolém.* (Gazeta de Hortolândia 12 de agosto de 1990)

O movimento para emancipação do distrito de Hortolândia conseguiu unificar esses grupos. Enquanto o grupo do Dias tinha conexões claras com deputados federias e estaduais, o grupo do PT, ligado aos movimentos sociais, se mantinha na linha da década de 1970, na luta reivindicatória dos movimentos sociais.

É importante destacar que, somente em abril de 1990, o PT decidiu entrar diretamente nos trabalhos e na luta do Movimento Pró- Emancipação de Hortolândia. Os petistas residentes no distrito de Hortolândia tomaram três decisões importantes para a fase que antecede o plebiscito: entrou de forma mais organizada na luta pela emancipação; criou uma comissão-embrião da direção do partido no distrito; e, juntamente com o movimento pró-emancipação, promoveu manifestações populares em todos os bairros do Distrito. Todavia, apesar da concordância em torno da questão da emancipação de Hortolândia, os conflitos[176] entre os diferentes grupos políticos permaneciam.

O processo de emancipação durou cerca de três anos, devido às regras previstas em lei pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Depois de dezesseis meses de aprovação do parecer pela Assembléia

176 23 de dezembro de 1990, Jornal de Sumaré, entrevista com Angelo Perugini, vereador do PT e militante dos movimentos sociais no Rosolém: Pergunta do jornal: "Como se deu a sua decisiva participação , no último momento do processo de emancipação de Hortolândia?" Perugini: "Após fazermos duas assembléias com participação de deputados, formamos comissões de trabalho, e nestas idas e vindas a São Paulo, conseguimos desengavetar nosso processo . Foram reuniões na Assembléia Legislativa, no IGC e visita de técnicos aqui em Hortolândia especialmente no Jardim Amanda, que por ser um bairro que tem a metade em Sumaré, estava sendo alegado a quebra da unidade histórica e cultural. Conseguimos convencer os técnicos que isso era contornável. Fizemos também gestão junto ao gabinete do deputado Sebastião Bognar que deu parecer contrário a emancipação, que mudou o parecer para ajudar o nosso distrito. A emancipação de Hortolândia é uma luta antiga do Distrito e de um grupo tão grande de pessoas que quem se quiser passar como "dono da emancipação" não age com sinceridade. Penso que a partezinha que me coube fazer eu a fiz. Você bem se lembra o projeto do Sr Prefeito de alteração do perímetro urbano, que mudava o centro do município para junto de Hortolândia, e como isto impediria a emancipação. Foi a bancada do PT, liderado por mim, que impetrou um mandato de segurança, que impediu que o processo prosseguisse o que poria todo o processo de emancipação a perder".

Legislativa, o TER definiu a data do plebiscito que aconteceu no dia 19 de maio de 1991. Dos 32745 eleitores aptos a votar, 19592 compareceram às urnas. Desses, 19081 foram favoráveis à emancipação, enquanto que apenas 255 votaram pelo não, restando 246 votos brancos e nulos. Após o plebiscito, a emancipação de Hortolândia foi aprovada pela Assembléia Legislativa, e em 30 de dezembro de 1991, sancionada pelo Governador Luis Antonio Fleury (Lei 1049).

O resultado do plebiscito revelou que o movimento pró-emancipação envolveu, e teve o apoio, de um grupo representativo da população da cidade. Contudo, levando-se em consideração os primeiros grupos emancipacionistas, reconhece-se que a conquista da emancipação política-administrativa de Hortolândia foi fruto de um processo participativo que envolveu muitos sujeitos políticos ao longo de, pelo menos, 15 anos.

Segundo Duarte Jr. (1992) os grupos decisivos no sucesso do movimento de emancipação em 1991, foram o grupo de Jovens de Hortolândia e as SABs. Esta participação também foi relatada por Dias (Jornal A Gazeta de Hortolândia, 08 de abril de 1990), em carta à população quando o movimento completava dois anos de luta:

> *(...) mas para que tudo isso se tornasse possível, foi preciso contar, com vários segmentos organizados da sociedade Hortolandense, como as Sociedades Amigos de Bairro, Clubes de mães e os Grupos de Jovens*[177] *sem os quais seria impossível ou, sem dúvida, muito mais trabalhoso.*

177 "Juventude de Hortolândia faz passeata: emancipação e paz." No dia 20 de janeiro de 1991 a juventude Hortolandense demonstrou, novamente, a sua força , numa participação com representantes de 11 grupos de jovens de Hortolândia (JCM- Matriz, JUNC- Parque dos Pinheiros, JALES- Parque dos Pinheiros , Esperança – Sta Calara I, JUCC- Carmem Cristina, Natureza Viva- Matriz, JUPV- Matriz, JUTA- Santa Rita de Cássia, JUNTEC- Parque São Jorge, Renascer – Campos Verdes e Grupo da Granja ITO). "Na assembléia de esclarecimento sobre a emancipação do distrito de Hortolândia cerca de 200 jovens acompanharam com atenção e entusiasmo as colocações do líder da Comissão Pró-Emancipação , Antonio Dias- manifestando a sua vontade de ver Hortolândia emancipada; estamos mais do que nunca confiantes na nossa liberdade político-administrativa". (Carlos Alberto da Silva, pelacoordenação paroquial da juventude de Hortolândia. "A voz da Juventude: Juntos somos fortes", A Gazeta de Hortolândia, 27 de janeiro de 1991).

Em 1990, segundo entrevista concedida por Paulo Pereira Presidente do Conselho das Sociedades de Bairros de Hortolândia, a cidade possuía 28 SABs, sendo que uma entidade podia abranger até três bairros:

> *As SABs têm o poder representativo do bairro. A Sociedade mantém uma relação amigável com a Prefeitura, e isso favorece os entendimentos. O Conselho trabalhou na conscientização dos bairros do processo de emancipação, entendendo que as coisas não mudarão de uma hora para outra. Mas, um município menor tem mais chance de ser administrado*. (Jornal A Gazeta de Hortolândia, 26 de agosto de 1990)

Esta fala confirma a descrição interpretativa do associativismo comunitário obtida quando analisou-se a matriz de periodização. Ou seja, a aproximação das SABs com a Prefeitura e a abrangência de sua ação na cidade. É importante ressaltar que a sociedade civil em Hortolândia, tal como em qualquer outra cidade, é heterogênea, com diferentes sujeitos, com projetos políticos em disputa entre si e na sua relação com o governo municipal. Este é o retrato da participação social nos lugares de Hortolândia em eu processo de luta emancipatória, no contexto da construção de uma sociedade democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO TERRITORIAL: UM ENCONTRO ENTRE A GEOGRAFIA E O SERVIÇO SOCIAL

O objeto deste estudo contemplou a participação social no processo de emancipação política de Hortolândia, no período de 1953 a 1991, na interface entre a geografia e a construção histórica do Serviço Social.

A compreensão deste processo de participação social ocorreu a partir da proposta de Milton Santos de considerar o território usado como categoria de análise da geografia, e por meio da elaboração e interpretação de uma matriz de periodização da formação territorial de Hortolândia.

A primeira contribuição deste trabalho para o estudo da formação territorial foi a incorporação da abordagem teórico-metodológica da geografia ao Serviço Social, pelo entendimento de que, na perspectiva dialética, o espaço geográfico, sinônimo de território usado, é fundamental à compreensão da realidade social. A perspectiva de totalidade da abordagem, a partir do território usado, contribui com o Serviço Social na construção de uma prática interventiva, assim como com as políticas sociais, na visão não fragmentada da realidade social, em especial das cidades.

Do ponto de vista do Serviço Social, a contribuição para este estudo ocorreu na inclusão da categoria participação social, como objeto de pesquisa, na elaboração e interpretação da matriz de periodização, através das práticas associativistas e dos movimentos sociais, o que enriqueceu a compreensão da formação territorial de Hortolândia. O que se percebeu é que, com o conhecimento da participação social como componente intrínseco da ação política nos lugares, o Serviço Social contribuiu com a perspectiva teórica e de método da geografia. Com isso, há também a possibilidade para o Serviço Social de construir conhecimentos situacionais e práticas interventivas, na direção do projeto ético-político da profissão.

O Serviço Social baseia a sua intervenção inicialmente no conhecimento da realidade social através de métodos e teorias científicas,

para então elaborar um conhecimento denominado situacional e intervir crítica e efetivamente nos processos. Este conhecimento que advém da prática não deve ser encarado de forma subalterna à atividade científica, mas como complementar a esta, sendo igualmente importante (MONTAÑO, 2000).

Este estudo também contribuiu com a cidade de Hortolândia através de uma aproximação à compreensão do processo de emancipação política. Percebeu-se que o levantamento de dados e a recuperação histórica, assim como a compreensão da participação social na descrição interpretativa da matriz de periodização e sua relação com os outros aspectos da formação territorial, ofereceram elementos importantes para um processo de formação cidadã crítica e para o fortalecimento dos movimentos sociais e grupos associativistas.

A realização da matriz de periodização da formação territorial de Hortolândia, ainda incompleta, permitiu iniciar uma reflexão sobre as ações desenvolvidas pelos sujeitos, tanto da sociedade civil como do Estado, nos lugares de Sumaré e Hortolândia, na relação com os objetos e eventos nas escalas estadual, nacional e mundial. Ofereceu com isso conhecimentos e possibilidades na identificação de aspectos ou ações que podem ser reforçados, corrigidos ou eliminados pelos grupos da sociedade civil e pela gestão municipal.

A compreensão da participação social como processo implica algumas respostas e novas perguntas no constante desvelar da realidade social. Através da descrição interpretativa da matriz de periodização, portanto, chegou-se a alguns achados para o momento.

O primeiro deles é que o processo de participação social em Sumaré e Hortolândia foi conseqüência das necessidades percebidas por grupos nos lugares, relacionados também com a opção do modelo de

desenvolvimento econômico adotado, com uma intensa e extensa política de incentivos às industrias a partir da década de 1950.

Outro aspecto associado à política de interiorização da indústria no Estado de São Paulo e de extensão dos pólos tecnológicos de São Paulo e Campinas foi a construção de uma malha rodoviária para escoamento da produção das indústrias da região. Esta foi projetada, prioritariamente, para atender às indústrias, trazendo conseqüências aos moradores da cidade que precisavam da rodovia para se deslocar e acessar outros bairros de Sumaré/Hortolândia e cidades da região através de ônibus, bicicletas, ou mesmo caminhando.

É importante lembrar que estas rodovias fragmentaram a cidade em núcleos de população e os transportes coletivos que integravam esses núcleos eram intermunicipais. Ou seja, os ônibus ligavam as cidades de Campinas, Sumaré, Hortolândia , Nova Odessa e Americana, passando pelos bairros e distritos das cidades.

Diante desta realidade, foram inúmeras as ações de protesto e reivindicações devido ao custo e à quantidade/qualidade do transporte público, à falta de manutenção das rodovias e à ausência de passarelas ou redutores de velocidade. Eram freqüentes os acidentes com mortes por atropelamento de pedestres, principalmente na rodovia estadual SP-101 Jornalista Francisco Aguiar Proença, que liga Campinas a Monte-Mor.

Pode-se verificar que os incentivos às indústrias envolviam não só a isenção fiscal e a doação de áreas para construção, mas também a infra-estrutura urbana, principalmente o fornecimento de água. Apesar disso, a população da cidade não tinha acesso à água em quantidade suficiente, entre outras ausências, sendo comuns as ações de protesto contra a falta de pavimentação e esgoto.

Em um curto espaço de tempo, a cidade recebeu atividades industriais especializadas, cujo desenvolvimento estava mais voltado à natureza do

funcionamento do mundo globalizado do que às particularidades do processo de urbanização da região. Ao mesmo tempo em que recebia essas indústrias, o que gerou uma demanda de trabalhadores treinados, a cidade passou a abrigar também uma população pobre e desqualificada, que migrou para lá, mas não participou dessa lógica capitalista

A industrialização acelerou o processo de urbanização, proporcionando o ingresso da cidade de Campinas, e posteriormente de Sumaré, numa sociedade urbano-industrial com expressivo crescimento populacional e especulação imobiliária, provocando demandas na área habitacional, entre outras. Com isso, a expansão da cidade passou a ser dirigida, principalmente, pelos interesses das indústrias em nome da ideologia do desenvolvimento econômico. Nesse período, não só na cidade de Sumaré, mas no país como um todo, o argumento da necessidade do desenvolvimento econômico foi usado como justificativa aos incentivos para a atração de empresas e para a guerra fiscal entre os municípios. Esta realidade revelou um processo de ideologização na psicoesfera, com a ausência de explicitação dos outros interesses não endógenos, que impediram o maior desenvolvimento social da cidade.

Neste sentido, as interpretações deste estudo seguiram a direção crítica formulada por Celso Furtado (1983) sobre esta ênfase do desenvolvimento econômico do Brasil, tomando-se o contexto da formação territorial de Hortolândia como uma amostra desta realidade. Isto significa que precisava ser construída uma nova conceituação de desenvolvimento e de planejamento, levando-se em conta a relação dialética do lugar com o mundo onde as cidades são mais do que mercadorias a serem vendidas, como também expressou Veiner (2000). O desenvolvimento social, portanto, é aquele que vai muito além do econômico e atinge os cidadãos na sua integralidade e em suas necessidades fundamentais à sobrevivência e à vida em sociedade. O desenvolvimento, como se vê, requer a elevação do nível de vida da massa da população, provocando uma política de desconcentração de renda e não de manutenção e/ou aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Nesta mesma direção interpretativa, percebeu-se também a pertinência da concepção de Milton Santos ao analisar o fenômeno da urbanização brasileira e da realidade de cidades como Hortolândia, na região metropolitana de Campinas, no período técnico- científico-informacional. Ela foi, prioritariamente, o resultado de uma solidariedade organizacional verticalizadora, que atendeu a interesses externos e implicou a alienação dos seus lugares, sendo esta uma das causas da pobreza refletida nas desigualdades socioespaciais.

Nessa perspectiva teórico/metodológica, a pergunta fundamental que se procurou responder atendendo-se aos objetivos deste estudo foi se o processo de participação social da sociedade civil, como manifestação de uma solidariedade orgânica nos lugares da cidade, espaço banal, contribuiu para o processo de emancipação política de Hortolândia no período de 1953-1991.

Apesar da solidariedade organizacional, ficou evidente que os grupos nos lugares da cidade se uniram horizontalmente em busca do atendimento das necessidades sociais como um início de resistência aos processos de alienação, que contribuiu com o processo de emancipação política de Hortolândia

No período de 1953 a 1974, devido à urbanização acelerada da cidade de Sumaré e seus problemas com a falta de infra-estrutura, a ênfase da participação social recaiu sobre o associativismo filantrópico através de entidades sociais, e numa perspectiva comunitária com os grupos de ajuda mútua nos bairros. A partir de meados da década de 1970, e principalmente nos anos 1980, como reflexo também da conjuntura nacional, a participação social revelou um cunho político centrado nas demandas do trabalho, expressos na construção de projetos que ultrapassaram os interesses apenas de indivíduos ou grupos. A participação social principalmente filantrópica e por influência da Igreja progressista fundamentada na Teologia

da Libertação, passou a ser fomentadora de ações políticas de transformação da sociedade.

Constatou-se a importância do Rosolém como uma região diferenciada, por conta de sua história de lutas sociais e como espaço do acontecer solidário, mediante a ação política de grupos de protesto, do movimento dos sem terra e dos sem casa, até chegar ao movimento pró-emancipação. Na verdade, o Rosolém construiu ao longo de quinze anos uma cultura participativa que deu origem à emancipação do distrito de Hortolândia, assim como aos principais partidos políticos da futura cidade e à formação das lideranças da administração municipal a partir de 1991. Pode-se assinalar, desse modo, o importante papel da Igreja Católica através da atuação das CEBs e dos seminaristas e padres orientados pela Teologia da Libertação.

Outro importante sujeito no período analisado foram as Sociedades Amigos de Bairros –SABs, presentes nos lugares de Hortolândia, revelados na matriz, através das leis autorizando inúmeras concessões, auxílios financeiros e doações de áreas. Estas associações de moradores realizaram práticas e ações políticas numa estreita proximidade com a administração municipal, relacionando interesses públicos e privados.

Verificou-se também que a ação política dos movimentos sociais teve repercussões significativas em nível local e em outras escalas. A descrição interpretativa da matriz permitiu identificar uma ação de conquista do movimento dos sem casa, após uma ocupação de terras no Jardim Bandeirantes. Foi autorizada por lei (Lei1985/88), pelo Legislativo e Executivo, a concessão para o uso dessas terras pelo referido movimento. Destacou-se também a vinculação deste movimento com o movimento de moradia estadual e nacional, fortalecendo o projeto político de luta por habitação.

Cabe ainda ressaltar que o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Estado de São Paulo teve sua origem na região do Rosolém, em Hortolândia, com as primeiras ocupações de terra e posteriores

assentamentos. O movimento, ao se organizar, criou o escritório estadual que congregou as primeiras lideranças para assessoria e formação da militância e grupos para ocupação de terras. Dentre essas lideranças destacou-se a de Angelo Perugini, que muito contribuiu na elaboração da Constituição do Sindicato Rural do Partido dos Trabalhadores e na vida política de Sumaré e Hortolândia, tendo, inclusive, sido eleito Prefeito da cidade de Hortolândia em 2004.

O movimento pró-emancipação do distrito de Hortolândia conseguiu associar diferentes sujeitos, com projetos políticos distintos, em torno da conquista da independência de Sumaré e, com isso, em torno também da melhoria das condições de vida.

A comissão presidida por Antonio Dias, entretanto, teve um efetivo e majoritário apoio dos grupos de jovens e das SABs, na mobilização da cidade para as ações junto à Assembléia Legislativa e preparação para o plebiscito.

Constatou-se, de um lado, que a emancipação de Hortolândia foi uma conquista de interesses da população local, tendo em vista os problemas de infra-estrutura urbana causados, principalmente, pela ausência de um Estado atuante e atuante em Sumaré, através de um processo de gestão e planejamento que priorizasse as necessidades e a participação da população nos lugares do território. Por outro lado, pode-se inferir que a emancipação de Hortolândia, assim como de outros municípios, atendeu a interesses econômicos privados de políticos e de empreiteiras que visavam a obtenção de lucros.

Essas colocações, entretanto, são, no momento, apenas inferências e fazem parte das questões em aberto para novas pesquisas, tal como o aprofundamento nas investigações e análises dos diferentes projetos políticos em disputa nos lugares do território e sua relação com outras escalas. Entre essas, está a relação com o Governo do Estado de São Paulo, no tocante a ações como a concessão para o fornecimento e abastecimento

de água e esgoto pela SABESP e, principalmente, a instalação do complexo penitenciário em Hortolândia e suas conseqüências.

Outra proposição de pesquisa possível é a continuidade da descrição interpretativa da matriz de periodização de Hortolândia no período pós-emancipação, 1992 a 2006, cujos dados já foram levantados e categorizados, procurando responder entre outras questões como o processo de participação social no território usado vem se configurando no novo município. Outra questão seria quais os avanços e limites trazidos com o processo de consolidação da emancipação política de Hortolândia, no tocante às expectativas e ideário expressos no movimento pró-emancipação.

Dentro ainda da proposição de pesquisa é importante registrar a intenção de se organizar uma hemeroteca com o material coletado na pesquisa empírica assim como contribuir com a proposição e implementação na formação de um centro de memória e pesquisa de Hortolândia na perspectiva do território usado.É também intenção da pesquisadora realizar a devolução da pesquisa , aos diferentes sujeitos tanto da sociedade civil como do governo municipal de Hortolândia.

A matriz de periodização, no sentido geral, é mais um aspecto que demanda aprofundamento e sistematização teórica . Este é um instrumento que, na perspectiva do território usado, possibilita a abordagem de diferentes objetivos de pesquisa.

Ao final deste estudo, percebe-se que o desafio diante do processo de conhecimento em Hortolândia foi apenas iniciado. No entanto, já representa um referencial para outras cidades, neste promissor encontro entre a geografia e o Serviço Social a partir da participação social no território usado.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez/Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. A regionalização no período técnico-científico-informacional: a Região Metropolitana de Campinas. In: SOUZA, Maria Adélia de (org). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

ALONSO, Jorge. La sociedad civil en óptica gramsciana. In: **Sociedad Civil**, v. 1. n.1.

ALVAREZ, Sonia E, DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1977.

_____. **Participação social**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. p. 123.

ANDER EGG, Ezequiel. **Del ajuste a la transformacion**: Apuntes para una historia
del trabajo social. Buenos Aires: Editorial-Librería, Ecro, 1975.

_____. **Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad**. 6. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1976.

ARCOVERDE, Ana C. B. **O coletivo ilusório**: uma reflexão sobre o conceito de comunidade. Recife: Universitária/UFPE, 1985.

BADARÓ, Ricardo de S. C. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Área de publicações CMU/ UNICAMP, 1996.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Área de publicações CMU/ UNICAMP, 1996.

BALBIN, Renato. **Práticas e informatização do espaço da circulação**: mobilidade cotidiana em São Paulo. 2003. Dissertação (Doutorado em

Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, SP.

BORGIANNI, Elisabete, MONTÃNO, Carlos. (org.) **Metodologia y servicio social hoy en debate**. Biblioteca Latino-Americana de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. (orgs.) **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez/ Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CANO, Wilson, BRANDÃO, Carlos A. (coords.) **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CARDOSO, Isabel C. da Costa. Cartografias de um debate teórico: o "espaço" e o "tempo" na dinâmica urbana do trabalho e da cidade. In: FRANCISCO, Elaine Marlova, ALMEIDA, Carla C. Lima (orgs.). **Trabalho, território e cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

CARREIRA, Maria Olinda C. S. **Ferraz de Vasconcelos, Município da Grande São Paulo**: o desafio da descentralização das políticas públicas e o associativismo local. 2005. Dissertação (Doutorado em Serviço Social)- PUC/SP.

CARVALHO, M. C. Albuquerque. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

CASTRO, M. Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CATAIA, M. A. **Território nacional e fronteiras internas**: a fragmentação do território brasileiro. 2001. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CHAUÍ, Marilena Sousa. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970/80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

_____. (org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (ed.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalizacion**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra/Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Estado Federal**. São Paulo: Ática, 1986.

DEBATES SOCIAIS. n. 4, 1967, Rio de Janeiro. **Documento de Araxá**. Rio de Janeiro: CBCISS.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DUARTE JR. Leovigildo. **Hortolândia Município: subsídios para a História**. Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Hortolândia, 1992.

DURKHEIM, Emile. **As regras do pensamento sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes,1999.

FEATHERSTONE, Mike (coord.). **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FONSECA, Rinaldo B., DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovena M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (org.). **Era da Esperança**: teoria e política do pensamento de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GÓMEZ, José Maria. Globalização e política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes/Buenos Aires: CLASCO, 2000. p. 128-179.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 a.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 b.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Por que é tão difícil participar?** O exercício da participação no campo educacional. São Paulo: Paulus, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 14. ed. São Paulo: Cortez/ CELATS, 2001b

IANNI, Octávio. **Uma cidade antiga**. Campinas: área de Publicações CMU/ Unicamp, 1996.

KARSCH, Ursula M. Simon. Burocracia e participação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 9, ago. 1982.

KISNERMAN, Natálio. **Prática social en el médio rural**. Buenos Aires: Humanitas, 1975.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, n. 72, dez. 2001.

_____. **Medidas de cidades**: entre territórios de vidas e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce, KAZUO, Nakano. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, n. 85, mar. 2006.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: PECHMAN, M. Robert (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alberto Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LANDSBERG, Paul Louis. Reflexões sobre o engajamento pessoal. **Revista Paz e Terra**, n. 5, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, jul. 2003.

LE BOTERF, Guy. A participação das comunidades na administração da educação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.107-142, jan./mar. 1982.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LIMA, Sandra A. Barbosa. **A participação social no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1980.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. **Rupturas moleculares emancipatórias**: a potencialidade da prática do serviço social. 2005. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) na PUC/SP.

MACHIAVEL, Nicolo. **O príncipe**. Trad. Roberto Grassi. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MANFREDO, Maria Teresa. **Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. Dissertação (Mestrado) no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, SP.

MARICATO, Hermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília Carlos Vainer; MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Alice Helena Junqueira. **A construção de uma mentalidade em serviço social**. 1994. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) na PUC/SP.

MARTINS, José Pedro S. **RMC: do tamanho do Chile no coração do Brasil** (Região Metropolitana de Campinas decola com a Agenda 21 no rumo das ecocidades). Campinas: Komedi, 2004.

_____. **Terra nossa prometida**: os 20 anos do assentamento de Sumaré. Campinas: Komedi, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Para a crítica da economia política**: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes; a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MATOS, Maurílio Castro. O debate do serviço social na saúde na década de 90. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 74, 2003.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **A Geografia do atrito; dialética espacial e violência em Campinas-SP**. 2005. Dissertação apresentada ao Departamento

de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, set. 2004.

MONTÃNO,Carlos in BORGIANNI,Elisabetee MONTÃNO,Carlos(org.)**Metodologia y Serviço social, hoy em debate**. Biblioteca Latino Americana de Serviço Social. São Paulo. Cortez Editora, 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo1. Brasília: CEAD, 1999.

NEVES, Noêmia Pereira: Nadir Gouveia Kfouri: O saber e a prática do serviço social no Brasil (1940-1960). 1990. Dissertação (Doutorado) - PUC/SP.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NUNES, E. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v.10, n.3, 1996.

ORTEGA Y GASSET, J. El hombre y la gente. **Revista de Ocidente**, Madrid: Alianza Editorial, 8. ed. 2003.

_____. **Meditação da técnica. Vicissitudes das ciências. Cacofonia na física** (1939). Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAZ, Rosangela D. O. **Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais**. 2002. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) na PUC-SP.

PECHMAN, M. Robert. (org.) **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. O lugar da praça: pracialidade contemporânea na megalópole do sudeste brasileiro. In: SOUZA, Maria

Adélia A. de (org.). **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

RAMOS, Márcio. **Gestão urbana de Hortolândia após a emancipação política**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Sociais da PUC/ Campinas, São Paulo.

RIBEIRO, A. C. T. **Curso: Teorias da Ação**. UNICAMP, Campinas, nov. 2002. mimeo.

_____. **A natureza do poder. Técnica e ação social**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu: Fundação UNI, v.4, n.7, p.13-14, 2000.

_____. et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, ano 1, n.1, jan/abr. 1986.

_____. Metrópole: a (in) sustentabilidade do ser. In: GOMES, Maria de Fátima C. M.; PELEGRINO, Ana Izabel de C. (org). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP& A, 2005.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia A. et al. **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

_____. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (org.). **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

RIBEIRO Guilherme. O Espaço. **Por uma geografia nova**: resgatando Milton Santos. UERJ. 2004. <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo3/E3_03.htm>

RIBEIRO, Maria Edaléa. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90.** 2004. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) - PUC/ SP.

RÖD, Wolfgang. **Filosofia dialética moderna**. Trad. de Maria Cecília Maringoni de Carvalho e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

RODRIGUES, Josemil. **Sumaré por inteiro**. Campinas: Komedi, 2004.

_____. **Hortolândia hoje**. 1996. Trabalho de conclusão do curso de Jornalismo na PUC/ Campinas.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortês, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa**. Artigo originalmente publicado no Boletim Paulista de Geografia, n. 59, 1982.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, Sonia, MOTTA, Márcia (org.) **Nação e poder: as dimensões da história**. Niterói: Eduff, 1998.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

_____. **Território e sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005 b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005c.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria L. **Brasil: Território e sociedade no início do séc. XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARTRE, Jean Paul. **O Existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os pensadores).

SAWAIA, B. B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. **Psicologia & Sociedade**, 10(2), p.117-136, jul/dez.1998a.

_____. **Afetividade como fenômeno ético-político e lócus de reflexão crítico-epistemológica da psicologia social**. 2002. mimeo.

_____. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. In: Questões urbanas: O sentido das mudanças. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Fundação SEADE, v. 9, n. 2, abr/jun. 1995.

SCANDIAN, Maria Noélia de O. O conceito de participação social na perspectiva de integração e transformação social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 9, ago.1982.

SCHER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) et al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p 41-56.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. **Evolução do conceito de desenvolvimento de comunidade no período de 1965/1970, na sub-região do Cone-Sul da América Latina**. 1974. Dissertação (Doutorado) na PUC/SP.

SOARES, Márcia Miranda. Federação, democracia e instituições políticas. **Revista Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, n. 44, 1998.

SOUZA, Maria Adélia A. de (org.). **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

_____. Território, soberania e mundo novo. In: CICLO DE DEBATES SOBRE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS – Alternativas para o Brasil. Belo Horizonte, 1999.

_____. et al. (orgs). **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999 b.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Celina. Regiões Metropolitanas: trajetórias e influência das escolhas institucionais. In: RIBEIRO, L. C. de Queirós (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo/ Rio de Janeiro: FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. 2004.

SPOSATI, Aldaíza (coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. Desejos de São Paulo. **Revista Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: 1997.

_____. Cidade, território, exclusão/inclusão social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO - GEO Brasil/2000. jun. 2000. São Paulo.

_____. Globalização de economia e processos de exclusão social. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

_____. A participação e o pôr-se em movimento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 9, 1982.

_____. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, Marcos (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

_____. Regulação social tardia: característica das políticas latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DE PORTO ALEGRE, fev. 2002.

_____. **Mapa de exclusão/ inclusão social**: dinâmica social nos anos 90. São Paulo: PUC-SP, Polis, Inpe, 2000b.

STIVIL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social**: Conceitos e estratégias. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégia e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

STOER, Stephen R. **Os lugares da exclusão social**: um dispositivo de diferenciações pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**. São Paulo: Cortez/Salvador: UFBA, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Os sentidos da destituição em cidade e pobreza**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TOLEDO, Francisco A. **Uma História de Sumaré**: das sesmarias à indústria. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social**: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, Otília; VAINER,Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os sujeitos em questão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 40, ano XIII, dez.1992.

_____. Educação para a cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 6, 2000.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Esbozo de sociologia comprensiva. 2. ed. México: Fondo de Cultura Econômico, 1997.

_____. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

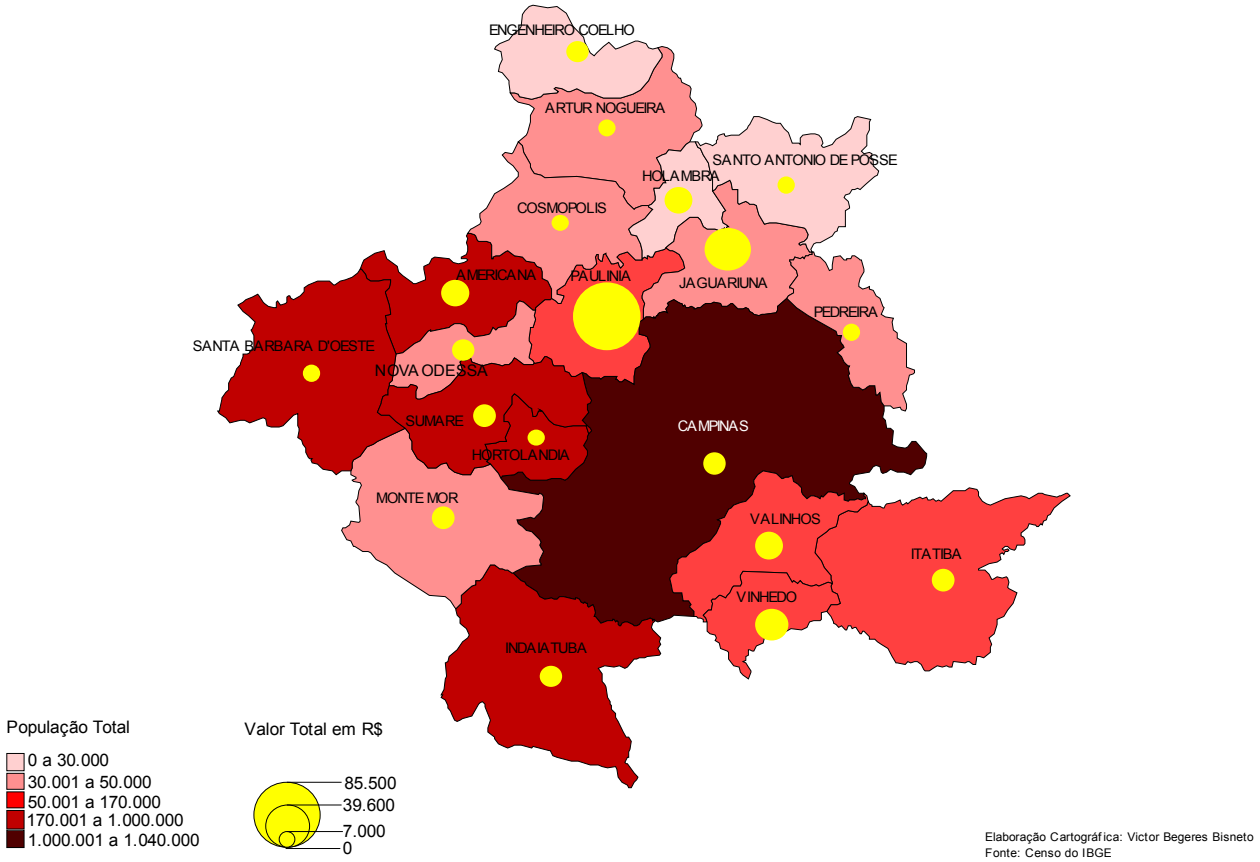
WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 1980.

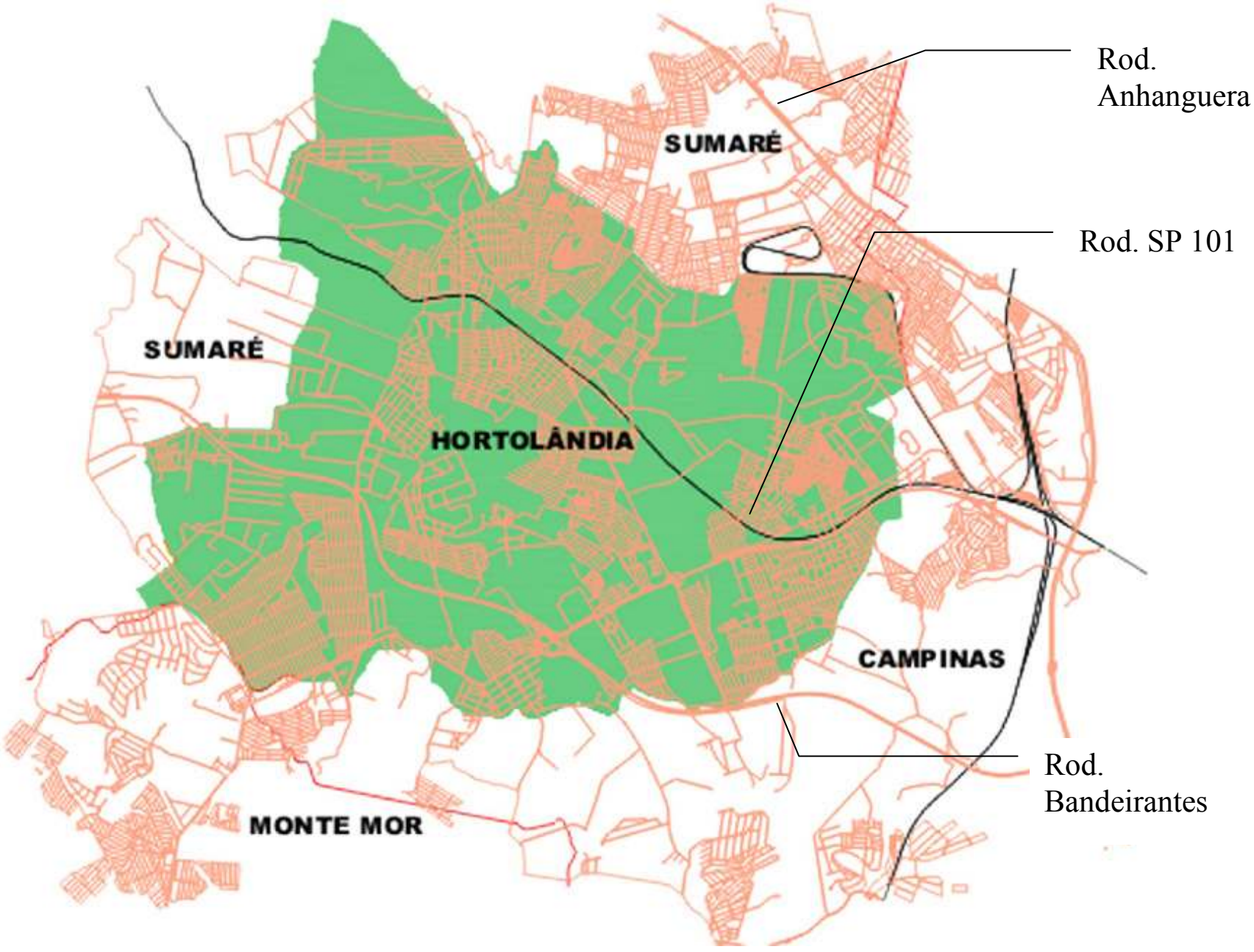
YAZBEK, Maria Carmelita. A Escola de Serviço Social de São Paulo no período de1936 a 1945. **Cadernos PUC**. São Paulo, (6), 1980.

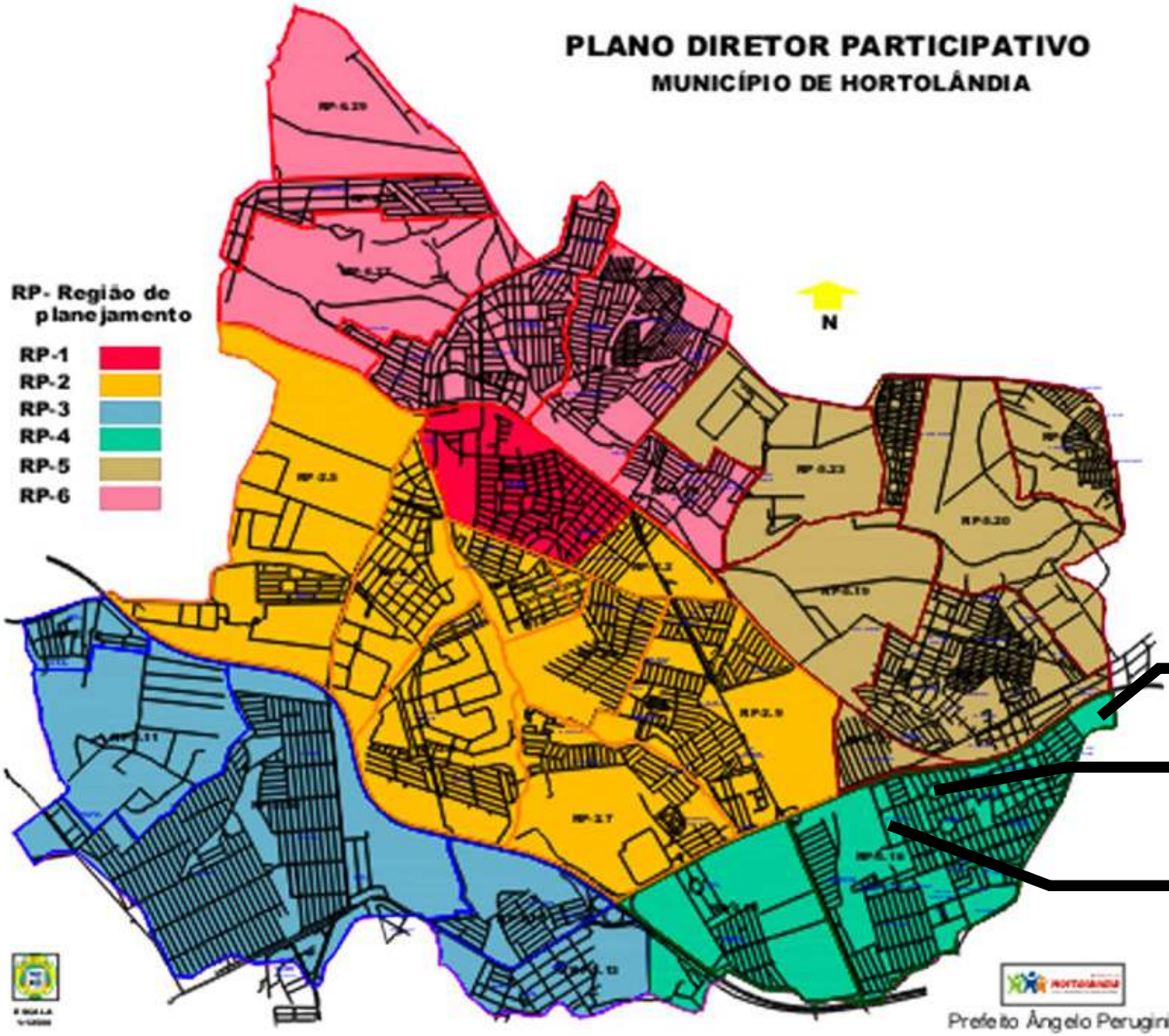
_____. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL, Módulo 4, Brasília: CEAD, 2000.

ANEXO I - CARTOGRAFIA

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - População e Renda Per Capta, por Município. 2005.




Rod.
Anhanguera
SUMARÉ
Rod. SP 101
SUMARÉ
HORTOLÂNDIA
CAMPINAS
Rod.
Bandeirantes
MONTE MOR


PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA
RP- Região de planejamento
RP-1
RP-2
RP-3
RP-4
RP-5
RP-6
N
Prefeito Ângelo Perugini
Região do ROSOLÉM
Praça Poderosa
Praça da Igreja do Jd. Rosolém

ANEXO II - Fotos

Praça da Igreja do Jd. Rosolém

Praça A Poderosa

SP 101 – Campinas - Monte Mor

Vista dos bairros Jd. Santa Isabel e Rosolém

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo